



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROJETO DE PESQUISA HISTÓRICA

JOÃO LUIZ FERNANDES BORGHEZAN

**Urbanização, Saneamento e Marginalização: uma análise da construção da Avenida  
Hercílio Luz 1918-1922**

NOVEMBRO, 2014.

JOÃO LUIZ FERNANDES BORGHEZAN

**Urbanização, Saneamento e Marginalização: uma análise da construção da Avenida  
Hercílio Luz 1918-1922**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Centro de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade  
Federal de Santa Catarina, como  
requisito para obtenção de grau de  
bacharel em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr. Renata Palandri

NOVEMBRO, 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às dezesseis horas, no Laboratório de História, Saúde e Sociedade do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Renata Palandri Sigolo Sell**, Orientadora e Presidente, pelo Professor **Reinaldo G. Bechler**, Titular da Banca, e pelo Professor **Rogério Luiz de Souza**, Suplente, designados pela Portaria nº 33/TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **João Luiz Fernandes Borghezan**, subordinado ao título: “**Urbanização, Saneamento e Marginalização: uma análise da construção da Avenida Hercílio Luz (1918-1922)**”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora **Renata Palandri Sigolo Sell**, a nota final **9,0**, do Professor **Reinaldo G. Bechler**, a nota final **9,0**, e do Professor **Rogério Luiz de Souza**, a nota final **.....**; sendo aprovado com a nota final **9,0**. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História, até o dia doze de dezembro de dois mil e quatorze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.


Florianópolis, 5 de dezembro de 2014.

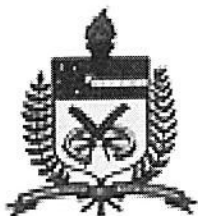
Banca Examinadora:

Prof.<sup>a</sup> **Renata Palandri Sigolo Sell**.....

Prof. **Reinaldo G. Bechler**.....

Prof. **Rogério Luiz de Souza**.....

Candidato **João Luiz Fernandes Borghezan**.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) João Luiz Fernandes Borghezan, matrícula n.º09161022, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **Urbanização, Saneamento e Marginalização: uma análise da construção da Avenida Hercílio Luz 1918-1922**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2014.

Assinatura manuscrita do orientador, escrita em tinta preta sobre uma linha horizontal.

Orientador(a)

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso propõe uma análise das reformas urbanas em Florianópolis entre os anos 1918-1922. Primeiramente contextualizando rapidamente o contexto brasileiro da virada do século XIX e XX, marcado por profundas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, e a proliferação de ideais de higienistas e sanitaristas em território nacional. Em seguida, analisamos o contexto florianopolitano neste período, como os discursos e práticas sanitárias/higienistas influenciaram em medidas de controle e segregação da sociedade, principalmente dos estratos sociais mais pobres da cidade; culminando nas obras da Avenida do Saneamento - atual Hercílio Luz -, e consequente marginalização de inúmeras famílias do centro para a periferia da cidade - foco principal deste trabalho-, legitimada pelos discursos higienistas aos quais estavam vinculadas as ideias de “modernidade” e “civildade”.

Palavras-chave: Florianópolis, Avenida Hercílio Luz, Reformas Urbanas, Marginalização, Modernidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente gostaria de dedicar este trabalho aos meus pais, pelo exemplo que são, pelo incentivo, apoio, compreensão, broncas, carinho e amor dedicaram à mim e meus irmãos sempre! Nada seria possível sem eles. Agradeço de forma mais geral a minha família de maneira ampla, são muitas, muitas pessoas para falar os nomes aqui, mas, com certeza, fazem parte desta jornada.

À Camila, pessoa especial que suportou a jornada deste, e do seu próprio trabalho de conclusão de curso, de maneira admirável; sempre dando força e auxiliando quando eu precisava.

Aos amigos de Gravatal, que sempre foram motivos alegria e regeneração. Aos amigos que conheci durante a graduação. Aqui não tenho como citar nomes, são muitos quem considero e seria injusto, comigo mesmo, esquecer de algum. Só quero que saibam que lhes agradeço, todos que se sentirem parte da minha história, porque definitivamente são.

Aos professores que fizeram parte de minha graduação, principalmente a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr. Renata Palandri Sigolo, pelo respeito as minhas ideias, por ser um exemplo profissional, uma pessoa como poucas que encontramos nesse mundo acadêmico, pelos anos de atenção dedicada, principalmente nesta etapa da graduação, cuja sua orientação foi fundamental. Obrigado!

Por fim, aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina pelo atendimento atencioso, a importância do trabalho desempenhado e a postura sempre solícita; bem como a Secretária do Curso de História que sempre esteve disposta a ajudar nos processos burocráticos necessários para a conclusão desta etapa.

## Índice

INTRODUÇÃO.....	5
INTERIORIZAÇÃO DO EXTERIOR.....	9
MARGINALIZAÇÃO LEGITIMADA.....	23
MODERNIZAÇÃO E EXCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DA AVENIDA DO SANEAMENTO..	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79
Fontes:.....	79
Bibliografia.....	79
ANEXO.....	82

## INTRODUÇÃO

As primeiras décadas da República no Brasil foram marcadas por profundas mudanças sociais; culturais; políticas; econômicas; característica de um processo de metamorfose de regime político. Um dos processos que se destacam nesse período foi o de reformas urbanas impulsionadas por ideais médico higienistas, arcabouço temático que permeia este trabalho. O recorte espacial e temporal para realização dessa pesquisa foi a cidade de Florianópolis dos anos 1920, mais especificamente de 1918-1920 e como temática principal procuramos desenvolver uma análise crítica sobre o movimento de exclusão e marginalização da população pobre da área central da cidade.

A partir das leituras feitas para realização deste texto, percebeu-se que os anos iniciais da República foi o período em que mais se verificou propostas e práticas com intuito reformador em centros urbanos no país, não foi diferente para a capital do Estado de Santa Catarina. Foi no período entre os mandatos de Felipe Schmidt (1914-1918) e Hercílio Pedro da Luz (1918-1922) que o saneamento e as reformas urbanas ganharam destaque nos discursos e ações políticas do Estado, principalmente em Florianópolis, centro administrativo do Estado.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho foram o jornal *Republica*, “órgão do Partido Republicano” e particularmente fiel a Hercílio Luz; mensagens e relatórios oficiais da Superintendência Municipal e do poder Executivo do Estado. Os periódicos eram, e ainda são, importantes meios de veiculação de ideais, sua utilização como fonte histórica se dá em início dos anos 1970, como um desdobramento de reflexões acerca do campo teórico o do ofício de historiador.

A utilização somente de fontes oficiais, estatísticas, censos, não mais satisfaziam os questionamentos e inquietações dos historiadores deste período, tampouco davam indícios suficientes para construção inteligível da História de novos temas que se apresentavam à época tais como: o funcionamento da vida cotidiana - festas, religiosidade, costumes - do trabalhador comum ou grupos que até então não apareciam como protagonistas e agentes de sua própria vida. Enfim, além dos elementos sociais, há uma ampliação de trabalhos que focavam elementos culturais da sociedade, e os periódicos constituíam-se como uma importante fonte, já que condensava vários aspectos da vida em sociedade da qual fazia parte.



Porém o trabalho com periódicos requer alguns cuidados e métodos de análise, assim como qualquer outro tipo de fonte com a qual o historiador deseja/necessita trabalhar. A crítica ao documento é elemento fundamental para o bom desenvolvimento da profissão de historiador.

“O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] não existe um documento verdade.<sup>1</sup>

Através das suas inquietações presentes, o historiador olha para o passado e interroga sua fonte, buscando elaborar uma História do tempo decorrido, mas que também possui relações com o que se percebe no presente, no qual o historiador está, tornando-o inteligível.

O jornal<sup>2</sup> é, então, para o historiador uma rica fonte onde se pode colher inúmeras informações relevantes sobre o passado: o cotidiano, as ideias, os hábitos, o labor, os costumes, de uma determinada sociedade. Segundo Luca:

“A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se as perspectivas que a tomam como mero 'veículo informativo', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.”<sup>3</sup>

Tendo em vista que os jornais são obras coletivas, que congregam pessoas em torno de ideais e valores que se pretendem difundir através da palavra escrita, utilizamos tal fonte para perceber e analisar os projetos e práticas da classe dominante florianopolitana referente ao saneamento, modernização da cidade, e consequente marginalização da população pobre do centro da cidade; seu anseio – legitimado por discursos higienistas - em controlar, esquadrihar, regular, redistribuir, organizar a sociedade, seus hábitos e costumes de acordo com os novos ideais burgueses em voga naquele tempo.

Os cuidados também se estendem para as fontes oficiais, é preciso questioná-las: quem fala? Para quem fala? O que fala? Quais implicações de

---

<sup>1</sup> LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In:      **História e memória**.. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 547-8.

<sup>2</sup> No caso dos recortes inseridos neste trabalho, preferimos em manter a linguagem e ortografia originais, pensando que com isso a experiência da leitura fosse mais viva, curiosa, instigadora e esclarecedora.

<sup>3</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-116.

determinadas ideias? Como atinge a população? Quais os interesses defendidos? Quais interesses não importam? Sendo assim, o presente trabalho foi dividido em três capítulos.

O primeiro deles se atém a uma rápida contextualização sobre as condições do “surgimento” do pensamento higienista no país, primeiramente retomando sua origem europeia, em meados do século XIX, após a Revolução Industrial e o aumento exponencial da população nos centros urbanos industriais. Esse movimento se apresenta no Brasil primeiramente na cidade do Rio de Janeiro – capital do país – no final do século XIX – ainda no Império –, porém é a partir da República que o movimento atinge seu auge.

Tomando Paris como modelo, a cidade do Rio de Janeiro passa por inúmeras transformações de orientação sanitária e higienista, tendo seu espaço urbano reformado – e ampliado, se considerarmos que é nessa época que surgem as favelas, como consequência direta desse processo –, controlando e transformando muitos hábitos e costumes da população local. Paralelamente a esses ideais de saneamento, ganham força no campo intelectual, político e social brasileiro ideias eugênicas de purificação da raça, necessidade da imigração para tornar-se um país “moderno”, apto ao “progresso”, “civilizado”. Essas ideias, modelos de sociedade, propostas políticas, discursos se irradiam para as várias cidades do território nacional, principalmente capitais, dentre elas está Florianópolis.

No segundo capítulo procuramos analisar o desenvolvimento deste processo no contexto local de Florianópolis, como a imprensa auxiliava na legitimação de discursos e práticas políticas da administração pública que cerceavam, controlavam, proibiam, recriminavam e alteravam comportamentos, hábitos e espaços na parte central da cidade em nome de ideais abstratos como “modernidade” e “civildade”. Tais medidas alteraram e/ou atingiram a vida de todos. A imprensa servia como um veículo pedagógico, ensinando os “bons hábitos”, como um meio onde se concentravam as denúncias de comportamentos que se “desviavam” do ideal, e de cobrança das autoridades. Se algo estivesse “errado” ou não condizente com a “civildade” e o “progresso”, as autoridades eram imediatamente alertadas e compelidas a tomarem alguma providência. Embora todos tenham sido atingidos de alguma maneira nesse movimento, os que mais sofreram com os novos padrões de hábitos e espaços foram os grupos mais pobres do centro da capital.

Como consequência mais marcante desse processo temos a marginalização

espacial de uma parcela da população do centro da cidade para a periferia e os morros adjacentes, este é o tema do terceiro capítulo. A construção da Avenida Hercílio Luz, inicialmente chamada de Avenida do Saneamento, foi o ápice das reformas urbanas de Florianópolis dos anos 1920. Sua construção, na gestão de Hercílio Pedro da Luz (1918-1922), foi considerada a “pedra angular da higiene e modernização” da capital e a imprensa deu grande destaque à obra. No entanto, para que ela fosse construída, foram demolidos centenas de “casebres” e “cortiços” habitados por boa parte da população pobre da Ilha, sendo esta a problemática principal do trabalho. Como essas habitações eram vistas pela imprensa e autoridades públicas? Eram oferecidas alternativas para os atingidos pelas demolições? Para onde foram?

A relevância de tal pesquisa se dá pela atualidade do tema: reformas urbanas, deslocamentos de pessoas de uma área da cidade para outra, a valorização ou desvalorização de regiões dentro da cidade, especulação imobiliária, demolições e marginalizações dentro de centros urbanos são comuns nos dias de hoje. Dentre nossas propostas está o intuito de compreender como discursos, práticas e interesses que se articularam no passado – e provocaram mudanças que conseguimos visualizar nitidamente ainda hoje – podem e devem nos ajudar a compreender melhor as práticas e discursos que nos envolvem ainda hoje, buscando legitimar outros processos de marginalização, favorecendo os interesses de poucos em detrimento de uma maioria, geralmente menos favorecida. O conhecimento de processos semelhantes, referentes à multiplicidade dos interesses que envolvem os processos de ocupação do espaço urbano e direito à cidade, ocorridos preteritamente, nos auxilia na crítica a movimentos e processos que ocorrem na contemporaneidade. E está é uma das humildes intenções deste trabalho.

## INTERIORIZAÇÃO DO EXTERIOR

O presente capítulo tem como objetivo contextualizar o cenário brasileiro de finais do século XIX e início do século XX, principalmente no que tange as ações higienistas e sanitaristas que foram amplamente discutidas, difundidas e praticadas pela elite brasileira, o Estado, seus mecanismos e instituições. A transição do século XIX para o século XX foi marcada por intensas transformações políticas, sociais, culturais, econômicas para a sociedade brasileira que vivenciara então tempos convulsos, cortados por processos históricos que alteraram drasticamente a relação entre a sociedade, seus hábitos, cultura, instituições, todos eles vinculados a ideia de *modernização*: industrialização; projeto imigratório; abolição da escravatura; multidões urbanas; trabalho livre e assalariado; adoção de novos hábitos (principalmente de consumo); ascensão de ideais higienistas; eugenia; intervenções urbanísticas; mudança de regime político; temas que, em sua maioria, serão abordados no decorrer do capítulo e trabalho em geral.

Com a proclamação da República a administração pública procura contrapor sua imagem à do Império que passa a ser visto então como a expressão do *antigo, atrasado, retrógrado*. A noção de “progresso” e avanço rumo à “modernidade” - seja lá o que isso significasse - passa a ser o lema das instituições republicanas, que para legitimar sua fundação cria “um conjunto de práticas e discursos que buscaram garantir o estabelecimento dessa nova ordem através do esquecimento de tudo que lembrasse o Império”<sup>4</sup>; formula-se a bandeira, cria-se um hino, ruas e praças mudam de nome.

A vida ganha dinâmica jamais vista, resultado dos novos processos de produção e relações de trabalho impostas pela Revolução Industrial “que proporcionou uma série de transformações não somente nos meios de produção, onde a máquina passou a ser o elemento central do processo produtivo, mas também nas relações sociais e, principalmente, nas funções urbanas.”<sup>5</sup>

<sup>4</sup> NECKEL, Roselane. **A república em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis (SC): Ed. da UFSC, 2003. p.19.

<sup>5</sup> MÜLLER, Glaucia Regina Ramos. **A Influência Do Urbanismo Sanitarista Na Transformação Do Espaço Urbano Em Florianópolis**. UFSC; Florianópolis, 08 de fevereiro de 2002. (Dissertação de Mestrado em Geografia) p. 22. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83510/195469.pdf?sequence=1>> Acessado em 12 maio 2014.

Trens, bondes, carros, transatlânticos, aviões, telégrafo, eletricidade são grandes conquistas da ciência e da técnica, o mundo nas últimas décadas dos oitocentos e início dos novecentos torna-se rápido, confuso, deformado, menor “surgiram campos científicos novos e o desenvolvimento tecnológico foi grande em nível de transportes, eletrificação, indústrias químicas e controle de doenças. Todos esses fatores alteram a sociedade de modo profundo e irreversível”<sup>6</sup>. Neste sentido a *modernidade* pode ser percebida como a aceleração do ritmo da vida, na “fé” no progresso da ciência “A força de um dos ícones do momento, a locomotiva, simboliza a velocidade e rapidez com que se desenvolveram as novas técnicas e a ciência que aplicando suas recentes descobertas ao processo produtivo, ocasionaram um impulso sobre as esferas da indústria, microbiologia, farmacologia, medicina, higiene e profilaxia”<sup>7</sup>.

O ser humano, mais do que transformar, parece dominar o mundo por meio de sua ação. Porém, a natureza e a sociedade lembravam-no de que suas ações carregavam consequências nem sempre agradáveis para ele:

“A crescente urbanização, que acompanhou o processo de industrialização, contribuiu para as péssimas condições de vida nas cidades [Europa] naquela época. As cidades viviam cobertas de sujeira, e os serviços de infra-estrutura básica eram inexistentes ou insuficientes. A falta de abastecimento de água, de serviços sanitários e de limpeza pública, proporcionaram, ainda na primeira metade do século XIX, o surgimento de uma série de epidemias como a do cólera, a febre tifóide, entre outras. Outros males presentes nos centros urbanos, como a poluição da água e do ar, graças também ao acúmulo de águas servidas e lixo, faziam inúmeras vítimas.”<sup>8</sup>

A Europa, em meados do século XIX, passava por grandes transformações urbanas decorrentes principalmente da grande concentração de pessoas nos centros industriais. Com o grande número de viventes afluindo para essas cidades industriais em um curto espaço de tempo, as condições de moradia tornam-se insuportáveis<sup>9</sup>. Desenha-se então, nesses locais, quadros “crônicos” de desemprego, pobreza, vícios como o alcoolismo, aglomerados habitacionais (os cortiços) – principalmente ocupados por pessoas pobres, surgimento de surtos epidêmicos frequentes que dizimavam boa parte da população desses centros,

<sup>6</sup> SEVCENKO, Nicolau. **República: da belle époque à era do rádio**. In: \_\_\_\_\_; NOVAES, Fernando (Org). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras; 1998. p.7-8.

<sup>7</sup> ARAUJO, Fernanda Becker de. **O Jogo do Bicho: a difusão dos discursos em Florianópolis (1889-1930)**. UFSC, Florianópolis 2006. p. 05.

<sup>8</sup> MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. op. cit.

<sup>9</sup> Idem.

principalmente a população que não tinha outra opção que não o trabalho (em sua generalidade, degradante) das fábricas, tornando insustentável a situação para o desenvolvimento econômico de uma classe burguesa ávida de enriquecimento. “A Revolução Industrial proporcionou o surgimento de novos desafios sócioeconômicos[sic], fazendo com que, em razão de uma necessidade iminente de mudança dessa situação, surgissem as primeiras idéias[sic] de melhoramentos, a partir das cidades.”<sup>10</sup>

Essas epidemias dizimavam principalmente bairros operários - como o cólera em 1831 na Inglaterra – causando grande desequilíbrio na oferta de mão de obra para as fábricas, estancamento da produção e conseqüentemente do lucro dos detentores do meio de produção, levando essas cidades à crise, “que os médicos acabaram sendo forçados a se preocuparem com as condições habitações e trabalho dessas pessoas”<sup>11</sup>; Isto aconteceu principalmente na Inglaterra e França de meados do século XIX; contudo, foi a França e suas medias que mais influenciaram o Brasil nessa questão.

Em realidade a França era o grande modelo cultural e de “civilidade” para os brasileiros do século XIX e XX. Não obstante “O período da Belle Epoque da capital francesa na segunda metade do século XIX viu o florescer enorme de novas obras, largas avenidas e monumentos. [...] Tais transformações foram realizadas pelo Barão Georges-Eugène Haussmann, prefeito de Paris entre 1853 e 1870”<sup>12</sup>. Essas mudanças eram basicamente planejadas por *higienistas* e *sanitaristas*: engenheiros, mas principalmente médicos, que começam a ganhar grande importância social, política-administrativa, tanto na Europa como no Brasil.

Intelectuais do século XIX já relacionavam insalubridade como um dos fatores de “atraso” das metrópoles ou qualquer cidade que se desejasse “moderna” e “civilizada”; e modernizar a cidade não significava apenas modificá-la fisicamente por meios de obras e reformas, mas intervir nos hábitos e costumes da coletividade que nela vive, ou seja, medicalizar também a sociedade. Essa medicalização consistia na “criação de condições ambientais que favorecessem a circulação dos

<sup>10</sup> Ibidem. p. 23.

<sup>11</sup> GOITIA, Fernando Chueca. Breve história do urbanismo. Lisboa: Editorial Presença, 1982. p.157. apud MÜLLER, Gláucia Regina Ramos op. cit. 23

<sup>12</sup> LIZ, Pamela Amorim. **Entre o curandeiro e o dotôri**: reformas urbanas, práticas de cura e medicina oficial nas páginas do jornal *O Dia* (1910-1918). UFSC; Florianópolis 2010. (Trabalho de Conclusão de Curso). p. 14.

fluidos”<sup>13</sup>. Isso porque neste período a medicina - e as ações higienistas e sanitárias pautadas por esse saber – baseava-se principalmente na *teoria dos miasmas* que preconizava que “as águas estagnadas e as matérias pútridas que emanavam seus gases seriam responsáveis pela origem de doenças”<sup>14</sup>, respirar ou entrar em contato com esses gases ou *miasmas* poderia romper com o equilíbrio do organismo, obstruindo a circulação do sangue o que causaria doenças.<sup>15</sup>

Conhecimento muito influenciado pela teoria humoral de Hipócrates (≈460 – 377 a.C) que buscava uma explicativa mais “racional” para a saúde e a doença. Na teoria hipocrática, “o corpo é composto de quatro líquidos ou humores: o sangue, a fleuma, a bÍlis amarela e a bÍlis negra”<sup>16</sup>. A boa saúde seria o resultado do equilíbrio ideal entre os humores, e a doença, o excesso ou a falta de um deles. Daí a necessidade de se fazer o ar saudável circular pela cidade e, de alguma maneira, bloquear o ar não sadio, por isso abrir longas e largas avenidas, derrubar casas e cortiços que abrigavam muitas pessoas com mínimas condições de higiene e que poderiam ser focos de miasmas prejudiciais para todos<sup>17</sup>; segundo Michel Foucault:

“[...] esse tipo de medicina, ou seja, a medicina social, filiava-se a um modelo desenvolvido em fins do século XVIII: a medicina com fins sociais para a qual a sociedade como um todo seria beneficiada se a cidade fornecesse uma infra-estrutura [sic] sanitária que não permitisse a proliferação de doenças.”<sup>18</sup>

Grosso modo, essa é a base discursiva que possibilita médicos, engenheiros, políticos, administradores públicos a ordenarem e reorganizarem a urbe tanto na Europa como no Brasil em finais do século XIX e início do século XX. Essas ideias chegavam ao Brasil por meio da elite intelectual nacional (que nada mais eram do que parte das classes abastadas da sociedade brasileira daquela época), que entrava em contato direto com as reformas europeias através de viagens, participações em congressos e exposições, mas também pela característica colonizada do incipiente pensamento brasileiro – principalmente no período colonial de nossa História – onde “uma parte considerável de intelectuais brasileiros formava-se nas grandes universidades européias [sic]”<sup>19</sup>, muito embora sabemos

<sup>13</sup> MORAES, Laura do Nascimento Rótolo de. p.47-48.

<sup>14</sup> ARAUJO, Fernanda Becker de. op. cit. p. 7.

<sup>15</sup> MORAES, Laura do Nascimento Rótolo de. op. cit. p. 48.

<sup>16</sup> CARVALHO, Maria Manuela. **A medicina em História: A medicina Hipocrática**. Revista Saúde Mental. Volume IV, nº 1. 2002. p. 2.

<sup>17</sup> MORAES, Laura do Nascimento Rótolo de. op. cit. p. 49.

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 4 ed Rio de Janeiro. Graal, 1984. p. 82.

<sup>19</sup> GARCIA, Carla Laner. **Emanações Perniciosas Moralidade Corrosiva: desdobramentos da**

que após a independência, sobretudo a partir de 1870, a elite intelectual brasileira se esforça para quebrar as amarras com a metrópole, construindo instituições de ensino e aprendizagem nacionais como a faculdade de direito de São Paulo e Recife, faculdade de Medicina no Rio de Janeiro (capital do Brasil nesse período) e da Bahia etc.

Segundo Schwarcz nos anos que sucederam a Independência brasileira essas instituições “tinham como meta a elaboração de um código único e desvinculado da tutela colonial [no caso das faculdades de direito], bem como a formação de uma elite intelectual nacional mais autônoma.”<sup>20</sup> mas é inegável, e não poderia ser de outra forma, que as bases para o pensamento intelectual nacional seriam ainda teorias e estudos do velho continente; aplicadas e adaptadas a realidade, anseios e projetos políticos e econômicos das classes dirigentes do país. Importante destacar que o debate sobre que projeto de nação seguiria o Brasil não foi tranquilo e unânime, pois como alerta Schwarcz, “não só tornavam-se mais complexos os grupos intelectuais, como passava por um processo acelerado de mudança a sociedade brasileira como um todo.”<sup>21</sup> A própria configuração da elite sofre mudanças, além das tradicionais e poderosas famílias latifundiárias nordestinas; haviam elites cafeeiras fluminense com grande influência política junto ao imperador e emerge a classe dos senhores do café paulista para a disputa político-econômica de que rumo tomaria a nação e quem sairia beneficiado<sup>22</sup>. Esses intelectuais “tinham grande influência nas questões políticas, ocupando importantes cargos dentro do sistema hierárquico de poder, sendo partícipes nas diretrizes da administração e gestão da máquina pública.”<sup>23</sup>

Nesse contexto complexo de formulação de uma identidade cultural e intelectual nacional original, profissionais liberais gozam de demasiada influência política e social, no caso específico das reformas higienistas, médicos e engenheiros alinham-se ao Estado – exercendo cargos políticos importantes como prefeitos, diretorias, ministérios – propondo soluções para arrefecer epidemias que

---

política Imperial no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1851). (Dissertação de Mestrado); Florianópolis, 2006. p. 24.

<sup>20</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. SP: Cia da letras, 1993. p.24.

<sup>21</sup> Ibidem. p.26.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> GARCIA, Carla Laner. op. cit., p. 24.



ameaçavam os processos econômicos e a sociedade de maneira geral<sup>24</sup>.

Afirmção reforçada pelo trabalho de Schwarcz que escrevendo sobre as revistas médicas – área de conhecimento científico recente e ainda em construção em território nacional - de finais de século XVIII e início de XIX, referindo-se as publicações especializadas em medicina *Gazeta Medica da Bahia* e *Brazil Medico* do Rio de Janeiro, percebe algumas características comuns aos dois periódicos, dentre elas a noção da extensão social da medicina e a nova representação e compreensão da sociedade com um *corpo doente* e cabe ao médico diagnosticar e curar as causas da doença, percebendo-a como enfraquecida e necessitada de intervenção. “Esse mesmo movimento que qualifica a sociedade definirá também uma nova personagem: o 'médico político’”; ela continua dizendo que o médico adquire consciência da abrangência de sua atuação social parte em busca de espaços: “Aos médicos, dizia um artigo da *Gazeta Medica*, caberia 'a orientação científica, que assegura a execução das boas leis e da estabilidade e firmeza aos melhores planos de progresso e engrandecimento do país’”.<sup>25</sup> A autora coloca essa postura e compreensão *dos médicos* sobre a importância da matéria médica, do seu papel frente aos problemas de “degenerescência” da sociedade, no contexto de disputa entre o Direito e Medicina para determinar qual dessas áreas possuíam maior legitimidade para formular um projeto nacional que levasse o país a civilização e “perfectibilidade”.

Segundo Sardá “As mudanças de cunho político e econômico ocorridas no século XIX, marcaram [...] a penetração da medicina na sociedade que incorpora o meio urbano, como alvo da reflexão e da prática médica, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício de poder do Estado.”<sup>26</sup> O médico nesse período transmuta-se também em político e tem sua função alargada: não só cuidaria dos doentes e agiria sobre a doença, mas também medicalizaria tudo o que, nessa perspectiva, poderia ser considerado desordem social.<sup>27</sup> Essa desordem social poderia ser de natureza diversa segundo os postulados da época; por meio de intrincadas e complexas interpretações e formulações de teorias como o darwinismo

---

<sup>24</sup> ARAUJO, Fernanda Becker de. Op. cit. p. 05.

<sup>25</sup> SCHWARCZ, Lillian Moritz. Op. cit. p. 199-202.

<sup>26</sup> SARDÁ, Juliana. **Na Contra-mão da Lei: A Repressão Policial e os Desviantes da Ordem em Florianópolis nas Primeiras Décadas do século XX.** (Dissertação de Mestrado); Florianópolis, 2005. p. 29.

<sup>27</sup> MORAES, Laura do Nascimento Rótolo de. op. cit. p. 57.

social, evolucionismo social há uma crescente preocupação com o comportamento dos pobres da sociedade (o que no Brasil significava uma imensa massa de negros que foram historicamente explorados e relegados a condição mais miserável da vida em sociedade);

“Margareth Rago, por exemplo, assinala, como indícios de anormalidades e de profunda preocupação de médicos-higienistas, de autoridades públicas e de setores da burguesia das décadas iniciais dos anos XX, as práticas populares de vida e lazer dos trabalhadores fabris, dos improdutivos, dos pobres, das mulheres públicas, das crianças que vagavam abandonadas, percebidos todos como ignorantes, selvagens, incivilizados, etc.”<sup>28</sup>

O sanitarismo e higienismo social não se restringe portanto ao controle epidêmico de doenças que ameaçam a sociedade, mas tece seu discurso sobre uma higienização moral; Era necessário, segundo o ideário higienista nacional, medicalizar e curar a cidade de tal modo que se pudesse retirar de circulação a parte doente da sociedade preservando o lado perfeito, saudável, em resumo, rico no centro das cidades.<sup>29</sup>

Com efeito delineia-se, já no final do Império, discursos e ações contra posturas das classes menos favorecidas da sociedade, como descreve Chalhoub refletindo sobre o processo do “bota abaixo” dos cortiços e a marginalização da população pobre do centro do Rio de Janeiro no decorrer da segunda metade dos oitocentos. Durante esse período há uma aproximação deturpada entre “classes pobres” e “classes perigosas”. Enquanto em sua concepção original na Inglaterra “classes perigosas” se referia as pessoas “que já houvessem passado pela prisão, ou as que, mesmo não tendo sido presas, haviam optado por obter o seu sustento e de sua família através da prática de furtos e não do trabalho”<sup>30</sup>, aqui o conceito ganha um sentido mais amplo, não estando restrito a quem estava a margem da lei, mas identificando o pobre como um perigo para a sociedade por relacionar a pobreza com a ociosidade e demais vícios que impossibilitavam a acumulação; tornando-se assim os pobres principal alvo das políticas de marginalização e coerção nas urbes já no período imperial:

“Os debates parlamentares não respondem à questão com clareza, mas é possível perceber uma tendência: para os nobres deputados, a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho[...]. Desta forma, o indivíduo

<sup>28</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1830-1930.** Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1985. apud MORAES, Laura do Nascimento Rótolo de. op. cit. p. 58.

<sup>29</sup> LIZ, Pamella Amorim. op. cit. p. 16.

<sup>30</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril** : cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1996. p. 20

que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não-trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão 'classes pobres' e 'viciosas' significam a mesma coisa para os parlamentares. [...] abstração ou imprecisão porque os deputados obviamente não podiam encontrar dados de realidade que fundamentassem a asserção de que todo trabalhador honesto necessariamente escaparia à pobreza - o resto se segue como que naturalmente: os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos. Por conseguinte, conclui decididamente a comissão 'as classes pobres [...] são [as] que se designam mais propriamente sob o título de - classes perigosas-'.<sup>31</sup>

Percebe-se que o problema central não é a higiene mas sim o debate sobre uma condição econômico-social associada a um determinado comportamento moral, enquadrando todos os pobres como potencialmente perigosos à "ordem" estabelecida "tal projeto surge no bojo das preocupações das classes dominantes com a elaboração de novas formas de controle social do trabalhador após a abolição"<sup>32</sup>, já que não é mais possível os castigos físicos impostos pelo senhor, o Estado fica responsável pela formulação de possibilidades de controle da massa trabalhadora, chegando muito frequentemente na repressão institucionalizada para manutenção da ordem. Para a nova sociedade que se desenhava, onde a mão de obra não poderia ser mais escrava e sim assalariada e livre, era necessário uma reelaboração moral do trabalho. A atividade laboral deveria ser desvinculada a submissão (como era no antigo modelo) ganhando uma valoração positiva, é por isso que nos debates parlamentares assim como na imprensa e sociedade, o trabalho passa ser a maior virtude do homem, estando em total sintonia com a lógica burguesa emergente na sociedade brasileira no final do século XIX.

Seguindo essa lógica de acomodação à nova ordem capitalista mundial, que se expressa pela ascensão da burguesia comercial e industrial nas decisões políticas brasileira, o surgimento das medidas higiênicas/sanitárias é parte importante do processo de consolidação do modo de produção capitalista e como forma de preparação para a industrialização das cidades.<sup>33</sup> Intenção que pode ser notada já no período do Império, quando as políticas públicas de higiene buscavam preservar

---

<sup>31</sup> Ibidem. p. 22.

<sup>32</sup> ANAISSI, Vinicius Possebon. **Vivenciando uma cidade em transformação: cotidiano de Classes populares no centro de Florianópolis (1900-1920)**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009 (Trabalho de Conclusão de Curso). p.19.

<sup>33</sup> MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. op. cit. p. 28.

a saúde da mão de obra livre europeia imigrante que foi a saída encontrada para substituição do trabalho escravo e um declarado processo eugênico<sup>34</sup> de embranquecimento da sociedade brasileira – processo que possui uma multiplicidade de ideias, adeptos e interesses, relacionando internamente o poder público e privado, médicos, engenheiros, intelectuais e outros profissionais, bem como especificidades sócio-históricas nacionais, consolidando um “eugenismo *sui generis*, diferente em cada local onde se instalou”<sup>35</sup>:-

“Os cientistas da Higiene formularam políticas públicas voltadas para a promoção de melhorias nas condições de salubridade na Corte e no país em geral. Naturalmente, escolheram priorizar algumas doenças em detrimento de outras. A febre amarela, flagelo dos imigrantes, que esperava-se, ocupariam o lugar dos negros nas lavouras do Sudeste cafeeiro, tornou-se o centro dos esforços médicos e autoridades. Enquanto isso, os doutores praticamente ignoravam, por exemplo, uma doença como a tuberculose. [...] A intervenção dos higienistas nas políticas públicas parecia obedecer ao mal confessado objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população, Tratava-se de combater as doenças hostis à população branca, e esperar que a miscigenação – promovida num quadro demográfico modificado pela imigração européia [sic]- e as moléstias reconhecidamente graves entre os negros lograssem o embranquecimento da população, eliminando gradualmente a herança africana da sociedade brasileira.”<sup>36</sup>

Essa preocupação com o sistema de produção e o progresso econômico do país é percebida também por Sevcenko, quando o autor analisa as medidas do governo de Rodrigues Alves (1902-1906) para o melhoramento da capital da República; segundo Sevcenko:

“[...]não bastava que a nação estivesse pacificada sob o poder civil, como o conseguiu Prudente de Morais, ou que estivesse com as finanças recuperadas, conforme o esforço de Campos Sales, para que os capitais e

<sup>34</sup> *Eugenia* nesse caso é entendida, grosso modo, como a “ciência” que objetivava conhecer as causas da “decadência” ou “levantamento” das raças para chegar a uma “perfectibilidade” física e intelectual da sociedade humana. Seus métodos preconizavam o “cruzamento dos sãos” para evitar a reprodução dos “defeituosos” que carregavam consigo “doenças degenerativas” (como a sífilis, alcoolismo, tuberculose) para a constituição de uma “raça pura e forte” atribuindo os males do atraso da nação ao seu povoamento, que no Brasil era imputado aos negros e mestiços. Teoria de cunho racista largamente vinculada ao darwinismo social, tão em voga nos meios científicos dos séculos XIX-XX. “[...] Conformando com sua ótica eugênica uma noção alargada de “doença”, a medicina carioca [corroborada pela baiana] criava uma hierarquia ainda mais rígida. O país podia ser dividido entre capazes e incapazes, entre perfectíveis e degenerados, *em um esforço deliberado de esfumação divisões econômicas e sociais enraizadas*. Era como raça que a nação era entendida. *Por meio dela se explicavam sucessos políticos, fracassos econômicos ou hierarquias sociais assentadas*. Estranho movimento que por meio da ciência justificativa os projetos mais violentos e autoritários, como a pressagiar os movimentos nazistas que viriam a acontecer em um futuro breve na Europa [grifos meus]”. cf. SCHWARCZ. Lilian Moritz. Op. cit. p. 231 e 234. Para uma melhor compreensão do movimento eugenista vide Pietra Diwan: Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e o mundo.

<sup>35</sup> DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e o mundo. São Paulo: Contexto, 2007. p. 16.

<sup>36</sup> CHALHOUB, Sidney. op. cit. p. 8-9.

recursos estrangeiros afluíssem abundantemente ao Brasil. Havia ainda outros obstáculos, e de igual monta, que entravam o livre acesso dos estrangeiros ao nosso meio, e dos nossos investidores aos recursos externos.”<sup>37</sup>

Um deles era o porto do Rio de Janeiro, que necessitava urgentemente de uma ampliação e reforma para que deixasse no passado sua aparência colonial, atrasada e apontasse para a “modernidade” que a nação almejava, bem como estivesse apto a receber mais e maiores navios, armazenar e escoar um número maior de produtos para exportação e importação e passageiros; medidas que claramente beneficiavam os grandes produtores de café, já que este produto fazia grande sucesso no mercado europeu e estadunidense. Mas aumentando a capacidade de armazenamento do porto era necessário ampliar a capacidade de escoamento dos arredores do porto, portanto as ruas centrais próximas ao porto deveriam ser ampliadas para que deixassem de ser vielas e possibilitassem um fluxo de mercadorias mais rápido e encorpado, logo, uma ampliação do porto deveria ser seguida da reformulação urbana da capital da República. Porém Sevckenko alerta que havia outro problema para a conclusão desse ambicioso projeto das elites republicanas, as endemias e epidemias que eram frequentes nos trópicos, portanto:

“De que adianta reformar o porto e replanejar a cidade, se ninguém quisesse atracar no primeiro nem adentrar na segunda? Para que se pudesse consagrar efetivamente a campanha de atração de capitais, imigrantes, técnicos e equipamentos estrangeiros, seria igualmente indispensável proceder ao saneamento da cidade.”

Portanto, era imprescindível que as reformas urbanas fossem colocadas na pauta política e levadas a cabo, não importando qual resultado social isso acarretaria para a população pobre - a mais atingida pelas reformas-. O importante era completar esse projeto de consolidação da inserção do Brasil nos novos processos de produção mundial alcançando para o país uma imagem de moderno e civilizado aos moldes europeus e norte-americanos.

Sevckenko alerta, ainda, para outra intenção mal confessada das reformas urbanas, dessa vez de cunho mais político que econômico ao primeiro olhar, e que vai ao encontro da formulação de uma imagem de país organizado e civilizado; não era interessante para as elites dirigentes do país a situação de iminência de revoltas populares devastadoras – como foi a Revolta da Vacina, objeto de estudo do livro –, revoltas essas que eram favorecidas pelas ruas estreitas e de pedras, comuns

<sup>37</sup> SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. Mentis insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010. p. 59-60.

nesse período, onde a população facilmente levantava barricadas e impediam a ação policial e, obviamente, pela presença de uma população “incivilizada”, “desordeira”, “degenerada”, pobre nos centros urbanos. Era preciso exorcizar esse perigo permanente ao qual o Estado estava submetido. Em suas palavras:

“[...]Nesse caso seria uma contradição flagrante e desarmaria quaisquer argumentos diplomáticos a simples existência na capital do país de uma multidão indômita, composta de aventureiros, mestiços, negros e imigrantes pobres, que ao primeiro grito de motim forravam a cidade de barricadas e punham em xeque as forças do governo.

Foi basicamente essa a razão que levou o governo francês a propor o replanejamento urbano de Paris, encarregando o barão Haussmann de abrir amplos *boulevards* e avenidas, que impedissem a população de tomar a cidade de assalto, se protegendo por trás de um cinturão de barricadas e enfrentando violentamente a polícia. [...] As avenidas amplas e asfaltadas tronavam as barricadas praticamente inviáveis e davam total liberdade de ação a força policial.”<sup>38</sup>

Esse uso da cidade que facilitava as revoltas em Paris foi percebido pelos planejadores urbanos da época, que passaram a pensar em formas de dificultar tais motins e Comunas, das quais a França era palco privilegiado nos séculos XVIII e XIX. Percebido também no Rio de Janeiro, esse potencial da cidade em ajudar a formulação de revoltas e a resistência popular teria que ser amenizado assim como o foi em Paris e, segundo Sevcenko, esse projeto político foi bem-sucedido através das medidas de replanejamento urbano: “A Revolta da Vacina foi o último motim urbano clássico do Rio de Janeiro. Se o remédio foi eficaz, o diagnóstico foi exemplar”.<sup>39</sup>

Todavia, as epidemias eram reais, dizimavam inúmeras vidas e os cortiços eram identificados como foco irradiador principal dessas doenças, por sua situação de aglomeração populacional além, de serem relacionados como um local de vícios e promiscuidade – uma extensão para o local físico de moradia das falhas morais dos pobres imaginadas naquele tempo. Essa mesma população e seus hábitos, comportamento, cultura representavam uma ameaça à saúde pública segundo os preceitos higienistas da época. Contudo, as intervenções urbanísticas propostas por médicos, engenheiros e políticos emergem nesse período “como medidas ‘técnicas’ e ‘neutras’ de administração da cidade, desprendidas das tensões da desigualdade social”<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> Ibidem. p.80-81.

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> ANAISSI, Vinicius Possebon. op. cit. p. 22.

Esse fenômeno que vê a Ciência como algo neutro não é exclusivo do pensamento intelectual brasileiro, faz parte de um movimento de definição e afirmação do que seria Ciência que ganha força em meados do século XVI, tendo seu auge no século XIX. Nesse sentido, é no século XIX que o método científico e as propostas consequentes desse método tornam-se a “verdade” dos fatos, uma verdade científica, inquestionável, neutra, posto que obedece aos métodos científicos da observação, experimentação e comprovação matemática dos fenômenos. Porém é necessário problematizar esse ideal de neutralidade; não obstante a pretensão da ciência de querer-se neutra e verdadeira através do seu método, não podemos nos esquecer das ressalvas feitas por Foucault sobre a “vontade de verdade” existente nos discursos, assim como a própria seleção dos elementos constituintes do método revelam procedimentos de *exclusão e rarefação* do discurso:

“[...] suponho que em toda sociedade a produção [do discurso] é ao mesmo tempo *controlada, selecionada, organizada e redistribuída* [grifos meus] por certos procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. [...] Por volta do século XVI e do século XVII (na Inglaterra sobretudo) apareceu uma vontade de saber que[...] impunha ao sujeito cognoscente (e de certa forma antes de qualquer experiência) certa posição, certo olhar e certa função”.<sup>41</sup>

Bourdieu alerta também para a contenda presente nessa intenção de verdade, da obtenção da “visão legítima” a força do capital simbólico de um grupo é de vital importância;

“Em meio à luta para a imposição da visão legítima, na qual a própria ciência se encontra inevitavelmente engajada, os agentes detêm um poder proporcional a seu capital simbólico, ou seja, ao reconhecimento que recebem de um grupo[...] o poder das palavras reside no fato de não serem pronunciadas a título pessoal por alguém que é tão somente 'portador' delas. O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo [...]”<sup>42</sup>

Portanto, num século onde a Ciência e suas propostas assumem um papel proeminente na sociedade, com a afirmação da figura do intelectual e instituições de ensino e pesquisa na formulação de um projeto de nação o poder político dessas personagens, pertencentes a já influente elite econômica, não pode ser

<sup>41</sup> FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 8-16.

<sup>42</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas linguísticas**: O que falar quer dizer. 2.ed. São Paulo (SP): USP, 2008. p. 82-89.

menosprezado. O discurso científico higienista sendo reconhecido pela elite brasileira como verdadeiro, correto, justo – em amplos sentidos – para a modernização, civilidade e progresso da cidade, consegue agir fisicamente/materialmente sobre ela mudando sua paisagem assim como a vida de muitas pessoas.

Sendo assim, tanto a matéria científica quanto o seu método e objetivo são carregados de intenções e interesses, que podem ser usados para variados fins, ainda mais se vinculados a política; situação que era comum em finais do século XIX e início do século XX, no Brasil e em Florianópolis, com a já mencionada inserção de médicos, engenheiros, sanitarista nas malhas da política pública.

Para Chalhoub a ideia de que existiria um “caminho da civilização”, um paradigma de “aperfeiçoamento moral” e que, para um país ser moderno e próspero como “os mais cultos”, era preciso solucionar seus problemas de higiene pública segunda as “técnicas neutras” da ciência, retiram das decisões tomadas pela administração pública – dos grupos a ela pertencente - o carácter político de interesses bem determinados; para ele:

“o resultado dessas duas operações mentais é o processo de configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia: ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no “caminho da civilização”. [...] O que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização européia [sic] nos trópicos; o que se procura, na prática, é fazer política deslegitimando o lugar da política na história.”<sup>43</sup>

Respaldadas por essa premissa de neutralidade científica, basicamente todas as medidas sanitárias e de reconfiguração urbana foram levadas a cabo pela administração pública de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, não só o “bota abaixo” dos cortiços, como também medidas mais simples, mas com grande efeito sanitário e de mudanças de comportamento social: a coleta de lixo periódica, calçamento das ruas, cuidados maiores com a criação de animais domésticos e proibição de criar animais soltos no perímetro urbano; mudanças na arquitetura das casas e prédios como a ampliação das janelas e pé-direito, instalações de banheiros no interior das habitações, criação de sistemas de esgoto e abastecimento de água, campanhas de vacinação, combate ao vício do álcool e do ócio, implantação da

<sup>43</sup> CHALHOUB, Sidney. op. cit. p. 35.



iluminação elétrica; Assim foi também em Florianópolis em finais do século XIX e início do XX.<sup>44</sup>

Impulsionadas e pensadas por uma elite comercial e política emergente, intimamente relacionada com as trocas econômicas proporcionadas pela condição de cidade portuária, as medidas higienistas e a lógica de administração pública pautada por pressupostos da medicina social (fiscalizadas e legitimadas pela imprensa florianopolitana), foram a tônica das ações políticas na Ilha nas primeiras décadas do século XX. Relações que serão abordadas no próximo capítulo desse trabalho.

---

<sup>44</sup> MORAES, Laura do Nascimento Rótolo de. op. cit.

## MARGINALIZAÇÃO LEGITIMADA

Para compreendermos melhor como e por que aconteciam os movimentos de reformas urbanas, marginalização, controle social é preciso ter em mente que os anos iniciais da República foram anos conturbados em todos os sentidos da vida social, política, cultural e econômica do país. A elite intelectual e política da época sentia a necessidade – ou “missão” - de dar significados a esse turbilhão de acontecimentos e controlar suas consequências, mantendo assim a ordem social que lhes era favorável. Reorganizar a cidade e a sociedade, que vira emergir novos agentes sociais (principalmente uma quantidade imensa de ex-escravos, agora livres, e uma crescente população imigrante), era necessário para que se impedisse qualquer grave ameaça ao *status quo*.

Portanto o período compreendido entre as décadas finais do Império e as primeiras décadas do Regime Republicano no Brasil foi marcado por sérias mudanças políticas, sociais e econômicas impulsionadas por processos como a abolição da escravatura, imigração europeia, a própria proclamação da República, crescimento urbano acelerado; tudo isso acompanhado de ideais de “modernização” que levariam o país ao “progresso” e “civilização”.

Essas transformações reverberaram em uma nova configuração urbana, não só da paisagem, mas também na maneira de pensar o país, que tinha acabado de sair do sistema escravagista. Como capital do Império – e posteriormente da República - o Rio de Janeiro foi uma espécie de “para-raios” dos ideais europeus que levariam à tão desejada “modernização” e, pode ser percebida como um “modelo” para outras capitais do território Nacional (Recife, Porto Alegre, São Paulo, Salvador)<sup>45</sup>. Florianópolis, como capital de um Estado da República não escapa a esse movimento, embora o vivencie respeitando suas especificidades locais e em um período imediatamente posterior; enquanto a maioria destas grandes cidades já haviam passado por amplas reformas em 1910, Florianópolis terá, em 1920, o seu ápice no movimento reformista.

Segundo a historiografia política local, pode-se identificar três momentos referentes a primeira fase da República catarinense: um primeiro momento de

---

<sup>45</sup> MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e vizinhança**: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau; NOVAES, Fernando (Org). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras. 1998. p. 131-214.

“acomodação ao novo regime” (1889-1891); o segundo marca uma oposição maior ao Partido Republicano, a tomada das “rédiás” do Estado pelos Federalistas e sua administração (1891-1896); e o terceiro período sendo a volta e consolidação dos Republicanos a darem as cartas no cenário político local (1896-1930).<sup>46</sup> O primeiro momento foi o período inicial de organização e nomeação de autoridades, funcionários e instituições como processo de substituição e diferenciação ao recém-deposto regime Imperial.

Embora aparente tranquilidade nos primeiros momentos do novo regime republicano (já que não houve praticamente oposição a sua instauração; tendo apoio das principais forças políticas do Império: Partido Liberal e Conservador), não esteve ausente episódios de apoio ao antigo regime; como mostra um episódio narrado por Neckel: três dias após a República proclamada, na noite do dia 18 de novembro, um grupo de quarenta praças em ordem e formatura, saíram em passeata carregando uma bandeira do Império dando vivas ao imperador pelas principais ruas do centro da cidade. Quando chegaram ao 25º BI receberam voz de prisão do chefe de polícia Firmino Lopes; um dos praças chama o comandante de traidor. Pelo menos quatro foram baleados e um morto.<sup>47</sup>

No processo de assentamento das forças políticas e indicações a cargos políticos, o Governo de Lauro Müller alijara do poder os ex-monarquistas, então simpáticos ao novo regime Republicano, quando da indicação à vagas de senadores e deputados federais, onde o Partido Republicano rejeita uma chapa mista entre estas três forças políticas em 1890. Por conseguinte Manoel José de Oliveira – líder conservador- e Eliseu Guilherme da Silva – líder liberal – se juntam e formam o Partido da União Nacional, estabelecendo-se então como oposição ao Partido Republicano. Aquele por sua vez aproveita a instabilidade política nacional quando Deodoro da Fonseca, em 1891, fecha o Congresso Nacional; manobra apoiada pelo Governo catarinense (mas não por Lauro Müller) chefiado por Gustavo Richard, já que Müller estava exercendo cargo de deputado federal.

Logo após o golpe, Deodoro renuncia por falta de apoio político e militar, e quem assume é Floriano Peixoto. A aposta da oposição foi desestabilizar Lauro Müller frente a Floriano, sustentando a ideia de que Lauro Müller havia apoiado Deodoro. A oposição à Müller foi tanta, que este renuncia ao cargo de Governador

---

<sup>46</sup> ARAÚJO, Hermetes. op. cit. p. 109-112.

<sup>47</sup> NECKEL, Roselane. op. cit. p. 11.

do Estado, para evitar um confronto armado entre oposicionistas e republicanos (que já moviam 120 homens do interior do Estado, principalmente Blumenau, liderados por Hercílio Luz e Bonifácio Cunha)<sup>48</sup>. O governo fica vago e é estabelecida uma Junta Governativa onde a oposição, agora congregada no Partido União Federativa, retoma o controle político.

Este é o início do segundo momento. Após a Junta Governativa dar lugar a um Interventor vindo do Rio de Janeiro, tenente Manoel Joaquim Machado, os federalistas conseguem estabelecer eleições estaduais em abril de 1892, sendo eles a redigirem a segunda constituição do Estado, promulgada em 7 de julho do mesmo ano. Em fevereiro de 1893 eclode a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul; a princípio os federalistas que estavam no governo foram contra o levante revolucionário que questionava a legalidade da posse de Floriano Peixoto, que não respeitou a prerrogativa constitucional de 1891 de chamar novas eleições em caso de vacância do cargo de presidente, mas logo o governo estadual apoia o lavante federalista do sul.

Em setembro do mesmo ano explode a Revolta da Armada no Rio de Janeiro, movimento contrário ao governo Floriano Peixoto, que após ser sufocado na capital do país, manda representantes para o sul com o intuito de estabelecer aliança com os federalistas e reivindicar – junto aos países da Bacia do Rio da Prata – reconhecimento diplomático como um governo paralelo ao de Floriano. A ilha passa a ser a base de junção entre revoltosos da armada do Rio de Janeiro e federalistas do Rio Grande do Sul.<sup>49</sup>

A repressão e subjugação do movimento oposicionista do sul, representava para o Governo Nacional, além da manutenção do Regime como tal, a manutenção da unidade nacional, ideia cara para os republicanos no poder central do país; unidade territorial que era apreciada e mantida com sangue desde os tempos do Império. Não demorou muito e a resposta de Floriano e seus apoiadores foi avassaladora, informa Neckel:

Mas a contra-ofensiva [sic] de Floriano Peixoto foi violenta e contou com o apoio das lideranças republicanas. A 17 de abril de 1894, a esquadra legalista conseguiu derrotar e desalojar os federalistas de Desterro. Para governar o estado de Santa Catarina, foi enviado a 19 de abril de 1894 o delegado do governo federal, coronel Antônio Moreira César. Em Desterro, este governador fez inúmeras prisões e fuzilamentos sumários. Desterro viveu, então, dias de terror. Inúmeros componentes da antiga elite foram

---

<sup>48</sup> Ibidem. p. 27-8.

<sup>49</sup> ARAÚJO, Hermetes. op. cit. p. 110.

fuzilados, degolados ou atirados ao mar.<sup>50</sup>

Além desses, episódios como o massacre de Canudos (1893 – 1897) e a guerra do Contestado 1912 – 1916 (esse já no momento de maior “tranquilidade” para os republicanos), mostram como foram conturbados os primeiros anos da República no Brasil. As fortes crises e cisões entre as elites, processo iniciado às vésperas da abolição, reverberam na busca por unidade e controle total da vida e o descompasso dos interesses entre essas elites e anseios de uma parcela da população alijada do poder, mas não da luta e expressividade política.

Jamais o país presenciara tal acúmulo de inovações na esfera político-administrativa e nas relações sociais. Desorganizara-se o antigo estamento burocrático e o Exército tornara-se, com Floriano, senhor do Estado. Desarticulava-se o antigo sistema parlamentar do Império introduzindo-se novas relações entre os poderes. Contudo, ainda não se firmara o federalismo bem como nenhuma conquista democrática. Partiram contestações ao regime do seu próprio interior.

Sucumbira a ordem pacata das cidades, cedendo lugar aos batalhões patrióticos, aos reclamos das camadas médias urbanas e às primeiras reivindicações do proletariado.<sup>51</sup>

Araújo lamenta a falta de referências e trabalhos sobre esse período histórico, relativos as marcas deixadas na população mais humilde – também envolvida no processo –, tanto do lado legalista como federalista. E indica o início do terceiro período da República catarinense. Abafada a revolta, abre-se caminho para o domínio da elite catarinense vinculada ao Partido Republicano, e como primeira medida, de caráter simbólico, muda-se o nome da capital para Florianópolis, clara homenagem a Floriano Peixoto e símbolo da vitória das elites republicanas.<sup>52</sup>

O amplo domínio político do Partido Republicano, foi possível, em grande medida, pela fraca e desarticulada oposição que restara no Estado. Grande parte das lideranças e representantes políticos dos federalistas haviam sido mortos por Moreira César, como já mencionado algumas linhas acima. Quem assume o governo é Hercílio Luz (1894 a 1898), importante figura no processo de modernização, saneamento e marginalização ocorrido em Florianópolis. Contudo as contradições e disputas internas ao partido não cessaram. Em 1900, acontece uma divisão interna entre o ex-governador Hercílio Luz e o então governador Felipe Shimidt, racha encabeçado por Hercílio. Todas disputas e interesses eram acompanhados pela imprensa local, principalmente o jornal *República* “*órgão oficial do Partido*

<sup>50</sup> NECKEL, Roselane. op. cit. p. 32.

<sup>51</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. 1986 apud ARAÚJO, Hermetes. op. cit. p. 112.

<sup>52</sup> ARAÚJO, Hermetes. op. cit. p. 112-13.

*Republicano*” (umas das fontes desse trabalho) que atendia os interesses das elites mancomunadas a Hercílio Luz e o jornal *O Dia* que defendia o grupo de Felipe Shimidt; chegando mesmo estes periódicos a anunciarem resultados diferentes na eleição de 1898. Somente em 1902 com Lauro Müller o partido volta a se reunificar e agregar também membros federalistas.<sup>53</sup>

Somente na década de 20 emerge uma força política, ainda dentro do partido, capaz de fazer frente a Hercílio Luz e Lauro Müller; vinda do planalto serrano essa força, personificada por Vidal e Nereu Ramos, representava os interesses pecuaristas em acensão no interior do Estado. Para eles o Partido Republicano defendia apenas os interesses de grupos ligados as atividades comerciais e industriais do litoral e região do vale. Assumem as rédias do governo na década de 1930.<sup>54</sup>

Em 1918 Hercílio Luz assume o governo do estado, como vice-governador em exercício. As obras de viação que ligariam as macrorregiões de Santa Catarina por completo, era uma grande preocupação de seu governo; com elas Hercílio buscava centralizar o Estado, o mais amplamente possível, sob domínio do Partido Republicano. O saneamento também merecia atenção total do governador, tornando-se um dos principais focos da administração hercilista. Problemas relativos a saúde, doença, controle de epidemias e endemias, criação de instituições, abastecimento de água, canalização de córregos, estatísticas demográficas etc. foram assumidos como de caráter permanente e não apenas socorros episódicos.

A partir daí, e de maneira indissociável, o espaço urbano [...] constitui-se mais amplamente como superfície de intervenção e de controle que, pretendendo-se instaurar de maneira sistemática, foi, apesar de suas restritas realizações práticas, erigido [sic] em objetos de enfáticos discursos e de manifestações que se disseminaram na cidade à época.<sup>55</sup>

Percebemos, então, nos discursos da elite política local, uma preocupação em provocar melhorias estruturais e organizacionais na cidade (principalmente áreas centrais), normatizar e vigiar uma parcela da população e procurar medidas para solucionar alguns problemas identificados com a falta de saneamento. Na capital do Estado de Santa Catarina temos, então, a construção – de acordo com o que havia de mais “moderno” no Brasil e Europa – de instituições voltadas a “tratar” e

<sup>53</sup> NECKEL, Roselane. op. cit. p. 35.

<sup>54</sup> PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1983. p. 622-24.

<sup>55</sup> NECKEL, Roselane. op. cit. p. 37.

“recuperar” o indivíduo, Penitenciária de Florianópolis (1930); Hospital Colônia Santana (1941). Asilos e Orfanatos com caráter normatizador de determinados indivíduos sociais, a Avenida do Saneamento (mais tarde receberia o nome de Av. Hercílio Luz) (1921), objeto de análise desse capítulo e apogeu das reformas e modificações urbanas no centro da cidade<sup>56</sup>.

Enquanto no Rio de Janeiro o ímpeto reformador ocorre nos últimos anos do século XIX e primeira década do século XX, na capital do Estado de Santa Catarina, esse furor ocorre em fins dos anos 1910 e início dos 1920; onde não só as instituições supracitadas foram idealizadas e construídas, mas também realizadas as primeiras obras da rede de esgoto, energia elétrica, água encanada etc. Assim como na Europa e no Rio de Janeiro, os objetivos dessas obras eram modificar a estética da cidade, controlar comportamentos, segregar uma parcela da população, facilitar o trabalho repressor das instituições coercitivas do Estado frente a possíveis revoltas populares. No caso brasileiro contava ainda com o objetivo, já citado, de separar o máximo possível a imagem da nova República da imagem de atraso que se esforçava em construir sobre o Império –, mas também enquadrar hábitos, valores, posturas da sociedade em geral, aos novos preceitos republicanos que faziam parte do pacote de introdução do país ao sistema capitalista internacional contemporâneo.

Porém, estas medidas de caráter higienista não surgem no meio intelectual, político e popular da Ilha com o advento da República. No período Imperial já podem ser notadas sutis intervenções estatais no meio urbano com características higienistas e “modernizadoras”. Elas são resultados de processos históricos anteriores, não estáticas e enclausuradas em um determinado momento histórico. Nas palavras de Garcia, que lembram as de Marc Bloch, “Ressalta-se que os acontecimentos não emergem de um vazio de fatos, pois o passado se trama ao presente [e este ao passado] por uma tênue linha de continuidades, que lhe conferem [sic] um certo grau de plausibilidade e inteligibilidade.”<sup>57</sup>.

Portanto, podemos perceber que em meados do século XIX, na ainda Desterro, a modernização do Hospital de Caridade que na segunda metade dos 1800 já contava com a presença e atuação de profissionais médicos formados em Faculdades de Medicina<sup>58</sup>, sendo estes médicos e o próprio hospital muito bem

<sup>56</sup> SARDÁ, Juliana. op. cit. p. 03.

<sup>57</sup> GARCIA, Carla Laner. Op cit. p. 32.

<sup>58</sup> MORAES, Laura do Nascimento Rótolo de. op. cit. p. 29.

referidos nos jornais da época. O Hospital nesse período já era um espaço de saúde e tratamento onde a doença não pertencia mais ao mágico e subjetivo mas sim ao cosmos do corporal e objetivo.<sup>59</sup> Não obstante, a sociedade em geral, principalmente as classes populares, utilizavam principalmente de conhecimentos populares sobre plantas e práticas curandeirísticas que permeavam todo o meio social<sup>60</sup>.

De acordo com as teorias científicas dominantes do século XIX – como já mencionado no capítulo anterior –, as doenças provinham da inalação de odores “tóxicos” ou “maléficos”, resultantes da putrefação de vegetais e animais e dejetos que alteravam a qualidade “sadia” do ar; logo, o cuidado com o ambiente constitui-se como um fator decisivo para a manutenção da saúde. Já no Império, portanto, os órgãos públicos mostravam preocupação com o armazenamento do lixo, os dejetos, as águas estagnadas, circulação do ar pelos ambientes, conseqüentemente pelas construções. Diante da ameaça dos miasmas (que eram agravados pelas elevadas temperaturas dos trópicos) Carla Garcia chama atenção para medidas da Câmara Municipal - da então Desterro - que regulamentam a altura mínima do pé direito das construções, assim como ter um número considerável de janelas, também alertava para a utilidade de construir pensando na máxima penetração da luz solar para evitar ambientes úmidos.

Carla Garcia discorre também sobre a regulamentação do despejo de dejetos pela cidade, dos quais a população entornava “em quaisquer lugar da cidade”, lançados pelas janelas atingindo quem tivesse a má sorte de passar por perto nessa hora. Para acabar com tal comportamento (também “importado” da Europa) a Câmara determinaria lugares e horário para tal fim, mas enquanto estes lugares não ficavam prontos, a medida a ser tomada pela população do incipiente centro urbano, seria jogá-los ao mar, sendo os contraventores multados; pagariam a despesa da remoção dos dejetos e, caso fosse um escravo ou criado que praticasse tal ato, seriam colocados sob custódia de oito dias (no máximo), até o pagamento da multa e despesas que ficariam a cargo do senhor ou amo.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> Ibidem. p. 32.

<sup>60</sup> Para saber mais sobre as práticas de cura em Desterro/Florianópolis ler MORAES, Laura do Nascimento Rótolo de. **Cães, Vento Sul e Urubus: Higienização e cura em Desterro/Florianópolis (1830-1918)**. PUCRS; Porto Alegre 1999. LIZ, Pamela Amorim. **Entre o curandeiro e o dotôri: reformas urbanas, práticas de cura e medicina oficial nas páginas do jornal O Dia (1910-1918)**. UFSC; Florianópolis 2010.

<sup>61</sup> GARCIA, Carla Laner. Op cit. p. 41-50.



Percebemos portanto, por meio desse excerto, a incorporação de práticas sanitárias realizadas pela esfera pública, pautadas por teorias científicas higienistas, já no período Imperial. Práticas e discursos que atingiam, por meio de decretos, leis e vigilância institucional, o comportamento e hábito da população local de maneira geral. Porém, havia uma parcela dela que mais sofria com as medidas reformadoras, controladoras e segregacionista, estes eram os negros, mestiços, brancos pobres (pescadores, soldados, estivadores, prostitutas), associados a degeneração, perniciosidade, promiscuidade, imoralidade. As noções de insalubridade e falta de higiene estavam vinculadas às questões comportamentais, que ultrapassavam as temáticas de limpeza e asseio do núcleo urbano, chegando a medidas que pudessem esterilizar determinados hábitos e costumes e, no limite, grupos sociais.

Tais medidas acabam por recrudescer as tensões entre grupos culturalmente diferenciados. Elas incidem principalmente no centro da cidade onde conviviam lado a lado escravos e forros (nos tempos da escravidão), negros livres, pequenos comerciantes, ambulantes e a elite política e econômica local, tornando-se o foco para onde convergiam as medidas, práticas e discursos reformadores da urbe. Medidas com efeitos, muitas vezes, nefastos para grupo social menos favorecido economicamente e alijado politicamente. Palavras como: excluir, controlar, subordinar e regenerar transformaram-se em projeto de administração pública, reverberando-se em práticas e ações no meio social para a inclusão do Brasil no sistema capitalista internacional e ampliar sua representatividade internacional. Seguia-se um projeto civilizatório ao molde europeu (francês principalmente) onde se buscava uma sociedade de “homens de bem”, onde as “classes perigosas”<sup>62</sup> teriam seu papel e espaço na sociedade e este seria à margem dela. Seguindo essa linha de raciocínio a lógica reformista sanitária traz consigo inúmeras restrições a comportamentos, hábitos, maneiras de viver e sobreviver na cidade.

A jogatina, por exemplo, passa a ser recriminada na Ilha mais sistematicamente nos anos iniciais do século XX e como é de costume, a imprensa (como porta-voz dos bons e mais modernos hábitos) usava de sua influência e alcance social, principalmente nas camadas mais abastadas da população naquela época, para exigir providências policiais relativas a casos que iriam contra os valores dominantes do período:

---

<sup>62</sup> Conceito já trabalhado em capítulo anterior. Cf. CHALHOUB, Sidney. op. cit.

Tomamos a liberdade de chamar a atenção da polícia para inúmeras casas de jogo existentes em nossa Capital, onde o vício mais hediondo, o maior inimigo duma sociedade, campeia livremente visto que ninguém opõe barreira.

A polícia zelosa de Florianópolis a quem cabe guardar o lar catarinense contra os assaltos do crime, - e maior crime não há que o jogo, o comum ladrão – à polícia, dizíamos cumpre por termo a tão desenfreada carreira de um vício que macula, em grande parte a sociedade Florianopolitana.<sup>63</sup>

Jogos como os “de parada”, jogo em que se apostava a cada lance, eram proibidos em Florianópolis no começo da República por estarem associados a “vadiagem” e a bebedeira, todos vícios incompatíveis – segundo os discursos da elite local – com uma “sociedade de bem”, praticante dos hábitos civilizados europeus ou fluminense e que perpetrava o valor maior do homem na sociedade capitalista à época: o trabalho. Jogos desse tipo, juntamente com a simples reunião de pessoas em alguns locais, se tornaram alvo de repressão e controle das autoridades já em 1898, figurando nos artigos dos códigos de posturas municipal:

Art. 202 – São proibidos todos os jogos de parada ou aposta por meio de cartas, dados ou roleta, ou qualquer outro tipo de aparelho destinado a esse fim, e quaisquer outros que sejam tolerados pelo governo municipal.

Art. 203 – É proibida a reunião dos filhos de famílias, famulos ou criados nas lojas, tavernas, ruas e calçadas, casas de víspera e rinheros, qualquer que seja o fim dela.

Art. 204 – Os infratores do artigo 202 incorrerão na multa de 30\$. E os do artigo 203 na de 3\$ a 8\$ cada um.

Art. 205 – Serão também considerados infratores dos artigos 202 e 203 os donos das casas em que se fizerem jogos, e das lojas e tavernas que se derem reuniões.<sup>64</sup>

Percebe-se a necessidade de coibir esse tipo de prática, o jogo, assim como o ajuntamento indesejado de pessoas, ao que parece não havia uma recriação ou fiscalização sistemática ao jogo, mas sim campanhas esporádicas quando a imprensa dava ênfase ao assunto<sup>65</sup>, diferente de outras medidas saneadoras como as visitas por comissões de higiene a casas e estabelecimentos da cidade, ajardinamento das ruas e praças etc. A “vadiagem” era comumente referida pela imprensa como caso de polícia, e esta instituição – a policial – além de cobrada era elogiada na mesma imprensa, indicando o claro diálogo entre esses setores das elites catarinenses:

**Repressão á vadiagem:** *Uma medida louvável.*

A repressão energética á vadiagem de certos indivíduos que já se habituaram ao ócio, é uma necessidade.

<sup>63</sup> O jogo. Jornal **A Capital**. Florianópolis, 08 de fevereiro de 1921. p. 01. Apud ARAÚJO, Fernanda Becker. Op. cit. p. 21.

<sup>64</sup> Código de Posturas da Câmara Municipal – 1898.

<sup>65</sup> ARAÚJO, Fernanda Becker. Op. cit. p. 23.

De ha muito, a imprensa tem reclamado contra um determinado numero de vagabundos que vivem sem eira nem beira, a frequentar, assiduamente, os xadrezes da Chefatura, soffrendo os corretivos ás faltas cometidas.

A detenção não lhes serve de corrigendas.

Mister se torna uma pena mais efficaz.

Procurando por um termo á malandragem, o Sr. Dr. Monteiro de Barros, activo Delegado de Policia, conferenciou com o Sr. commandante da Fortaleza Santa Cruz, no sentido de serem aproveitados nos serviços do cáes daquelle estabelecimento militar todos os vadios que a policia detiver.

O Sr. commandante da Fortaleza Santa Cruz aceitou com muito agrado a feliz iniciativa.

D'ora avante os individuos que forem presos, por vadiagem, serão immediatamente remetidos á Fortaleza, onde terão trabalho e alimentação.

É digna de todo applauso a medida tomada pela zelosa auctoridade policial que está agindo em beneficio não somente da nossa sociedade, como tambem no desses infelizes que encontrarão a sua regeneração no trabalho de cada dia.<sup>66</sup>

Há de se ter em mente que, comumente, uma pessoa que vivia de diárias trabalhando alguns dias outros não, vivendo então “sem eira nem beira”, poderia ser tachada de “vadio” e sofrer tal pena. Não só isso chama a atenção, como a maneira ríspida com a qual o jornal fala sobre esses indivíduos, que por várias razões não se encaixavam nas noções de “trabalho” da época, sendo que o trabalho se constituía, como já mencionado, fator regenerador do homem; além é claro da função social – e de tutela frente esses grupos sociais - dessas medidas que não são benéficas apenas para a sociedade como para os próprios presos. “Dignas de aplausos”, de quem não precisaria se preocupar com a abrangência e nebulosidade da lei!<sup>67</sup>

A “vadiagem”, o marasmo, a morbidez ou a pouca inclinação ao trabalho, produtividade e acumulação (“virtudes” dos novos preceitos burgueses em alta nesse período), que essa elite percebia no presente e associavam ao extrato social mais pobre de Florianópolis, precisava ser explicada; e a origem dessa característica foram buscá-la no passado. Assim a chegada dos imigrantes açorianos ao litoral catarinense, quando em contato com o ambiente, geografia, clima da nova terra, sofrem em sua “estrutura sadia” e seu destino foi o abandono e a degenerescência. Essa reflexão foi feita por um grupo específico das camadas altas da sociedade florianopolitana: poetas, jornalistas, escritores, críticos, historiadores e políticos que

<sup>66</sup> Jornal **República**. Florianópolis; 7 de março de 1919.

<sup>67</sup> Juliana Sardá (op. cit. p.74) apresenta alguns dados retirados de contravenções e delitos policiais levantados por ela, que nos dão um panorama das profissões que eram mais frequentes entre os presos correccionais, segundo ela “[...]entre outubro de 1910 e maio de 1911, foram recolhidas 94 pessoas sem profissão, 31 jornaleiros, 30 marítimos, 29 domésticos (sendo 5 mulheres), 24 lavradores, 14 pedreiros, 7 cozinheiros, 7 pintores, 6 sapateiros, 4 carroceiros, além de outros em menor número como vendedores de leite, cocheiros, lavadeiras, doceiras.” O que lhe chama a atenção é “[...]o grande número de pessoas que trabalhavam nas ruas, provavelmente enquadradas na condição de desordeiras por tentarem resolver seus conflitos advindos da necessidade de sobrevivência.”

se colocavam na posição de formuladores de uma reflexão crítica e *objetiva* da sociedade da qual faziam parte, por possuírem, segundo eles próprios, as ferramentas necessárias para realizarem uma análise sobre as causas da “indolência” e então formularem projetos de regeneração dessa sociedade.<sup>68</sup>

Movimento que estava em sintonia com os anseios reformadores e “científicos” da época, não só no Brasil como na Europa e nos Estados Unidos. Por conseguinte, o comportamento do pescador, por exemplo, que tendia a permanecer à beira-mar por longos períodos à espera de boas condições de tempo e maré para então ir ao mar, era desconfortável e não compatível para a elite política, intelectual e econômica de Florianópolis, que desejava incitar o agitado e “produtivo” ritmo dos grandes centros à Florianópolis e seus habitantes<sup>69</sup>. Ignorando antigos hábitos de vida e trabalho da população, os grupos dominantes procuravam afirmar seus desejos de modernização econômica enquadrando a população em seus novos modelos comportamentais, os quais levariam a “modernidade” e “civilização”. Estabelece-se então o discurso do “reerguimento do homem do litoral”<sup>70</sup>.

Os hábitos de sobrevivência através de trabalhos informais, no centro e no interior da ilha, através das atividades pesqueiras e de lavouras sazonais, garantiam formas de subsistência próprias, permitindo que muitos vivessem conforme seus valores, necessidades físicas e socioculturais. Estas parcelas da população, diante dos valores e concepções reformistas, foram desqualificadas; as imagens de estagnação para designar a situação de desencontro predominante em Florianópolis diante destes interesses em expansão foram construídas em simetria àquelas que passaram a definir estes habitantes como ociosos e não afeitos ao trabalho.<sup>71</sup>

Segundo o pensamento da época, as concepções de higiene e saneamento não se restringiam apenas à prevenção de doenças, epidemias, etc; viver dentro dos padrões higienistas era também o combate ao que se considerava ócio, vícios, promiscuidade e demais comportamentos que pudessem, por alguma razão, prejudicar a totalidade da população e perturbar a “ordem” social<sup>72</sup>. Podemos notar essa prerrogativa – nas autoridades locais e na imprensa – de mudar hábitos e comportamentos, vinculada a noções de higiene e sanitarismo vigente na época, em várias reclamações cotidianas nos jornais da cidade. Em julho de 1920, por exemplo, pode-se ver pequenas notas como esta nas páginas dos periódicos:

#### **Na banca do Mercado**

<sup>68</sup> ARAÚJO, Hermetes. Op. cit. p. 132-155.

<sup>69</sup> NECKEL, Roselane. Op. cit. p. 45.

<sup>70</sup> ARAÚJO, Hermetes. Op. cit. p. 151.

<sup>71</sup> NECKEL, Roselane. Op. cit. p. 63.

<sup>72</sup> SARDÁ, Juliana. op. cit. p. 32-4.

Os vendedores do pescado têm um vezo antigo que está merecendo reclamações.

Elles se habituaram a dar um banho de areia nas tainhas expostas á venda. Affirmam que fazem tal pratica para demonstrarem que as tainhas foram pescadas na Lagôa.

Pode ser uma velha praxe, mas attenta contra a boa hygiene.

Ahi fica a reclamação que nos pedem tornemos publica.<sup>73</sup>

Transparecendo a perseguição às várias atividades que, mesmo não oferecendo risco direto à saúde da população geral, estas atividades se tornavam alvo de críticas da imprensa ou de regulamentações de poder público, atividades que significavam, muitas vezes, a sobrevivência de quem as desempenhassem.

Há dias inúmeros vendedores ambulantes percorrem as ruas oferecendo a venda grande quantidade de pêssegos verdes.

A fiscalização municipal deve proibir não só a venda de pêssegos verdes como de todas as frutas que não estejam em condições de serem aproveitadas. A saúde pública assim o exige<sup>74</sup>

De ordem do Sr. Superintendente Municipal, faço público aos quitandeiros que o alcenço da quitanda somente dá direito à venda de verduras e legumes, frutas, louças de barro, cozos, aves de alimentação, peneiras, esteiras, ovos, condimentos (nos quais inclui-se pimenta, alho , cebola) abano colheres e gamelas de pau, lenha.

As quitandas que vendem cereais e gêneros, bebidas, cigarros, fósforos, etc., são classificadas como tavernas e assim ficam sujeitos ao imposto de aferição.<sup>75</sup>

A obrigatoriedade de pagar impostos quando da venda de qualidades específicas de produtos, dificultava a manutenção da atividade pelos trabalhadores mais pobres, que muitas vezes já não auferiam lucro suficiente para o sustento da família, exercendo a atividade comercial, deixando maior demanda para quem já estaria estabelecido na “praça”, os comerciantes mais ricos.

As prostitutas também sofriam perseguições, eram vinculadas a falta de higiene, nesse caso moral, tornando-se necessário tomar algumas providências em relação a elas. Carregando a alcunha de “mulheres decaídas” umas das principais medidas para relativo controle desse nicho social era a remoção dessas mulheres do centro da cidade:

#### **Saneamento Moral**

Os moradores da rua João Pinto, de certo tempo a esta parte, vinham reclamando á polícia contra a habitação de decahidas naquella rua central.

Inumeras famílias se queixavam dos actos livres ali praticados por pessoas sem o menor respeito pelo decoro social.

A policia tomando em consideração as reclamações constantemente feitas contra os actos degradantes, praticados pelas dachahidas, ordenou-lhes a sua mudança daquella rua.

<sup>73</sup> Jornal **Republica**. Florianópolis; 9 de julho de 1920. p. 2.

<sup>74</sup> Jornal **Republica**. Florianópolis; 5 de dezembro de 1918.

<sup>75</sup> Jornal **Republica**. Florianópolis; 11 de fevereiro de 1920. In NECKEL, Roselane. Op. cit. p. 83.

Foi lhes dado um prazo para mudança.<sup>76</sup>

Percebe-se, segundo o jornal que a polícia não fazia uma vigilância sistemática em casos como esse, sendo a imprensa e as “pessoas de bem” responsáveis por fiscalizar e denunciar comportamentos que não estavam de acordo com os padrões higiênicos e saneadores compreendidos como verdadeiros e civilizados, exigindo que providências fossem tomadas pelas autoridades tanto policiais como políticas. Nota-se mesmo que não se oferece escolha nem propostas ou indicação para as mulheres, exige apenas a mudança das mesmas.

Essas mulheres não poderiam conviver no mesmo espaço físico que “famílias de bem” da sociedade catarinense.; rejeição que se estendia às mulheres pobres que exerciam outros trabalhos que não à prostituição, mas que também faziam da rua seu local de trabalho como: lavadeiras, vendedoras, passadeiras, quituteiras<sup>77</sup>. Dessa forma o processo de urbanização e saneamento ocorrido em Florianópolis, assim como em outras cidades do mundo, “restringiu o processo de sobrevivência de indivíduos e grupos no centro da cidade. Isto porque a disciplinarização que recai sobre os espaços públicos urbanos (ruas, trapiches, praças) atinge diretamente os moradores mais pobres que conviviam nesses espaços.”<sup>78</sup>

Pobres eram impedidos de entrar em alguns lugares públicos, que por meio de rígidos regulamentos internos garantiam a segregação social; assim em Igrejas, praças e bondes passaram a proibir a presença de pessoas malvestidas, bêbadas, loucas<sup>79</sup> como mostra a disposição da Superintendência Municipal em cumprir leis que proibiam:

A entrada nos jardins públicos de pessoas descalças, maltrapilhas, conduzindo carga, embriagados e loucos, destruir construções ou adornos, pisar nas gramas, praticar ações ofensivas à moral pública, pronunciar palavras injuriosas ou usar de gestos indecentes, provocar desordens, aglomeração de rapazes em algazarras e correrias em desacordo com a boa educação, desenhar figuras, danificar, cortar ou escrever nos bancos, conduzir carros, carrinhos ou velocípedes.<sup>80</sup>

<sup>76</sup> Jornal **Republica**. Florianópolis; 25 de janeiro de 1919.

<sup>77</sup> MÜLLER. Glaucia Regina Ramos. Op. cit. p.94.

<sup>78</sup> CORANDINI, Lisabete. **Praça XV**: espaço e sociabilidade. Apud Müller, Glaucia Regina Ramos. Op. cit. p. 94.

<sup>79</sup> BATISTA, Renata. **Sanear e Modernizar**: O “Embelezamento” da Cidade – Florianópolis (1920-1926). Florianópolis, 2013. UFSC. (Trabalho de conclusão de curso – História). p. 62.

<sup>80</sup> “Jardins Públicos” (Superintendência Municipal). Jornal **República**. Florianópolis; 27 de agosto de 1918. p. 3

Lei que nos faz perceber algumas noções abstratas e subjetivas, que poderiam ser usadas de maneira abusiva e injusta pela autoridade policial que quisesse investir contra qualquer pessoa que ali estivesse (principalmente pobres), como “praticar ações ofensivas à moral pública” “provocar desordens”, “pronunciar palavras injuriosas”. Essas “palavras” foram responsáveis pela prisão de um grupo de jovens no trapiche da cidade, atendendo claro, as reclamações da imprensa local, principalmente do jornal *República*. Há uma clara referência, já no título da notícia, ao processo higienista e a legitimação que tal discurso saneador proporcionava à tais procedimentos:

**A policia faz “limpeza” no trapiche municipal**

Attendendo á nossa reclamação, a policia fez hontem, de manhã, uma batida ao trapiche municipal, limpando-o da malta de rapazes vadios que ali costumavam dizer obscenidades em altas vozes.

Foram presos muitos delles e conduzidos á Chefatura.

O sr. capitão delegado deu immediatamente serviços aquelles madiões, mandando-os lavar as várias dependencias da Chefatura e limpar os metaes.

Continue assim a policia e não faltarão elogios á sua acção.<sup>81</sup>

Prender não era o suficiente, era papel da polícia “salvar” os “mandriões” de “boca suja”, nada melhor do que mandá-los limpar a Chefatura onde receberiam fiscalização e “conselhos” constantes das caridosas autoridades. E por tão bela e acertada atitude, a instituição policial recebe o afago do jornal, como que um prêmio por seu bom comportamento, mas o jornal (e a elite que ele representa), como um pai zeloso da educação do filho, chama-lhe logo a atenção e cobra a continuidade do bom comportamento, assim “não faltarão elogios”; elogios que cumprem um papel legitimador frente a opinião dos leitores do jornal.

Interessante e curiosa é também a proibição apenas para a aglomeração de *rapazes* e suas correrias, para as meninas isso era permitido? Ou seria algo tão “errado” que não precisaria de disposições legais, sendo a sociedade, família e costumes, as autoridades à proibir-lhes isso, tampouco, chegando a ser esse comportamento “natural” delas? Seriam vistas como “decaídas” por se comportarem de uma maneira diferente da que se estabelecia para elas?

De fato, a correria e algazarra dos “garotos” era algo que incomodava uma parte da população da Ilha, em mais uma pequena nota no jornal a imprensa cumpre seu papel de veículo para a voz da população (ao menos de uma parte seleta da população) e de denunciante dos maus hábitos cotidianos publicando:

<sup>81</sup> Jornal **República**. Florianópolis; 15 de março de 1921.

**VADIAGEM**

Às tarde reune-se, nas ruas Saldanha Marinho e João Pinto, um grupo de rapazes que fazem um berreiro infernal com as suas correrias, impedindo o trânsito público.

Pedem chamemos a atenção da polícia para reprimir a vadiagem desses garotos.<sup>82</sup>

Não só a correria dos garotos tornara-se caso de polícia como também se torna “rigorosamente proibido [em 1927] nas vias públicas da capital os jogos de FUTEBOLA, DIÁVOLO; peteca, amarelinha e bóca.” pela Chefatura de Polícia do Estado; além de regulamentar o trânsito público que previa a proibição do “trânsito pelos passeios ou calçadas, de pessoas conduzindo malas ou outros volumes à mão ou à cabeça”<sup>83</sup>. Proibição que era imposta a todos, mas atingia e prejudicava principalmente vendedores ambulantes, trabalhadores ocasionais (crianças, homens e mulheres) que utilizavam das vias públicas para ganhar o necessário à sua sobrevivência, medida mais uma vez marginalizadora para essa parte da população.

O convívio forçado, entre grupos tão distintos, eram considerados desagradáveis às famílias locais, que procuravam seguir um padrão de comportamento mais sintonizado com os ideais burgueses de produção social – longe da “vadiagem”-, “moderno” e “civilizado”. Encontros que incitavam manifestações de apoio e cobrança frente a medidas disciplinadoras e segregadoras, muitas vezes revestidas de um caráter de “bondade cristã”. Percebe-se, nessa época, a criação de instituições assistenciais como o *Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo* inaugurado em 1910; *Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim*, também inaugurado em 1910.

Essas obras que visavam o cuidado de pessoas em situação de extrema necessidade, mas, também, retirava esses indivíduos da retina dos mais “civilizados”, do convívio com as “pessoas de bem” no centro da cidade, servindo muito bem a lógica de administração dos problemas sociais da época, que quase sempre viam a situação precária dessas pessoas como sendo consequência de seus maus hábitos, costumes, moral ou mesmo natural de sua raça ou condição biológica; raramente provocando uma análise socioeconômica mais profunda, onde se problematizasse as causas e soluções para diminuir e/ou erradicar o número de pobres e mendigos na cidade. Sendo assim, a mendicidade era um “triste

<sup>82</sup> Jornal **República**. Florianópolis; 25 de janeiro de 1919.

<sup>83</sup> Relatório apresentado pelo Dr. Oth Lobo D'Eça, Chefe de Polícia do Estado In: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adolfo Konder, Governador do Estado de Santa Catarina, pelo Dr. Cid Campos Secretário do Interior e Justiça em 24 de agosto de 1927. In ARAÚJO, Hermes. Op. cit. p. 54.



espetáculo” que os visitantes e a população eram forçadas a ver, quando não “explorados” por esses mendigos:

Nem aos domingos, dias consagrados ao descanso, cessava a prática imoral.

Quando a tarde, as famílias faziam o curso no Jardim Oliveira Bello, os maltrapilhos, daqui e do Estreito, vinham explorar os sentimentos piedosos dos que ali se divertiam.

Este tristíssimo espetáculo depunha muito contra a nossa cultura.<sup>84</sup>

Comportamento muito comum durante décadas na cidade de Florianópolis, era a criação de animais nos quintais das casas. Não era raro encontrar casas com porcos ou galinhas sendo criadas em seus quintais, cavalos e gados vagando soltos pelas ruas centrais, se alimentando de pastos que poderiam encontrar próximo de córregos e beira de estradas. Obviamente não eram hábitos considerados higiênicos, já que esses animais poderiam ser transmissores de algumas doenças através das suas vezes – algo já conhecido no meio médico higienista –, tampouco era “agradável”, “civilizado” e “moderno” estar andando pela rua do centro de uma capital e sujar os pés com excremento de cavalo ou outros animais. Sendo assim, a Superintendência Municipal formulava regulamentos proibindo tais práticas contando sempre com o respaldo e legitimidade que o discurso sanitaria oferecia a tais regulamentos e proibições:

**Pela Higiene**

Apezar dos reiterados avisos da hygiene pública e da Superintendência Municipal, ainda há pessoas nesta capital que a crear, no perímetro urbano, porcos em não pequena quantidade.

Hontem, foram apanhados diversos suínos que, por determinação superior, foram distribuídos pelas casas de caridade e Asylo de Orphãs.<sup>85</sup>

Interessante perceber a “caridade” das autoridades que pretendiam doar os animais para as instituições de auxiladoras da cidade, porém mais interessante ainda é perceber a contradição de tal atitude, posto que a maioria das pessoas que sofriam com tais medidas eram as que criavam os animais para subsistência, seja pelo consumo próprio ou com a renda que poderiam gerar vendando produtos derivados deles, ou mesmo os animais inteiros.

A situação mostra, por outro lado, que a autoridade municipal e as próprias proposições higiênicas não eram acatadas de imediato pela população, não só em casos como este, mas os do ajuntamento de rapazes, das casas de jogos, venda de produtos alimentícios pela rua da cidade e inúmeras outras atividades e hábitos

<sup>84</sup> “A mendicidade”, Revista **O Olho**. 06 de agosto de 1916. apud ARAÚJO, Hermetes. Op. cit. p. 66.

<sup>85</sup> Jornal **República**. Florianópolis; 10 de novembro de 1921. p. 2.

desenvolvidos no centro da cidade. Resistências aconteciam em toda parte no cotidiano da capital. Improvisando, procurando brechas nas legislações, caminhando à margem dela muitas pessoas, pertencente a camada menos favorecida da população, procuravam criar ou reorganizar seus espaços de convívio, sociabilidade e reinventar formas de trabalho e economia de maneira autônoma e independente:

Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da 'vigilância', mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também 'minúsculos' e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los, enfim que 'maneiras de fazer' formam a contrapartida do lado dos consumidores (ou dominados?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política [sic].<sup>86</sup>

Não teremos tempo nem fôlego para mergulharmos em tão complexo mar, talvez em um desdobramento futuro desse trabalho, mas de fato são procedimentos que devem ser compreendidos e os “reiterados avisos”, citados pelo jornal, só mostram que existiam essas adaptações e contrapartidas dos “consumidores ou dominados” na cidade de Florianópolis do início do século XX. “Descobrir” tais práticas e procedimentos é essencial para melhor compreensão da sociedade e como esses “dominados” também eram agentes sociais e transformadores da realidade sociopolítica contemporânea a eles.

Voltando às proibições e punições; cachorros abandonados também eram um grande problema para a administração pública, poderiam atacar pessoas, transmitir doenças enfim, mais uma questão de higiene e saúde pública. Eram recorrentes avisos como este em jornais da época:

#### **Matança de Cães**

De ordem do sr. Superintendente Municipal, faço publico para conhecimento de quem interessar possa, que sendo expressamente prohibido pelo Codigo de Posturas ter-se cães á solta nas ruas e estradas desse Municipio, convido os senhores proprietarios de cães de estimação a prendel os, visto que a Municipalidade vai tomar severas providencias afim de exterminar os que forem encontrados vagando desta data em diante sem que caiba a seus donos direito de reclamação ou indemnisação.<sup>87</sup>

#### **Cães Vadios**

A nossa Municipalidade, vae mandar proceder, com todo rigor, á prisão de cães vagabundos, que andam pela rua de nossa 'urbs', tronando se um serio perigo aos transeuntes.

Agora,vae ser tomada essa media com todo rigor, sendo mortos todos os cães que não forem imediatamente reclamados por seus respectivos donos.

<sup>86</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 1. artes de fazer. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes 1998. p. 41.

<sup>87</sup> Superintendência Municipal de Florianópolis. 5 de julho de 1920. Jornal **República**. Florianópolis; 7 de julho de 1920. p. 4.

Louvavel, como todas as demais, essa medida das nossas autoridades municipais, é merecedora de applausos.<sup>88</sup>

Percebemos que o jornal não espera a opinião do leitor sobre a qualidade das medidas, e sim a induz, insistindo em aplaudir todas as atitudes relacionadas às ações saneadoras do centro da cidade.

Rigorosa medida, não se questionava como procederia a Superintendência para assassinar todos os cães não reclamados por seus donos, sendo os cães “vadios”, “vagabundos” deveriam ser mortos. Não obstante, o procedimento da Superintendência não agradou a imprensa nem a população em geral pelo espetáculo desagradável – ainda mais para uma sociedade que se pretende “moderna” e “civilizada” –, o matar era correto, porém não aos olhos de todos, melhor seria esconder a morte:

A Superintendência Municipal iniciou o serviço de exticção [sic] dos cães encontrados nas ruas.

Essa medida é de todo em todo digna de applausos e louvores.

Como está sendo feito, porem, esse serviço mereceu as mais enérgicas censuras, pois, ao invés de capturar os cães para exterminá-los em lugar próprio e isolado, como se faz em toda parte, a nossa municipalidade entendeu de dar <bola> envenenadas em plena rua.

Alem dos muitos inconvenientes desse systema, tem elle o grande mal de offerecer aos olhos do povo espectaculos pouco agradáveis, em que se vê os cães contorcendo-se por longo tempo nas anciãs de uma terrível morte.

E isso, convenhamos, não pode ser muito próprio de uma Capital de Estado, e ainda mais com foros de adiantado e progressista como o nosso<sup>89</sup>

Dessa forma, o início do século é marcado por uma forte influência do discurso e práticas higienistas amplas. Os higienistas não só atacavam e procuravam erradicar e prevenir, de fato, epidemias e demais doenças prejudiciais a população em geral, como também procuravam mudar os hábitos de vida da mesma população segundo seus preceitos. Nesse sentido não raro vemos nos jornais colunas “pedagógicas”, artigos “didáticos” sobre os mais variados temas que a higiene poderia abordar à época.

Sendo assim segue um abrangente exemplo de tamanha permeabilidade dos preceitos higiênico sanitaristas:

#### **O valor da Higiene**

A higiene é condição da saúde – desse-o alguém alhures. O nosso desconhece a higiene e seu imenso valor. Há quem chegue a pensar mesmo, que higiene é o que percentua o médico ao doente. Outros acham que a higiene se resume no banho e na limpeza da casa.

Mas esta palavra pode, porque deve, ser dilatada a princípios importantes que levam a compreensão que ela não é só condição de saúde do corpo ou

<sup>88</sup> Jornal **República**. Florianópolis; 11 de julho de 1920.

<sup>89</sup> A municipalidade está envenenando cães em plena rua. Florianópolis, 12 de abril de 1921. nº 2038, Anno VI. p. 5. apud BATISTA, Renata. Op. cit. p. 65.

do lar, mas também da felicidade completa mo mundo. Aqui vão os dez mandamentos do lar que realçam o valor admirável da higiene:

1. Higiene geral – Levantar cedo, deitar cedo e trabalhar durante o dia.
2. Higiene respiratória – A água e o pão sustentam a vida, mas o ar puro e o sol são indispensáveis à saúde.
3. Higiene digestiva – A frugalidade e a sobriedade são o melhor elixir de longa vida.
4. Higiene da pele – A limpeza preserva da ferrugem; as máquinas mais limpas duram mais tempo.
5. Higiene do sono – Um repouso suficiente repara e fortifica, um repouso longo amolece e enfraquece.
6. Higiene do vestuário – Vestir-se bem é conservar ao corpo com a liberdade dos movimentos, o calor necessário, é preservá-lo de todas as mudanças repentinas de temperatura.
7. Higiene da habitação – A casa asseada e alegre traz o lar doméstico atraente e confortável.
8. Higiene intelectual – A alegria faz amar a vida e o amor à vida é uma grande parte da saúde. A tristeza e o desânimo antecipam a velhice.
9. Higiene moral – O espírito descansa e aprimora-se nas distrações; mas o abuso arrasta-o para as paixões e para os vícios.
10. Higiene profissional – Se o teu cérebro te sustenta, não deixes paralisar os teus braços nem as tuas pernas. Se pelo contrário é com os teus braços que ganhas a vida, não esqueças de cultivar a tua inteligência.

No homem tudo começa do cérebro, do pensamento. O pensamento é, no homem, diz Wagne [sic], a centelha que faz arder a pólvora da ação. Diante disso, a higiene mais preciosa e mais necessária é a do pensamento e da alma.

Finalmente, irmãos, diz Paulo de Tarso, tudo o que é verdadeiro, tudo que é venerável, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se há alguma virtude e se há algum louvor, seja isso o que ocupe os vossos pensamentos.

Benemérita, admirável receita para a higiene do pensamento.<sup>90</sup>

Curioso exemplo de onde poderíamos retirar muitos elementos sobre o pensamento e valores daquela época – alguns que persistem ainda hoje –, a “higiene geral” nada tem a ver com medicina ou preceitos de higiene como comumente percebemos hoje (mas faz todo sentido em como era concebida no início do século XX), por exemplo, resumia-se ao trabalho (talvez o hábito ou “virtude” de maior valor para sociedade pautada por preceitos burgueses de produção e comportamento); tampouco dormir muito é considerado adequado e higiênico, assim com o corpo é concebido e comparado a uma máquina, portanto limpar a pele é fundamental para não “enferrujar”. Moral é evitar os vícios, que quase sempre estavam associados ao ócio. Fator interessante na totalidade do texto é a analogia e referência a religião, na citação a Paulo de Tarso, e na estrutura que o texto adquire com seus dez mandamentos, evocando uma força quase dogmática

<sup>90</sup> O valor da higiene. Jornal **A Semana**, Florianópolis, ano I, n. 22, 14 março de 1928. Apud SARDÁ, Juliana. Op. cit. p. 31-2.

para tais palavras e comportamentos ao mesmo tempo que se apresenta “didático” e de fácil absorção e entendimento para o público geral.

Esta divulgação científica de teorias médicas era proposta recorrente na época. Para muitos médicos – e intelectuais em geral –, era essencial que o máximo de pessoas soubessem o que era considerado saudável, higiênico, para que pudessem praticar tais hábitos e então tornar a sociedade e o país saneado e pronto para o “progresso”. Começava-se a expor estas teorias em revistas, jornais, manuais, compêndios, e obras formuladas para o ensino em escolas primárias; o solo, clima, alimentação, escolha e tipos de habitações, arquitetura de escolas e demais prédios públicos, incentivo ao exercício físico, moda, enfim, todos os aspectos da vida, eram abordados e tratados como meios por onde a doença poderia se manifestar, por conseguinte, eram passíveis de interferência e controle de médicos e demais técnicos da saúde, e quem mais fosse autorizado pelo discurso médico higienista vigente na época.<sup>91</sup>

Esse movimento “pedagógico-higienista” não se resume a notas em jornais, expande-se para escolas do Estado, teatros, distribuição de folhetos explicativos<sup>92</sup>. O ensino da higiene era considerado de vital importância por muitos intelectuais, médicos e políticos da época, porém nem sempre atingia as crianças da forma desejada, por ser defasada e não atraente em seus temas e abordagens. Essas condições de atraso no ensino de higiene, geravam críticas na imprensa; críticas que eram tímidas e contidas, com um caráter mais construtivo e proposicional, ao menos eram as que o jornal *República* publicava (não era função nem característica deste jornal criticar as medidas do Governo, o que deixa ainda mais evidente a importância que a divulgação dos preceitos de higiene possuía), esta que será citada volta à analogia de que o ensinamento dos preceitos higiênicos deveria ser comparado e encarado como uma catequese, reforçando a importância e força que esses discursos adquiriram na época:

#### **A prophylaxia educativa**

O desenvolvimento que tem atingido nossa instrução e o empenho manifesto pelo atual governo em encaminhal-a para maior perfeição, conforme sua última mensagem, encoraja-me tratar do assumpto que vem interessar esse ramo do serviço público. É innegavel que o ensino de hygiene que, no dizer de Fernand Vidal, constitua a melhor lição de educação social, ainda não ministradas em nossas escolas, de modo pratico, atrahente, como fôra para desejar, o que incontestavelmente

<sup>91</sup> LIMA, Otavio Pereira. **Higiene e Vestuário no início do século XX**: algumas ideias de Afrânio Peixoto. São Paulo; PUC, 2006. (Dissertação de Mestrado em História). p. 42-7.

<sup>92</sup> LIZ, Pamella Amorim. Op. cit. p. 29.

apresentaria resultados extraordinarios. Em geral, os professores ou porque sejam infensos ao ensinamento dessa materia com a amplitude que ella comporta, ou porque se restringe á letra do programa, o certo é que o ensino da hygiene deixa muito a desejar. É tal a importância dessa sciencia que o mesmo autor acima citado, acha que o seu ensinamento deveria ser até catechizado nas escolas primarias, além da simples recommendação referente á alimentação, ao vestuário, exercicios phisicos, abuso do alcool, do fumo nenhuma disposição mais se encontra no nosso programma. Como se não vivesse a creança constantemente assediada de perigos multiplos e terriveis, ssm [sic] meios de defeza, por ignorancia dos mais comesinhos principios attinentes á conservação da saúde.<sup>93</sup>

O autor segue falando sobre medidas e conteúdos que seriam apropriados apresentar nessas “aulas sobre higiene”, principalmente voltado para os aparelhos digestivo, respiratório e circulação sanguínea; alerta para a prática didática francesa de conservar quadros em sala de aula com instruções sobre moscas e outros insetos transmissores de moléstias contagiosas, assim como a “necessária, senão imprescindível inspeção médico-escolar” que ajudaria na prevenção e contenção da tuberculose; a criança poderia ser diagnosticada e tratada antes de contaminar outras e ainda ajudaria no esclarecimento dos sintomas e tratamento na sua casa frente ao conhecimento adquirido na escola.

Atentando para outros aspectos “pedagógicos” Araújo – utilizando comentários e descrições de autores e matérias de jornais sobre peças teatrais – destaca as mudanças de temas e abordagens em peças de teatro da cidade. Se no século XIX os *dramas* não muito relacionados com a vida real do público espectador, no século XX as peças ganham um ar mais “realista” onde o que era importante era representar as situações cotidianas da Capital:

Na maioria das peças escritas e encenadas houve uma pré-disposição em caracterizar e identificar tipos, paisagens e situações na tentativa de fazer passar diante dos olhos dos espectadores os personagens, os espaços e os acontecimentos constituintes da sociedade local. [...]  
[...]Em cenários e quadros que se sucediam ao ritmo das operetas e do teatro de revista, eram representados os costumes, as paisagens e contrapostos a figura do burguês citadino ao roceiro e ao pescador da ilha.<sup>94</sup>

Essas peças, por apresentarem situações cotidianas, personagens e cenários que poderiam ser de certa maneira identificados com a realidade do dia a dia, tornam-se, também, “formadoras de opinião pública” na época. Tais peças, com características cômicas, auxiliavam na padronização de comportamentos, estereotipificação e cristalização de preconceitos pelas contraposições geralmente feitas onde o pobre “objetivado – inventado” como um tipo específico, ou *sub-raça*,

<sup>93</sup> Divagações. Jornal **República**, Florianópolis; 13 de julho de 1920. p. 2.

<sup>94</sup> ARAÚJO, Hermetes. Op. cit. p. 156.

conforme se dizia na época. Que portaria características essenciais negativas identificadas pelas concepções e pelas práticas científicas de organização social.”<sup>95</sup> Mas não só isso, elas serviam para “zombar” de comportamentos da própria burguesia local, assim, estereotipando comportamentos e trejeitos desse grupo social, funcionava como uma “escola” que mostraria – em seus exageros – o que deveria ser contido ou extirpado do comportamento individual ou coletivo da elite coeva.

Algumas vezes não se conseguia conter os comportamentos, nem mesmo a influência direta de elementos culturais dos “incivilizados” e “atrasados” na vida e espaços de sociabilidade “civilizados” dos “mais puros representantes da nobreza local”. O que não impedia a imprensa continuar seu papel fiscalizador e denunciante, buscando estabelecer e delimitar, nestes contrapontos, qual cultura é a da elite e qual não é:

[...] de repente sem se saber porque o maxixe dos capoeiras e da garotada das ruas, dos carnavalescos e das mulheres reles, entrou de súbito em nossos salões e conquistou as simpatias gerais. Em nossos salões, onde se reúne a sociedade mais fina, os mais puros representantes da nobreza local, dança-se francamente o maxixe, com todos os seus movimentos lascivos, com todas as baixas origens – sensualidade e agressão – unindo os corpos de tal maneira, que os dois dançarinos lembram ainda coisas piores.

Não se compreende como um chefe de família que criou as suas filhas sob rigoroso regime da moral, guardando-lhes a castidade, como se guardasse tesouros, defendendo-lhes a reputação, como se defendesse uma fortaleza, consinta em entregá-las a homens que se vão unir a elas corpo a corpo, rosto a rosto, desengonçá-las e apertá-las e fazê-las suas durante aquele breve desvario<sup>96</sup>

Esta rede de vigilância, onde vida privada e social se confundem, e o comportamento moral é ora louvado, ora motivo de chacota em peças de teatro, adentra *clubs* e *salões* lugares típicos de sociabilidade das classes abastadas de Florianópolis, onde nem mesmo o lazer e descontração do ambiente impediram os olhares atentos a manutenção de uma moral e comportamento “civilizado” em contraposição ao que “vinha de fora”, de outro mundo, dos pobres<sup>97</sup>.

Claro está que o discurso e práticas higienistas procuraram atingir, e efetivamente atingiram, todas as esferas do cotidiano da população de Florianópolis, ricos e pobres; brancos, negros, mestiços, imigrantes, mulheres, homens e crianças.

<sup>95</sup> Ibidem. p. 157.

<sup>96</sup> As Danças Modernas e os Exageros da Toilette. Jornal **República**. Florianópolis; 07 de maio de 1921. p. 2.

<sup>97</sup> ARAÚJO, Hermetes. Op. cit. p. 175-6.

Mas inegavelmente os principais atingidos por tal processo modernizador foram os pobres, negros, mestiços; um sr. distinto e bem-vestido poderia evitar de fumar ao lado de pessoas quando embarcava em um bonde na cidade, ou uma dama não se entregaria aos prazeres da dança em um salão lotado, deixaria outro nobre cidadão de criar galinhas em seu quintal para comprá-las no açougue.

Porém, um trabalhador que não possuísse emprego fixo poderia ser taxado como vadio e ir parar na prisão; um maltrapilho não poderia sequer andar na rua sem se preocupar em ser denunciado de pisar em um jardim público e sofrer represálias da polícia, ou mesmo ir preso; o simples ajuntamento de pessoas desse estrato social poderia acarretar prisões, multas ou outro tipo de ação controladora autoritária por parte das instituições voltadas a manutenção do status quo burguês do período.

Não negamos os avanços para a saúde pública que diversas medidas sanitárias e higiênicas ofereceram para a sociedade com um todo, mas não nos furtamos de pensar que o preço pago por uma grande parcela da população foi muito mais caro. Atingindo suas casas, obrigando-as a saírem de seu círculo de sociabilidade no centro da cidade, sem outra opção que não as encostas dos morros para reconstruírem suas casas, e assim continuarem vivendo ainda mais à margem da sociedade.



## MODERNIZAÇÃO E EXCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DA AVENIDA DO SANEAMENTO

O processo de reformulação urbana nas principais capitais do país, nos são apresentados em muitos trabalhos acadêmicos que abordam o tema – muitos, aqui referenciados – como resultado de criação de políticas de controle espacial e exclusão social da população pobre (em sua maioria composta por de negros e mestiços), movimento esse que se desenvolve com intensas tensões sociais. Porém este quadro de tensões populares são quase inexistentes quando observamos os trabalhos quem pensam as intervenções urbanas na Florianópolis das primeiras décadas do século passado.

A maioria dos trabalhos apresentados sobre Florianópolis que, de alguma maneira tange os temas de saneamento, medicina social, processo higienista, urbanização na cidade durante as primeiras décadas do século XX, se pautam nas “ausências” de uma série de elementos que se apresentam no estudo de outras capitais. Um dos primeiros e, mais influente, trabalho sobre *reformas urbanas e modernização* em Florianópolis, seria o de Hermetes Araújo “*A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social na primeira República*”, que nos diz:

[...] do que habitualmente se coloca como os fatores explicativos para a compreensão dos rumos adotados pelas tentativas de remodelações urbana e social verificadas no Brasil no período [...] parecia faltar [em Florianópolis] justamente o que se aponta como os parâmetros básicos para a explicação dos movimentos de reformas verificados no país na Primeira República.

A Cidade, apesar de ser uma das mais populosas de Santa Catarina, não apresentou um grande afluxo populacional, nem grandes multidões, nem concentrações industriais mesmo de pequeno vulto, nem um volumoso contingente de operários e de camadas populares pauperizadas, como também, num nível mais amplo, faltaram as tensões sociais que pudessem representar uma séria e iminente ameaça à ordem burguesa que ali se consolidava.<sup>98</sup>

Muitos trabalhos posteriores ao de Araújo indicam essas mesmas especificidades em relação ao processo de reordenamento urbano de Florianópolis. Porém, podemos compreender essas afirmações como subsidiárias de trabalhos anteriores sobre a cidade, nos quais prevaleciam comparações desproporcionais com outras regiões do Brasil, mais destacadamente Rio de Janeiro e São Paulo<sup>99</sup>.

<sup>98</sup> ARAÚJO, Hermetes. op. cit. p. 11

<sup>99</sup> Como o trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni “Cor e Mobilidade Social em

Poderíamos pensar, até mesmo, que não seria necessária a presença dos fatores, elencados por Hermetes Araújo, para que Florianópolis vivenciasse os processos de “modernização” e “urbanização”, precisamente por esses movimentos serem uma “tendência” nacional; Florianópolis poderia seguir o “espírito da época” e incorporar em suas propostas administrativas o discurso da “modernidade”.

Vinicius Possebon nos mostra com dados relativamente atuais o que seria uma comparação desproporcional e generalizadora que não atenta para as especificidades locais; comparando a taxa absoluta de homicídios de 2008 entre Florianópolis (155 homicídios) e São Paulo (2546 homicídios) poder-se-ia inferir que a capital catarinense seria “pacata” em relação a São Paulo e que o tema da violência urbana não seria um problema grave para a população local. Porém colocando esses dados em seu contexto e confrontando esses homicídios proporcionalmente à população local obteremos outra conclusão; entre os 556 municípios brasileiros com maior taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes do ano de 2008, Florianópolis se coloca na 422º enquanto São Paulo estaria na 492º posição, sendo assim, utilizando apenas esses dados, notamos que as comparações feitas com números absolutos, não nos deixam ver as situações em suas especificidades, impossibilitando uma análise mais apurada dos contextos locais.<sup>100</sup>

Relativizando algumas daquelas afirmações comumente utilizadas para marcar as “ausências” ou especificidades do contexto florianopolitano do início do século, Vinicius nos fornece dados e perspectivas que, pensamos, serem importantes para apontar uma realidade social mais diversificada e complexa para a capital catarinense dessa época. Uma delas é sobre a composição do mercado de trabalho. Muitos trabalhos percebem apenas as profissões vinculadas as atividades administrativas e comerciais de Florianópolis com a forte presença de funcionários de Estado, bacharéis, pequenos proprietários, comerciantes, porém, existiam várias outras atividades, desempenhadas principalmente no centro da cidade.

Surgem então os trabalhadores da construção naval, relacionados com as atividades portuárias; construção civil que à época foi fortemente impulsionada pelas obras de reordenação e saneamento, maciçamente concentradas na área central da

---

Florianópolis. Aspectos das Relações entre Negros e Brancos numa Comunidade do Brasil Meridional” de 1960. Trabalho referência para estudos sobre o século XIX em Desterro, porém já criticado em suas comparações desproporcionais sobre a população negra de Santa Catarina em relação à grandes centros escravagistas do Brasil novecentista.

<sup>100</sup> ANAISSI, Vinicius Possebon. op. cit. p. 22-4.

capital; assim como os trabalhadores da indústria.<sup>101</sup> Evidenciando esses setores “negligenciados” pelos estudos referentes ao período, principalmente no que diz respeito a “ausência de concentrações industriais mesmo de pequeno vulto” na capital catarinense dos anos 20, Possebon alerta para o fato de que, na época, o “movimento industrial” incipiente era percebido com “grande entusiasmo e expectativas” pelos contemporâneos.<sup>102</sup>

Nas linhas que seguem sua análise ele destaca a criação de indústrias e fábricas em Florianópolis; como a fábrica de Pontas Rita Maria, de Carl Hoepcke, fábrica de bordados, também propriedade do Sr. Hoepcke. Existiam ainda nos arredores dessas fábricas, “duas de 'preparar peixe em lata'; uma de sabão e velas; oficinas de carpinteiro, marceneiro, tanoeiro, funileiro e torneiro; uma fábrica de massas alimentícias e duas de 'grandes refinações'. Além de um engenho a vapor para pilar arroz e café. A fábrica de bordados teria ainda impulsionado técnicos suíços a virem para Florianópolis estabelecer uma produção de tecidos de alta qualidade.<sup>103</sup> Entusiasmo que era, sobretudo, percebido nos jornais, principalmente quando traziam inovações:

O operoso industrial Sr. José O'Donnel nosso distinto amigo, acaba de fundar a rua General Bittencourt, nº 29, uma fábrica de perfumarias, que vem demonstrar que o desenvolvimento da indústria nesta capital é uma realidade. As belíssimas amostras dos produtos da nova fábrica que fomos mimoseados, bem atestam a inteligência e atividade do Sr. O'Donnel...<sup>104</sup>

Apesar da aparente visão exagerada do jornalista, referente ao progresso que tal fábrica traria para capital, de fato, existia um projeto e iniciativas concretas para o desenvolvimento industrial florianopolitano; seja pelas iniciativas particulares de uns poucos capitalistas ou pela presença de Escolas de Aprendizes Artífices, fundada em 1910 pela iniciativa pública do Estado. Vale destacar que as fronteiras entre os trabalhos formais e informais são muito tênues e imprecisas, sobretudo em centros urbanos, onde uma parcela da população pobre, empregada em uma “atividade regular” (quase sempre mal remunerada) transitava por outras atividades como a pesca e demais atividades extrativista, jogo do bicho e demais atividades marginais etc.<sup>105</sup>

<sup>101</sup> SCHMITT, Jaqueline Aparecida Zarbato. **Trabalhando em Florianópolis...: as práticas de trabalho e a memória de trabalhadores e trabalhadoras 1900-1920**. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 43-46.

<sup>102</sup> ANAISSI, Vinicius Possebon. op. cit. p. 33.

<sup>103</sup> VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis: UFSC, 1993. p. 111 e 282.

<sup>104</sup> SCHMITT, Jaqueline Aparecida Zarbato. op. cit. p. 84.

<sup>105</sup> ANAISSI, Vinicius Possebon. op. cit. p. 35.

Em relação ao crescimento demográfico de Florianópolis no fim do século XIX e início do XX, a capital do Estado apresentava, segundo o censo de 1890, uma população total de 30.687 habitantes e chega a 41.338 em 1920, ou seja, num período de 30 anos o crescimento total foi de 10.615 habitantes, um crescimento aproximado de 355 pessoas/ano<sup>106</sup>. Situação similar para o distrito central urbano da cidade, que apresenta um crescimento anual de 290 pessoas; de 11.400 em 1890 para 20.000 pessoas em 1920. Comparado ao Rio de Janeiro e São Paulo são números ínfimos, mas colocados no contexto local esse crescimento se torna expressivo, principalmente o da área central da capital – que quase dobrou sua população-, por ser uma região relativamente pequena e de concentrada urbanização, onde se aglutinavam um grande número de pessoas dos mais variados extratos sociais.<sup>107</sup>

Essa pequena região contava ainda com uma “população em trânsito”, que contribuía com a relativa densidade demográfica referente as atividades portuárias. Essa população não aparece nos censos devido à periodicidade deste; este espaçamento temporal não possibilitava o levantamento de quem estava apenas de passagem pela Ilha, ou mesmo que estabelecia residência por um curto período<sup>108</sup>; Sardá afirma que de setembro de 1910 e maio de 1911 deram entrada no porto da cidade cerca de 3.596 passageiros e 7.153 em trânsito<sup>109</sup>.

Cabe ressaltar que, nessa época, o porto já não manifestava a mesma influência econômica que obtinha no século XIX. As atividades do porto diminuem ao longo do século XX devido ao seu “despreparo” para receber os navios que, com o intenso avanço tecnológico, tornavam-se grandes demais para sua profundidade e estrutura. Logo, o aumento das despesas com baldeação e dificuldades para carga e descarga de mercadorias, fizeram com que portos como os de Itajaí e São Francisco tornaram-se melhores opções para os produtos vindos do interior, principalmente os agrícolas.<sup>110</sup>

O crescimento populacional de Florianópolis, mesmo que aparentemente insignificante quando comparado a outras regiões do Brasil, foi sentido por seus moradores e administradores à época de diferentes formas. Em mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo então Superintendente de Florianópolis,

<sup>106</sup> Ibidem. p. 25

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> ANAISSI, Vinicius Possebon. op. cit. p. 31.

<sup>109</sup> SARDÁ, Juliana. op. cit. Apud ANAISSI, Vinicius Possebon. op. cit. p. 31.

<sup>110</sup> MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. op. cit. p. 57.

capitão João Pedro de Oliveira Carvalho nos apresenta como a Capital do Estado encara seu crescimento populacional e descreve um “problema” decorrente desse incremento populacional:

Um dos problemas a ser resolvido por nós, a exemplo das grandes capitães de São Paulo, Districto Federal, Porto Alegre e outras cidades brasileiras, onde o aumento de população tem sido enorme, nos últimos tempos -é, sem dúvida, o que diz respeito à falta de casas- de casas de aluguel módico, para operários e de habitações confortáveis, espaçosas para famílias de tratamento.

Resente-se, sobretudo, esta Capital, dessas duas faltas, como, outrossim, da inexistência de um hotel em condições e na altura do desenvolvimento crescente da atual Florianópolis.

[...] Consequência natural do grande incremento que vai tendo a cidade, devido aos grandes e múltiplos melhoramentos iniciados, no Estado, pelo benemérito governo do Exmo. Sr. Dr. Hercílio Luz – numerosos itinerantes instigados e interessados pelo progresso desta região brasileira, têm afluído à Capital Catarinense, e aqui vão gradualmente fixando residência. As obras de melhoramentos que se veem realizando no decurso de um ano, têm, por seu turno atraído não pequeno número de operários, já dos districtos da Ilha, já dos municípios vizinhos como de outros Estados.<sup>111</sup>

Notemos, então, que efetivamente a população de Florianópolis crescia de maneira significativa, tanto que demandava a atenção das autoridades para seu acolhimento. Talvez por um certo ufanismo característico de políticos, o Superintendente coloca Florianópolis ao lado de capitais que eram, sem dúvida, muito maiores que a cidade catarinense, mas nem por isso devemos ignorar a percepção real de que a cidade crescia de maneira sensível nas décadas de 1910 e 1920.

Outro fator que nos é caro atentar é que, a maioria dessa população que migrava para Florianópolis eram operários atraídos pelas obras de embelezamento, saneamento e urbanização realizadas nesse período da história desta Capital. População esta que, mesmo ajudando a construir a capital, foi certamente atingida pelos discursos e práticas disciplinadoras e excludentes desse mesmo processo saneador e modernizador da cidade que, contraditoriamente, necessitava e atraía esta população de trabalhadores e, ao mesmo tempo, estabelecia mecanismos de exclusão e reclusão da mesma.

Segundo Veiga, após a proclamação da República e seu ímpeto “transformador das coisas passadas”, Santa Catarina, e principalmente sua capital, “adquiriram outra fisionomia, desenvolvendo-se e progredindo mais no decênio de 1890-1900 do que durante os sessenta e sete anos experimentados como Província

<sup>111</sup> Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em sessão ordinária de abril de 1920 pelo Superintendente Municipal capitão João Pedro de Oliveira Carvalho. Jornal **República**. Florianópolis, 12 de abril de 1920.

do Império.”<sup>112</sup> Como consequência do processo de remodelação da cidade e seus habitantes, percebe-se em Florianópolis um amplo movimento de demolições de habitações julgadas insalubres, abertura e pavimentações de vias públicas, construções de edifícios públicos de arquitetura “moderna”, ajardinamento de praças, canalização de córregos, instalação de esgotos, energia elétrica, água encanada e outros serviços públicos. A construção de vias públicas, mais pontualmente a Av. Hercílio Luz, e as demolições efetivadas pelo Estado para construção da mesma, serão abordadas posteriormente neste capítulo. Contudo, antes, tratamos de uma iniciativa do governo estadual que possui ligação com os processos supracitados: a reorganização da Diretoria de Higiene do Estado e a criação de *comissões sanitárias*.

O movimento reformador em Florianópolis adquire enorme força e influência nos anos de 1919-1920. É durante esse ano e que a Inspetoria de Saúde sofre uma reestruturação e torna-se Diretoria de Higiene do Estado, seguindo um movimento nacional onde as instituições públicas são consideradas responsáveis pela saúde e saneamento da comunidade nacional, e para tanto era urgente uma reestruturação das mesmas.<sup>113</sup>

Segundo o relatório apresentado por Dr. Joaquim Ferreira Lima, então chefe da Diretoria de Higiene de Santa Catarina, a “Inspeção de Saúde, ia-se arrastando o departamento sanitário de Estado, como uma entidade nulla e sem significação”<sup>114</sup>. Não possuía arquivo, um quadro de poucos funcionários (quase sempre precisando do auxílio da polícia para fiscalizar e fazer valer seus regulamentos); situação que muda com a chegada de Ferreira Lima, a partir daí a Diretoria “instituiu sua escrituração, organizou seu arquivo, teve sua sede, quadro de funcionários numeroso, estabeleceu delegacias nos municípios”<sup>115</sup>. Sob a tutela da Diretoria de Higiene de Santa Catarina cria-se a Inspetoria de Laticínios (responsável pela fiscalização da qualidade do leite e derivados, frequentemente adulterados para obtenção de maior lucro); Contrato com a Comissão Rockefeller para saneamento do Estado em 1919 e posteriormente ao término deste contrato a criação da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural em 1922.

---

<sup>112</sup> VEIGA, Eliane Veras dá. op. cit. p. 72.

<sup>113</sup> HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento**: As bases da política de Saúde Pública no Brasil. Hucitec Anpocs; São Paulo, 1998. p. 47-8.

<sup>114</sup> Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim Ferreira Lima, Director de Hygiene de Santa Catarina ao Exmo. Sr. Dr. José Arthur Boiteux, Secretário do Interior e Justiça em 1º de julho de 1920. p. 3-5.

<sup>115</sup> BATISTA, Renata. op. cit. p. 45.

O contrato de 26 de junho de 1919 com a Rockefeller Foundation<sup>116</sup> foi assinado pelo Estado para o saneamento da Ilha e do litoral catarinense<sup>117</sup> como parte das medidas de combate as doenças epidêmicas. A empresa estadunidense ficou responsável pelo levantamento das condições de higiene e saúde da população do litoral catarinense. De acordo com o estipulado no contrato, as inspeções sanitárias seriam feitas sem ônus ao Estado e a empresa se encarregaria ainda com ¼ das despesas dos serviços de saneamento. O Governo Federal seria responsável por outro ¼ e o Estadual pela metade restante; “além das despesas com transportes para inspeção; as casas para o Escritório central e as para os postos que iam sendo criados e cem quilos de quinina por ano.”<sup>118</sup>

A Comissão começa seus serviços na Capital, mas estende-os para outras regiões do Estado como Tubarão, Araranguá, Jaguaruna e Criciúma, sempre levantando dados sobre o saneamento das regiões e procurando, sempre inclinada à parte médica do saneamento, combater principalmente a uncinariose (ou ancilostomíase) e a malária; assim como realizava o recenseamento das localidades visitadas e ministrava palestras educacionais nas escolas e para população geral, feitos constantemente acompanhados e disseminados na imprensa florianopolitana:

#### **Os serviços da Comissão Rockefeller**

A comissão Rockefeller continua a prestar á nossa população a sua assistencia gratuita no intuito de da combate a *ankilostomose* ou ao *mal da terra*.

O 1º Posto da Comissão, sob a competente e esforçada direcção do sr. dr. Remigio de Oliveira, está funcionando com toda regularidade á rua Victor Meirelles nº 10.

Os seus funcionarios, diariamente percorrem as zonas determinadas previamente, recolhendo o material necessario aos exames.

Na sua maioria, os moradores os acolhem muito bem, não pondo embaraços á missão tão elevada da Comissão Rockefeller.

Porém, n'outras casas, felizmente em pequeno numero,alguns moradores são indelicados, recebendo os moços funcionarios com descortezias.

Não ha motivo para tal.

Cada um deve dar a prova de sua educação nestes momentos, acolhendo-os com delicadeza.

A proposito dos serviços a Comissão Rockefeller mandou distribuir

<sup>116</sup> A Fundação Rockefeller era uma instituição estadunidense filantrópica milionária. Criada em 1909 por John Davison Rockefeller (magnata do ramo do petróleo), tinha como objetivo intervir, em várias partes do mundo, fornecendo serviços de saúde e assistência social. No Brasil a comissão chega em 1915 em São Paulo para combater doenças infecciosas como a malária, febre amarela e ancilostomíase. A Comissão interessou-se, também, por áreas mais pobres e afastadas do Brasil, realizando campanhas de saneamento (como desinfecção de casas) e educação sanitária. Ibidem, p. 52.

<sup>117</sup> Jornal **República**, Florianópolis 16 de fevereiro de 1919. Em fevereiro, Hercílio Luz e Ferreira Lima entraram em contato com os dirigentes da comissão Rockefeller no Brasil, mas apenas em junho assinaram o contrato.

<sup>118</sup> BATISTA, Renata. op. cit. p. 53.

profusamente o seguinte boletim, contendo preciosas instruções: [...] <sup>119</sup>

Interessante notar que o jornal não perde a oportunidade de chamar a atenção para que os cidadãos mostrassem sua educação e recebessem bem a comissão. Uma característica da imprensa local de controle e fiscalização do comportamento social, como já demonstrado aqui em outras oportunidades.

A presença desta Comissão no Estado só foi possível, como apontado acima, pelo apoio do Governo Federal, isso porque Santa Catarina não teria condições econômicas para bancar tal investimento de notória urgência e necessidade.

Em resumo, nos primeiros anos da presença da Rockefeller no Brasil, apenas as áreas urbanas e rurais pertencentes aos estados mais ricos do País (como São Paulo e Rio Grande do Sul) puderam contar com o apoio dessa instituição na implementação de campanhas sanitárias. Nesses estados a presença de oligarquias poderosas interessadas em desenvolver em sistema de saúde pública que desse conta dos interesses da produção agrícola, além da existência de um ambiente político-cultural favorável, foram fundamentais para a consolidação da assistência médica-sanitária. Nos estados mais pobres, só a partir da década de 20 efetivou-se, com a participação do governo federal, o apoio da Fundação Rockefeller. <sup>120</sup>

Esse movimento de interdependência entre Estados e o Governo Federal não era muito comum, tampouco, bem-visto por muitos das elites administrativas federais e estaduais, já que a República se assentava em ideologias liberais onde a independência relativa entre a federação e suas unidades era uma prerrogativa. Porém a doença, principalmente as doenças contagiosas, exige uma redefinição dos campos de ação do Poder Público, assim contribui para o sentimento de nacionalidade e interdependência social no início do século XX no Brasil:

Nas décadas de 1910 e 1920, o movimento sanitarista difundiu sua interpretação sobre as bases da comunidade nacional e ofereceu soluções políticas e institucionais para transformar uma comunidade fundada nos efeitos negativos da transmissibilidade da doença em uma sociabilidade sustentada na saúde e na higiene de sua população. Para operar essa transformação, propunha políticas de saneamento e saúde pública que alcançassem todos os membros da comunidade. O movimento sanitarista na Primeira República entendia que a doença transmissível caracterizava e moldava a sociedade brasileira, desafiando suas elites e suas instituições políticas, e exigindo um aumento da responsabilidade do Poder Público, o que significava a rediscussão da moldura político-legal [sic] inaugurada pela Constituição de 1891. <sup>121</sup>

<sup>119</sup> Jornal **República**, Florianópolis 28 de abril de 1920. A nota continua com informações sobre o “mal da terra”, que seria uma “afecção verminosa”; tamanho e reprodução dos parasitas; modo de penetração das larvas no organismo humano; o trajeto delas no corpo (veias, coração, pulmões, estômago); desenvolvimento dos parasitas dentro do corpo; sintomas etc.

<sup>120</sup> FARIA, Lina Rodrigues de. Os Primeiros Anos da Reforma Sanitária no Brasil e a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1920). p. 109. Apud BATISTA, Renata. op. cit. 52.

<sup>121</sup> HOCHMAN, Gilberto. op. cit. p.49.



Portanto, através da noção de transmissibilidade da doença, as elites perdem sua “imunidade social” e procuram maneiras para diminuir ou extirpar o mal que seriam essas doenças, não somente a nível local, mas municipal, estadual e nacional, daí a fala de Hochman indicando que a patologia, ou melhor, seu fator transmissível, contribui para a formação de uma identidade nacional e noção de interdependência entre os agentes sociais (pessoas), assim como possibilita a formulação de políticas públicas saneadoras de amplitude nacional; dentre elas a possibilidade de ajudar financeiramente as unidades federativas que não possuíam verbas suficientes para o combate a determinadas doenças.

É por meio desse movimento nacionalista que, Florianópolis, consegue auxílio federal para a contratação da Comissão Rockefeller e, posteriormente, substituí os serviços desta empresa pelos serviços da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural, de administração do Governo Federal, assina o contrato em 13 de setembro de 1921. A criação dessa Comissão Federal segue os movimentos e propostas nacionalistas para uma “ação pública efetiva de saneamento no interior do país” de um contexto onde prosperavam a ideia de salvação nacional por medidas médico-sanitárias, higienistas, eugênicas, profiláticas etc.<sup>122</sup>

Com a já citada reestruturação da Diretoria de Higiene de Santa Catarina, cria-se, segundo Renata Batista, vários serviços de carácter permanente relativo ao controle sanitário e regulamentação da saúde como o Matadouro Público; obrigatoriedade do registro de diplomas médicos, farmacêuticos e dentistas; criação de delegacias de higiene; criação do serviço de estatística demógrafo-sanitária; fiscalização das construções e reformas de prédios; extinção de capinzais no perímetro urbano da capital; fiscalização das casas desocupadas que tiverem de ser alugadas; instituição da obrigatoriedade do registro dos praticantes de farmácia. Além de medidas descontínuas como a desinfecção de habitações focos de doenças transmissíveis; visitas a estabelecimentos que comercializavam produtos alimentícios; instituição das *visitas domiciliares*.<sup>123</sup>

Essas visitas domiciliares tinham como objetivo, fiscalizar as condições higiênicas e sanitárias das casas e estabelecimentos comerciais do centro da cidade. Para tal empreitada foram criadas *comissões sanitárias* compostas por três pessoas e capitaneadas por um médico, para melhor eficiência desse serviço de

---

<sup>122</sup> Ibidem. p. 62-4.

<sup>123</sup> BATISTA, Renata. op. cit. p. 45-6.

*polícia médica.*

O conceito de polícia médica, ou polícia sanitária, nos remete, segundo Geroge Rosen, à preocupações de intelectuais e autoridades políticas dos séculos XVII e XVIII (da Europa, mas sobretudo na Alemanha), referentes ao bom desenvolvimento, crescimento e fortalecimento do Estado, principalmente em termos econômicos. Segundo o pensamento corrente nestes séculos, o que definiria se um Estado era forte, política e economicamente, seria ter uma grande população:

“Esta ênfase quase fanática na densidade populacional era justificada por razões políticas, econômicas e militares. A opinião normalmente defendida é resumida por John Bellers, comerciante quaker de tecidos em Londres. 'Pessoas trabalhando com regularidade são o maior tesouro do Reino, pois sem trabalhadores não pode haver senhores; e se os trabalhadores pobres não produzirem mais comida e manufaturas do que lhes é necessário para a subsistência, todo senhor deverá se tornar trabalhador, todo ocioso morrerá de fome'. [...] mais pessoas significariam maior renda para o monarca.”<sup>124</sup>

Porém, para se ter uma densidade populacional grande, era necessário aumentar os cuidados com saúde e doença geral do Estado. É nesse contexto que surgem as primeiras formulações teóricas e práticas de um polícia médica;

“O povo não era muito mais do que objeto de cuidados governamentais. Em assuntos relativos à saúde, assim como em todas as outras esferas de atividade, o governante sabe o que é melhor para seus súditos e, através de leis e medidas administrativas, ordena o que eles podem ou não podem fazer.”<sup>125</sup>

A polícia médica nasce como uma ferramenta de administração do Estado frente a sua população, para garantir-lhe maior rendimento econômico, que seria usufruído pelo monarca ou seu séquito (no mercantilismo/absolutismo), e posteriormente pelas classes dirigentes no capitalismo.

O termo polícia médica, segundo Rosen, foi utilizado pela primeira vez em 1764, por Wolfgang Thomas Rau (1721-1772), um médico da cidade de Ulm; surge em um contexto onde a saúde começa a ser percebida, cada vez mais, como uma questão de política pública. Rau assinala que “todo monarca precisa de súditos saudáveis aptos a cumprirem suas obrigações na paz e na guerra. Por este motivo, o Estado deve cuidar da saúde de seu povo.”<sup>126</sup> Ao médico delega-se, então, a obrigação – e o direito – de supervisionar a saúde da população, e não somente tratar doentes. Cabe ao médico fiscalizar quem faz “mau uso” da medicina (curandeiros e charlatões); para tanto são necessários mecanismos de controle e

<sup>124</sup> George Rosen (**Da Polícia Médica à Medicina social: Ensaio sobre a história da assistência médica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 145.

<sup>125</sup> Ibidem. p. 158.

<sup>126</sup> Ibidem. p. 165.

legislações governamentais para tal, assim:

“Para se dispor de um pessoal médico competente, é necessário decretar um regulamento de polícia médica que regulará a educação médica, supervisionará boticas e hospitais, prevenirá epidemias, combaterá o charlatanismo e possibilitará o esclarecimento da população”<sup>127</sup>

No início de suas formulações, o conceito de polícia médica era amplo e conglomerava diversos problemas relativos à saúde e doença, tais como: condições climáticas, meteorológicas, psicológicas, sentimentos, fome e demais adversidades como terremotos, guerras, más colheitas, cuidados com o corpo, com a gravidez, com os alimentos (estocagem, preparação), variadas precauções contra doenças etc. Pensava-se que um bom serviço de polícia médica, evitaria até mesmo epidemias de se espalharem para Estados vizinhos.<sup>128</sup>

Desenha-se, em meados do século XVIII, na esteira das formulações sobre polícia médica (administração da saúde e doença em uma comunidade), a noção de doença como um produto do desajustamento social e cultural, conceito cristalizado no século XIX. Porém essa amplitude do conceito de polícia médica, a criação da mesma pelo governo e sua implementação através de regulamentação administrativa, começa a restringir-se em meados do século XIX, sendo cada vez mais limitada ao controle de doenças epidêmicas e a supervisão do saneamento do ambiente, Rosen destaca ainda a fala de um escritor em 1842, na qual este lamenta o pensamento comum de que polícia médica significaria apenas o confisco de peixes, carne em mau estado, ou apenas um instrumento autoritário de opressão acionado em tempos de cólera<sup>129</sup>. O autor também destaca que:

“Na prática, o conceito de polícia médica significava um programa de ação social voltado para a saúde que visava mais ao aumento do poder do Estado do que à melhoria das condições de vida da população. Dentro destes limites, havia sem dúvida uma preocupação real pelo bem-estar social, sendo que alguns resultados concretos foram alcançados.”<sup>130</sup>

Seguindo esta linha de formulações que apregoavam a importância de medidas da administração pública referentes à polícia sanitária, para a melhoramento do saneamento e higiene da sociedade, a capital foi esquadrihada e dividida em seis zonas – aumentando, conseqüentemente, o controle do Estado sobre a comunidade como um todo. Todas as medidas acompanhadas de perto pela imprensa local:

---

<sup>127</sup> Idem.

<sup>128</sup> Ibidem. p.167.

<sup>129</sup> Ibidem. p. 186.

<sup>130</sup> Ibidem. p. 188-9.

### **Pela saúde publica**

O Sr. Dr. Ferreira Lima illustre inspector de hygiene, desejando iniciar o serviço de polícia sanitária, como determina o Regulamento de Hygiene<sup>131</sup> do Estado, conferenciou com o Sr. Superintendente Municipal e, de acordo com este, resolveu designar commissões sanitarias, para proceder a visitas domiciliarias, commissões constituídas por tres pessoas, chefiadas por um medico, cada uma das quaes terá a seu cargo, para a execução regular desse serviço uma zona urbana, das seis que ficou dividida a cidade.

Além destas commissões, ficou também constituída mais uma para serviço de fiscalisação geral em toda a cidade e especialmente para visitas a casas e estabelecimentos onde existirem collectividades, constituída por aquella autoridade o Superintendente Municipal e o Engenheiro Fiscal da empresa de Luz e Energica [sic] Elétrica de Florianópolis.

São as seguintes commissões sanitarias:

**1ª zona:** Lado Leste da Praça 15 de Novembro, ruas Arcypestre Paiva, Marechal Guilherme, Marechal Foch. Avenida Rio Branco até Esteves Junior e por esta até a Almirante Lamego e entroncar com Felipe Schmidt.

Comissão: Dr. Alfredo Araujo, Dr. Francisco de Souza e João José Pinheiro.

**2ª zona:** Oeste da Praça 15 de Novembro até a rua Felipe Schmidt e por esta até o logar denominado Patacho, Sant1Anna, Rita Maria, Largo Badaró e Cães Igualdade.

Comissão: Dr. Felipe Machado Pedreira, Altino Dutra e João Damasceno da Silva.

**3ª zona:** A partir da Praça 15 de Novembro desde o Cães Liberdade pela rua Visconde de Ouro Preto, até entroncar com a Annita Garibaldi e por esta á Praça General Ozorio até o logar denominado José Mendes.

Comissão: Dr. Carlos Corrêa, Pharmaceutico Henrique Brüggemann e Propicio Octaviano Seára.

**4ª zona:** A partir da Praça 15 de Novembro pelo lado norte da Praça Pereira de Oliveira e pelas ruas Visconde de Ouro Preto, Almirante Alvim, Blumenal até a Praça D. Etelvina Luz e desta pela rua José Veiga até entroncar com Annita Garibaldi.

Comissão: Dr. Antonio V. Bulcão Vianna, Tenente Coronel João da Silva Ramos e Dr. Waldemiro Salles.

**5ª zona:** Da rua Presidente Coutinho, Avenida Trompowsky e Alves de Britto e desta pelo Praia de Fóra até o Largo Floriano Peixoto.

Comissão: Dr. Raul Melro, João José da Silva Medeiros e Jesuino Coelho Pinto.

**6ª zona:** Partindo da rua Demetrio Ribeiro, por esta até a Ponte do Lessa, divissa do districto da Trindade, d'ahi pelas ruas Aristides Lobo, Bocayuva até entroncar com a Alves de Britto.

[...]Comissão: Dr. Adhemar Grijó, Pharmaceutico Frederico Deicke e Nabor Julião de Oliveira.<sup>132</sup>

Alguns dos serviços realizados pelas comissões foram: proibição da criação de animais e acumulação de lixo nos quintais das casas situadas no perímetro urbano, o lixo também não deveria ser jogado nas ruas e praias, assim como os materiais fecais; erradicação de capinzais dentro do perímetro urbano, eliminação e aterramento de poças d'água e outros focos de miasmas, bem como a eliminação de mosquitos e moscas, também identificados como vetores de doenças epidêmicas.<sup>133</sup>

Todas essas medidas capitaneadas pelas classes dirigentes da cidade,

<sup>131</sup> Não tivemos acesso ao regulamento de Higiene referido pelo jornal.

<sup>132</sup> Jornal **República**, Florianópolis, 31 de julho de 1919.

<sup>133</sup> Jornal **República**, Florianópolis, 16 de agosto de 1919.

tinham como objetivo atingir as classes mais pobres do estrato social, já que eram neles que a elite percebia a não assimilação dos novos e “modernos” preceitos de higiene presentes nos Códigos de Posturas e Regulamentos Sanitários. A inserção desses novos preceitos higiênicos e sanitários na sociedade florianopolitana implicaram uma modificação na paisagem física da capital.

[...]A picareta vai abrindo por toda parte avenidas cheias de luz, praças bem arborizadas, onde se levantam edifícios espaços e amplos.

Florianópolis [...] está, comtudo, ainda muito carecedora de grandes melhoramentos, não só quanto á hygiene como em relação ao embelezamento.

Aqui e ali, ainda se torcem villas de aspecto colonial ladeadas de casas quadradas e incompatíveis a uma cidade moderna, que se quer salubre e confortavel.

É justamente sobre esse importante problema que se voltaram as visitas da administração emprehendedora de S. Exa. o sr. dr. Hercílio Luz, que não descansa no estudo para concretizar as obras, que farão de seu quatriennio uma época fecunda e notavel.<sup>134</sup>

A cidade não é mais a antiga Desterro de ruas estrettas [sic] e sem calçamento, dos tempos coloniaes e dos fins do Imperio; mas uma urbesinha risonha e branca, sobre encostas de esmeralda a lembrar evocativamente essas remotas cidades balnearias do golfo de Napoles [...]<sup>135</sup>

No primeiro ano da administração de Hercílio Luz muitas partes da cidade sofriam algum tipo de “melhoramento” ou “aformoseamento”, porém muitas ruas ainda eram estreitas e tidas como “coloniais”, no sentido atribuído pelos republicanos a essa palavra, ou seja, atrasadas, não modernas, incompatíveis com uma Capital. Não deixemos de notar a postura do jornal que, como “órgão do partido Republicano”, enaltece sempre que possível a administração de Hercílio Luz. Uma das obras de maior destaque para a sua administração e para o processo sanitário-higienista marginalizador ocorrido em Florianópolis foi a construção da *Avenida do Saneamento*, que mais tarde seria chamada de Avenida Hercílio Luz.

A área escolhida para a “monumental obra de embelezamento e saneamento” da capital, que daria a cidade “ares de modernidade” seria uma conhecida região do centro da cidade que conglomerava justamente a parcela pobre da região. Parte normalmente identificada com os antigos bairros do Campo do Manejo, Toca, José Mendes, Menino Deus, Estreito e Rita Maria, mas principalmente os da Figueira, Pedreira, Tronqueira, estes eram os bairros mais densamente povoados do centro da Capital.

<sup>134</sup> Jornal **República**, Florianópolis, 8 de julho de 1919.

<sup>135</sup> Jornal **República**, Florianópolis, 7 de maio de 1920.

“Em seu conjunto esses bairros somam um pequeno número de ruas divididas entre os dois lados da Praça XV. No lado Oeste encontram-se: a Rua Arcipreste Paiva costeando a Praça, R. Padre Miguelinho, R. Conselheiro Mafra, R. Felipe Schmidt, R. Ten. Silveira e Rua Vidal Ramos, indo em direção oposta a Praça. Estas são cortadas em sentido transversal pelas ruas Trajano, R. Deodoro, R. Jerônimo Coelho, R. Álvaro de Carvalho, R. 7 de Setembro, Largo Fagundes, R. Bento Gonçalves, R. Pedro Ivo e R. Padre Roma. Somadas em sua extensão total estas ruas cobririam uma linha reta de apenas 4,3 Km. O mesmo se observa no lado Leste da Praça que compreende as ruas: João Pinto, Rua Tiradentes, R. Vitor Meireles, R. Abelardo Gomes, R. Ilhéus, R. Fernando Machado, R. Anita Garibaldi, R. Mal Guilherme, R. José Jaques, R. Saldanha Marinho, R. Nunes Machado, R. Art. Bittencourt, R. Gen. Bittencourt, R. Balcão Viana e Ladeira do Menino Deus. As quais estendidas em linha reta cobrem apenas 4 Km.<sup>136</sup>

Eram nesses 8,3 km de ruas que se concentravam a maior parte dos estabelecimentos comerciais, dos prédios públicos dos órgãos administrativos, a região portuária, a incipiente zona industrial da cidade e a maioria das moradias da Ilha<sup>137</sup>. Fato comum nos centros de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre, era a presença de um pequeno número de proprietários, donos de muitos imóveis, locarem pequenos cômodos para famílias e pessoas menos abastadas da cidade, há um baixo custo. Possebon nos fornece o exemplo do Sr. Moltini que possuía “um terreno na Rua Marechal Guilherme [...] com 20 pequenas casas edificadas no mesmo terreno (cortiços)”<sup>138</sup> e continua descrevendo mais alguns imóveis desse senhor que eram destinados a aluguéis de baixo custo, as “casas de morada” ou “pequenas casinhas”.

Importante destacar que não só as pequenas casas ou cortiços eram utilizados como habitação coletiva. Algumas casas de maior porte ou mesmo sobrados<sup>139</sup> eram ocupados de forma coletiva, assim Possebon nos mostra o exemplo de “Manoel Cidade que dividia o aluguel à Rua Álvaro de Carvalho nº 8 com o empregado de comércio Alexandre Vaz e o alfaiate Heitor Varela da Rosa”<sup>140</sup>; ou de “Maria de Souza Soares a 'Maria do Sobrado'. Em 1904, esta viúva de 44 anos, dividia sua morada à Rua Tiradentes nº 20, com Paula Maria Pereira e Paula Vidal, sendo as três tidas por meretrizes.”<sup>141</sup> Não Poucas vezes mulheres solteiras

<sup>136</sup> ANAISSI, Vinicius Possebon. op. cit. p. 29.

<sup>137</sup> O restante dos Bairros: Praia de Fora, Mato Grosso e São Luiz, eram caracterizados por uma extensa área de terra não habitadas. Sendo eles os bairros mais abastados de Florianópolis de inícios do século XX, composto por extensas propriedades onde se erguiam chalés e elegantes chácaras. Cf. Veiga, Elaine. op. cit. 72-75p.

<sup>138</sup> ANAISSI, Vinicius Possebon. op. cit. p. 29.

<sup>139</sup> Os sobrados surgem na paisagem urbana de Florianópolis em meados do século XIX. Eram as casas das famílias abastadas, que retiravam sua renda principalmente das atividades portuárias e comerciais. Cf. ARAÚJO, Hermetes. op. cit. p. 29-30.

<sup>140</sup> ANAISSI, Vinicius Possebon. op. cit. 30.

<sup>141</sup> Idem.

ou viúvas, que dividiam moradia, eram tidas com “decaídas” pela sociedade florianopolitana.

Assim como essas senhoras, inúmeros outros trabalhadores e famílias que possuíam pouca renda, utilizavam esta estratégia de dividir aluguéis de baixo custo para conseguirem um teto. Importante destacar que critérios de identificação dos diferentes tipos de habitações coletivas eram demasiado indefinidos nos anos iniciais do século XX:

Acomodando-se aos interesses de ocasiões das partes em confronto, cubículos originados de subdivisões internas num casarão eram cortiços? Quartos construídos no fundo do quintal de uma residência ou de uma fábrica ou oficina, eram cortiços? Chefes de famílias que alugavam cômodos de suas casas, as vezes até o sótão e o porão, seriam corticeiros obrigados a pagar impostos a municipalidade?<sup>142</sup>

Os bairros populares da Capital, Figueira, Tronqueira e Pedreira eram frequentemente identificados com a sujeira, falta de higiene, miasmas prejudiciais a saúde, antro de vícios e promiscuidade ainda no século XIX, e habitados majoritariamente por pescadores, lavadeiras, “decaídas”, carregadores, trabalhadores do porto, soldados etc. Araújo utiliza o depoimento de um médico militar, Dr. João de Almeida Ribeiro, morador da capital que pública um relatório referente as condições sanitárias da então Desterro:

Encontram-se nestes bairros [Figueira, Pedreira, Toca] casinhas bem inferiores às senzalas de pretos de certas fazendas; tão pequenas, imundas, esburacadas e enfumaçadas são elas.

[...] A Toca, situada na encosta da montanha do Menino Deus e na praia que a circunda, é habitada por toda a prolífica população de pescadores. Entre as casas que habitam, algumas há, que podendo em rigor abrigar duas pessoas, acomoda o quadruplo ou quántuplo. As mulheres são lavadeiras (em geral) e conseqüentemente têm de guardar em casa roupa molhada, sua ou alheia (...) Resulta disto, que a umidade, que pouco a pouco se vai evaporando, satura o ar e impregna tudo até a própria cama. Além da roupa lavada, guarda-se nessas casas peixe e os utensílios de pesca, tudo molhado e exalando cheiro característico de maresia.

Na praia vê-se a cada passo imundícies, como nos outros dois bairros, crescendo detritos de peixes e também de plantas marinhas, que vêm presas às redes e atiradas depois à praia. Este bairro abitado por gente dada ao trabalho, mas pouco amiga do asseio, e dizimadas por todas as epidemias que aqui aparecem.

Na Pedreira, uma parte da Tronqueira e becos adjacentes, em miseráveis choupanas (algumas piores que as da Toca) reside uma tribo de lavadeiras de condições diversas, umas livres, outras escravas (mas com permissão de residir fora de casa) e outras escravas que só vem lavar; este bairro quanto a habitantes do sexo masculino só conta soldados. Desta união bem se pode prever o que deva resultar.

Nos cortiços da Tronqueira, espécies de colméias [sic], somente ocupadas por zangões, são os quartos cubículos nojentos habitados por 6, 8 e 10 pessoas às vezes, sem distinção de sexo nem idade; de modo que têm aí as crianças uma famosa escola prática de imoralidade e devassidão (...)

<sup>142</sup> CHALHOUB, Sidney. Classes Perigosas. In: ANAISSI, Vinicius Posseben. op.cit. p. 30.

Agora a Figueira. A aparência deste famoso bairro é um pouco melhor do que a dos precedentes; e como não, se aí habita grande número de Sacerdotizas [sic] da Sífilis? Situado no extremo da cidade oposto à Toca, junto ao mar e a montanha da Rita Maria (...) é habitado em grande parte por meretrizes da mais baixa classe, que aí vivem aos grupos em casinhas mais ou menos célebres nos anais da polícia do Desterro. Bairro tenebroso onde o assassinato não é extremamente raro, e onde os que nele tentam aventuras senão perdem a vida ou a bolsa, pelo menos sofrem gravemente na saúde; eis o que acontece a soldados e marinheiros.

Muitas das megeras em questão moram às vezes, numa só casa, que com a volubilidade e imundícia próprias de tal gente, entregam em breve num mais asqueroso estado ao ávido proprietário, o qual trata logo de alugá-la a outras da mesma grei. Resulta disto que estes covis são outros tantos focos de infecção e de escândalo para as poucas famílias cuja má sina obriga a morar perto de semelhante gente.<sup>143</sup>

Embora este relatório se refira a um período pouco anterior ao estudado neste trabalho, estão contidas nele muitas imagens referentes à saúde e às condições de vida da população do centro da cidade, que se estendem para as décadas de 1910-1920. A necessidade de ventilação e entrada de luz nos prédios, aglomeração de pessoas em lugares pequenos, a promiscuidade e violência vinculada aos pobres e as moradias populares, bem como a presença constante de doenças. A situação de marginalidade e segregação já fazia parte da vida dos escravos, forros, mestiços e pobres que ocupavam este espaço do centro da cidade.

A afirmativa do médico [Dr. Almeida] de que se encontravam nesses bairros casinhas bem inferiores a senzalas de pretos de certas fazendas; tão pequenas, imundas, esburacadas e esfumaçadas, chama a atenção para a carga de juízo de valor, de onde transparece o estereótipo criado para os moradores de determinados locais.<sup>144</sup>

Mesmo trabalhando em atividades regulares, estas pessoas eram identificadas as “classes perigosas” e insalubres.

Como dito acima, essa visão persistia nas primeiras décadas do século XX. Na percepção das elites e imprensa “O becco [sic] Irmão Joaquim com os seus cortiços margeando o canal da Fonte da Bulha até a Pedreira, era um verdadeiro fóco [sic] de miasmas e um conhecido antro de vadiagem. Não havia alli [sic] a menor noção de hygiene [sic]”<sup>145</sup> ainda, não mudando em nada das imagens oferecidas pelo relatório supracitado. Os pobres então ofereciam perigo real para o “sociedade de bem” seguidora dos modernos preceitos higiênicos, e por isso se tornam alvo de medidas reformadoras e segregadoras mais radicais, a demolição de

<sup>143</sup> ALMEIDA, João Ribeiro de, **Ensaio sobre a Salubridade, Estatística e Pathologia da Ilha de Santa Catarina e em particular da Cidade de Desterro**. (publicado em 1864) Apud ARAÚJO, Hermetes. op. cit. p. 85-86.

<sup>144</sup> GARCIA, Carla Laner. op. cit. p. 11.

<sup>145</sup> Jornal **República**. Florianópolis, 1 de fevereiro de 1920.



suas moradas.

A administração pública, assim como imprensa e uma parcela da população, viam nas propostas higienistas as únicas soluções para o problema de saúde e o risco que essas áreas pobres representavam para a sociedade, assim os conselhos higienistas caracterizavam-se “como uma estratégia de poder conveniente aos interesses das classes dirigentes, pois, assegurando a saúde dos mais pobres, protegeria os mais abastados”<sup>146</sup>.

Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação/; analisavam a 'realidade', faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos.<sup>147</sup>

A solução para o embelezamento e saneamento dessa área do centro da cidade foi a construção da Avenida de Saneamento. Iniciada em 1919 e formalmente inaugurada em 15 de novembro de 1922, a Avenida ligava a baía sul a partir do Largo 13 de Maio, à baía norte, na Praia de Fora, margeando a encosta do Morro do Antão, conseguia-se com ela uma ligação praticamente em linha reta de leste a oeste entre os dois extremos urbanos da cidade na época. Ela foi considerada a “pedra angular do saneamento da nossa terra”<sup>148</sup> e representou “um dos momentos de maior intensificação no ímpeto de reformar, retificar”<sup>149</sup> que a cidade vivera nos primeiros anos do regime republicano na Ilha. Tornando-se a “grande atração” de Florianópolis:

A Avenida projectada, ladeando o canal da Bulha, constituirá dentro de pouco tempo um dos mais bellos melhoramentos com que o governo operoso do exmo sr. dr. Hercílio Luz datará Florianópolis.

A par do embelezamento, está a utilidade do serviço que concorrerá para sanear toda a zona em que passa a Fonte da Bulha, em cujo trajecto ainda existem casebres anti-hygienicos.

A futura Avenida terá mais ou menos 10 metros de cada lado do paredão do canal.<sup>150</sup>

Mas a *great attraction* de Florianopolis, vai ser, quando ficar prompta, a Avenida Hercílio Luz.[...]

Com esses melhoramentos da Avenida Hercílio Luz, que ao mesmo tempo sanea Florianopolis e a embelleza faustosamente.[...]<sup>151</sup>

<sup>146</sup> NECKEL, Roselane. op. cit. p. 71

<sup>147</sup> CHALHOUR, Sidney. op. cit. p. 29.

<sup>148</sup> *A inauguração da Avenida Hercílio Luz*. Jornal **República**. Florianópolis, 10 de setembro de 1922.

<sup>149</sup> ARAÚJO, Hermetes, op. cit. p. 20.

<sup>150</sup> *As Obras da Futura Avenida [...] Começam as demolições. Providencias tomadas*. Jornal **República**. Florianópolis, 14 de agosto de 1919.

<sup>151</sup> Jornal **República**. Florianópolis, 7 de maio de 1920.

Não achamos uma nota nesse periódico que circulava à época, menosprezando ou criticando tal medida do “exmo Governador”; muito dificilmente se achará – a não ser de maneira muito pontual e restrita – em outros periódicos, visto a dificuldade de localizar fontes oposicionistas ao governo republicano (fatores já mencionados, como o extermínio da oposição na Ilha após a revolução federalista). Sempre aplaudida como medida fundamental para o saneamento e embelezamento da Capital, trouxe consequências nada agradáveis para a população pobre que alugava quartos nas ruas atingidas pelas demolições e desapropriações.

Mister se tronava saneal-a [Florianópolis], embellezal-a, de acordo com o adiantamento moral, material e intellectual de Santa Catarina, cujo grão de prosperidade era constantemente assinalado e conhecido, através das manifestações da imprensa de todo paiz.

Com sua feição rotineira, colonial, com as suas ruas estreitas, com inumeros casébres a enfeiar-lhe a estética, Florianopolis impressionava mal ao forasteiro.<sup>152</sup>

Neste processo, as pessoas eram percebidas como meros objetos que poderiam ser retirados de cena sem maiores preocupações. Esse era o modo de agir dos partidários dos discursos higienistas emanados de Paris e do Rio de Janeiro; a cidade era o sujeito máximo e deveria alcançar o “progresso” e a “modernidade”, e que agora se preocupava em afastar, de forma radical, interesses e segmentos distintos no centro da cidade. Sobre isso, Paulo César Garzes Martins, sintetiza a mesma situação vivenciada na capital do país anos antes:

Urgia aos dirigentes do regime que se instalava, inspirados nas idéias [sic] tecnocráticas de governo, arrancar o Rio de Janeiro da letargia e inoperâncias que atribuíam ao execrado regime imperial, julgado incapaz de livrar a cidade de convívios considerados promíscuos e desestabilizadores da saúde pública. Fazia-se mister generalizar os procedimentos disciplinares para os espaços públicos e privados, diferenciando-os mediante a oposição à dinâmica difusa que os mesclava, e que favorecia a convivência entre segmentos e interesses sociais muito distintos mesmo nas áreas mais centrais da capital. Compreende-se, pois, a prioridade concedida ao combate institucional às habitações populares, consideradas como os principais focos de dispersão das epidemias pela cidade, e havia muito tempo condenadas à extirpação pelos médicos higienistas, ansiosos por curar as cidades de suas 'patologias' sanitárias, sociais e espaciais. A ambição de arrancar do seio da capital as habitações e moradores indesejados pelas elites dirigentes começou a se materializar com as medidas visando a demolição dos numerosos cortiços e estalagens, espalhados por todas freguesias centrais do Rio de Janeiro, o que se processou sob a legitimação conferida pelo sanitarismo.<sup>153</sup>

<sup>152</sup> Jornal **República**, Florianópolis, 1 de fevereiro de 1920.

<sup>153</sup> MARINS, Paulo César Garcez. op. cit. p. 140-1.

A população passa a ser responsabilizada pela doença. Eram os pobres, principalmente, que por não conhecer os hábitos sadios, importância da vacina e demais preceitos de higiene que acabavam por desenvolver e alastrar epidemias e as condições higiênicas precárias da cidade. Atacar e sanear o espaço onde essa população se concentrava foi uma medida tomada por higienistas ingleses, franceses, alemães, fluminenses, paulistas e florianopolitanos. Na imprensa não se economizavam palavras, muitas vezes rudes e preconceituosas, atacando os pobres, seus hábitos e costumes, mas, principalmente, seu local de moradia, que agora é visto com uma síntese de mal que maus hábitos podem causar.

Proseguem diligente e activamente as obras de construcção da futura Avenida do Saneamento, a que o povo num louvavel gesto de gratidão para com o seu supremo dirigente, deu o nome de 'Hercilio Luz'.  
Continuam as desapropriações dos predios e as destruições dos velhos e infectos pardieiros que enfeitavam o Beco Irmão Joaquim[...].  
E assim vae a nova Avenida se resgando, fazendo-nos experimentar as sensações suaves que só a hygiene, o asseio e a beleza podem proporcionar aos homens superiores.<sup>154</sup>

O Becco, um cumulo da [sic] casebres velhos, onde centenares de enfermijos reclamavam uma verdadeira miseria higienica.<sup>155</sup>

Casa ha em Florianópolis onde não é observada a hygiene, onde os quintaes são verdadeiras immundicies, grandes lagoas, onde as aguas apodrecem, e levantando um máo cheiro insupportavel que muito prejudicam as nossas condições sanitarias.<sup>156</sup>

Sentenças como estas são frequentemente encontradas na imprensa local, o mau cheiro era sempre atacado e contraposto com as novas “sensações” que o saneamento proporcionava para a população. O asseio e a beleza eram conceitos supremos que impulsionavam as desapropriações e demolições em massa do centro da capital.

O processo de construção da Avenida podia ser acompanhado quase que diariamente nos jornais da cidade, às vezes com pequenas notas, que simplesmente lembravam os leitores que as obras continuavam em ritmo acelerado, demolições sendo realizadas, pontes construídas, sempre com floreios à administração de Hercílio Luz:

#### **Avenida “Hercilio Luz”**

Com a mesma actividade de sempre, proseguem as obras de construcção da Avenida, este grandioso melhoramento com que o eminente administrador catharinense está daptando a nossa capital. [...] Dentro de

<sup>154</sup> Jornal **República**. Florianópolis, 30 de outubro de 1919.

<sup>155</sup> Jornal **República**. Florianópolis, 15 de novembro de 1919.

<sup>156</sup> Jornal **República**. Florianópolis, 16 de agosto de 1919.

pouco tempo, ficará realizado, nesta capital, o grandioso melhoramento que atesta a larga visão e o alto tino administrativo do Exmo Sr. sr. Hercilio Luz.<sup>157</sup>

A influência das reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro transparece quando são dadas notícias sobre a iluminação e ajardinamento da Avenida do Saneamento, empreendimentos sempre anunciados com orgulho pela imprensa local, e talvez sentido também por uma parte da elite que tinha a capital da República como o modelo de modernidade, e não almejava outra coisa que não essa modernidade na porta de sua casa, para poder mostrar e agradar aos “forasteiros” que passavam pela Ilha, e estes então terem uma boa imagem da Capital Catarinense:

O serviço de arborização da Avenida Hercilio Luz continua sendo feito com muito gosto ornamental, apresentando já aquelle logradouro publico um aspecto bem impressionante.

O sr. João Baptista, habil jardineiro [...] reencetou ha dois dias, a plantação oytis, as lindas arvores que, de preferencia são plantadas nas Avenidas do Rio de Janeiro.[...]

Já foram substituidas as arvores que mãos criminosas damnificaram nas immediações do Quartel do 14º Batalhão, no trecho, compreendido entre o Largo 13 de Maio e rua General Bittencourt.

Cerca de 30 e tantas arvores foram ali novamente plantadas[...]

É com justo orgulho que registramos a satisfação de todos os nossos forasteiros que, ao visitarem a Avenida, exprimem a sua grande e agradável impressão por tão notavel melhoramento que assignala a administração modelar e progressista do eminente patricio que dirige com larga visão os destinos de nossa terra.<sup>158</sup>

Dentro de pouco tempo, a nossa Avenida será doptada de illuminação electra condigna com a importância daquelle logradouro, tendo sido feitos os respectivos estudos pelo dr. Oscar Ramos, engenheiro fiscal do Governo do Estado junto a Empreza de Electricidade.

Serão collocados ali symetricamente elegantes postes, com tres lampadas nos seus braços, systema Americano, adoptado na Avenida Leblond, do Rio de Janeiro[...]

Entre os intervallos dos cruzamentos dessas ruas, serão collocados postes simples com uma lampada de 50 vellas.

A instalação de rêde de energia electrica será subterranea [...]

Com a bellissima illuminação que vae ter, a Avenida “Hercilio Luz” apresentará, á noite, um aspecto deslumbrante,destacando mais e mais essa obra grandiosa de engenharia.<sup>159</sup>

Além da comparação com modelos de avenidas do Rio de Janeiro, suas árvores e postes, percebamos que, de alguma maneira, essa obra não era respeitada ou mesmo louvada por todos – impressão que temos lendo as falas de políticos ou artigos na imprensa local –, já que árvores plantadas tinham sido arrancadas “por mãos criminosas”. Pela reportagem não fica claro se tal ato foi apenas um ato

<sup>157</sup> Jornal **República**. Florianópolis, 4 de agosto de 1920.

<sup>158</sup> Jornal **República**. Florianópolis, 8 de julho de 1920.

<sup>159</sup> Jornal **República**. Florianópolis, 19 de dezembro de 1920.

“infantil”, ou se houve base política de revolta contra as demolições que deixavam muitas famílias sem ter para onde ir, do dia para a noite. De qualquer maneira, havia um descontentamento que nos leva a pensar que as reformas não eram aceitas por todos uniformemente, nem todos reconheciam as “melhorias” como suas, sentiam-se deslocados de todo processo reformador.

A construção desta Avenida, assim como outras medidas saneadoras, exerceu, de fato, uma poderosa mudança nas condições higiênicas do centro de Florianópolis, beneficiando de maneira geral a população da Ilha, porém uma questão se colocava na época – e agora -: para onde iam as centenas de pessoas que viam a demolição de seus lares? Eram dados auxílios ou alternativas por parte de poder público ou particular para melhorarem suas vidas?

Mais de 40 casinhas de alvenaria de tijolos, do becco Irmão Joaquim e nas imediações da Pedreira, bem como a grande propriedade do empreiteiro Villa já foram demolidas. [...]

A antiga Pedreira, foco de desordem e miasmas, está sendo admiravelmente transformada. [...]

Inúmeras casas tem sido demolidas [...]

O bellissimo melhoramento é [...] uma notavel obra de saneamento que atestará no futura a acção progressista e modelar do eminente sr. dr. Hercilio Luz.<sup>160</sup>

Notícias como esta nos são passadas frequentemente pelo jornal, desde meados de 1919, porém nunca nos é dada a informação de quantas pessoas foram colocadas na rua por tal medida, para onde foram elas, quem são elas. Já o sr. Villa, um homem de posse, é facilmente reconhecido pelo jornal, e aparecerá aqui novamente.

Como já alertado acima, poucos eram os proprietários desses inúmeros imóveis demolidos, estes poucos proprietários eram agraciados com uma indenização paga pelo Estado, o qual determinava um valor a ser pago pelo imóvel. Porém, muito provavelmente, os que realmente precisavam da casa ou quarto, os que pagavam aluguel, não eram beneficiados por tal indenização; e não eram poucos, se em quartos que acomodariam 2 pessoas, poderiam ser encontradas facilmente morando 6, 8, 10; podemos conjecturar o impacto que provocou as demolições de dezenas, talvez centenas<sup>161</sup> de “casinhas” e “cortiços” para o

<sup>160</sup> Jornal **República**. Florianópolis, 1 de fevereiro de 1920.

<sup>161</sup> Não há um levantamento da quantidade de imóveis demolidos durante o processo de construção da Avenida Hercílio Luz, porém podemos ter uma ideia, vaga ainda, se pensarmos que as demolições seguiram sistematicamente até meados de 1921. Se em fevereiro de 1920 noticiam mais de 40 casinhas demolidas (ainda sendo de alvenaria e tijolos), não seria absurdo sugerir que centenas de casas/quartos de todos os tipos de materiais foram colocados abaixo.

aspecto físico da cidade, bem como no cotidiano da população.

Para agravar a situação dessas pessoas, o aumento exponencial da demanda por quartos e casas, bem como uma série de regulações e exigências do poder público que dificultavam a construção de novos quartos e a própria locação de quartos de aluguel módico já existentes, dificultavam sobremaneira a vida de muitos que procuravam quartos e casas, mas principalmente para os mais pobres e desassistidos. Uma dessas medidas era a exigência de que toda casa ou quarto que vagasse teria que ser vistoriada pela autoridade sanitária:

Por edital, que foi repetidamente publicado, a Directoria de Hygiene do Estado, adoptando uma medida louvabilissima e observada hoje em todas as cidades cultas e adiantadas, avisou ao publico que nenhuma casa, que vagasse ou que fosse reparada, poderia ser occupada sem o exame previo feito pela autoridade sanitaria [...]

Quantas vezes não se desoccupam casas onde habitaram e onde até faleceram doentes de molestias, e são ellas, sem nenhum cuidado hygienico [...], alugadas a novos inquilinos. [...]

É claro que essas exigencias da Hygiene não podem agradar principalmente os proprietarios de casas para alugar, porque os podem constringer a despezas e a demoras para nova occupação das casas; dahi o facto de procurarem fugir a esta salutar determinação da Directoria de Hygiene. Consta-nos que diversas casas têm sido occupadas sem que os proprietarios tivessem pedido á Hygiene essa visita, a que são obrigados, sob pena de multa. É preciso que aquelles que tiverem de alugar casa, exijam do proprietario o documento que prove já ter a casa sido visitada pela autoridade sanitaria. [...]

A medida adoptada pela nossa Hygiene é de tal importância e tanto contribue para nossos fóros de cidade civilisada, que deve despertar o interesse geral no sentido de não ser ella burlada.<sup>162</sup>

Interessante notar que esta medida era noticiada constantemente no jornal, já que o edital fora “repetidamente publicado”, talvez por haver pouca adesão à ela. Podemos entender essa baixa procura pelos proprietários para que a autoridade sanitária fiscalizasse as casas vagas, como uma atitude de adaptação às novas normas que nasciam com a difusão do discurso e práticas higienistas, as duas partes interessadas – os proprietários e inquilinos – acediam, tacitamente, em excluir a autoridade sanitária de suas negociações; não exigindo o documento que atestava as boas condições sanitárias da casa ou quarto em questão, o futuro arrendatário conseguiria, muito provavelmente, um aluguel de menor valor e quase que imediatamente. Já o proprietário não gastaria dinheiro com reformas e não perderia dinheiro pelo tempo em que a casa ficaria sem uso para as devidas modificações. O único risco seria uma inspeção da polícia sanitária que poderia multá-lo por não ter o referido documento em mãos.

<sup>162</sup> Jornal **República**. Florianópolis, 10 de janeiro de 1920.

O aumento da demanda, como falamos acima, também influenciava nos preços do aluguéis, que começavam a incomodar não só pobres, mas outros setores da sociedade que também alugavam casas ou quartos de hotéis, estes em melhor e mais estável situação financeira que os “simples operários”, “jornaleiros”, “lavadeiras”, “meretrizes”, contudo, sentiam-se explorados pela alta dos preços:

**A falta de casas e de hotéis em Florianópolis**

Com grande desenvolvimento que, nestes dois últimos anos, teve a nossa capital com a vinda de industriaes, comerciantes, engenheiros, medicos, visitantes etc, tornou-se gredemente [sic] sensível a falta de casas de moradia e hotéis.

Dia a dia, cresce a reclamação, neste sentido.

Rarissimas são as construções que se tem feito na nossa capital no decurso destes dois anos, o que, realmente, vem crear uma situação angustiosa.

Alguns proprietarios aproveitando-se do momento estão a augmentar impiedosamente os alugueis.

Mal o inquilino deixa a casa, o aluguel desta sobe 30, 40, 50 por cento!

Cresce a nossa população, porem não augmenta o numero de habitações...

Por outro lado, os nossos hotéis estão, tambem, creando uma situação encomoda.

Alguns delles não querem continuar mais com os hospedes pensionistas que tinham uma pensão razoavel.

D'ora avante pagarão a razão de diarias estabelecidas para os passageiros...

O aluguer das salas dos hotéis, um pouco mais confortaveis que os quartos, esta custando uma exorbitancia, como já ouvimos.[...] <sup>163</sup>

Os altos preços dos aluguéis estavam certamente ligados as reformas urbanas e transformações na demografia da região central de Florianópolis de 1920; atingindo amplos setores da sociedade, mas principalmente as classes menos favorecidas da cidade. Estes não tinham muitas opções e escolhas a não ser morar o mais próximo do centro; sua fonte de renda muitas vezes era vinculada ao centro da cidade, como no caso das lavadeiras, as quais possuíam sua freguesia quase totalmente dessa região, e utilizavam os córregos do centro para desempenhar suas funções; comerciantes ambulantes que viviam do movimento do centro, jornaleiros e empregadas domésticas, entre outros; a Ilha não oferecia estrutura para locomoção rápida entre centro e interior – locomoção que a geografia local não facilitava –, sem contar que toda sua rede de sociabilidade estava concentrada naquela região de onde foram abruptamente retirados.

Problema identificado também no Rio de Janeiro, capital e, supomos (por tal condição), seria uma das cidades mais adiantadas em termos de transporte e infraestrutura para locomoção do país na época.

Num tempo em que apenas trens e bondes precários serviam as periferias

<sup>163</sup> Jornal **República**. Florianópolis, 4 de agosto de 1920.

longínquas – ao que se somava a quase intransponível topografia carioca – como esperar horas e horas por empregados? Os morros e brejos do centro e da Zona Sul acabaram sendo a resposta cômoda para as elites habituadas a agudas explorações sociais. Afinal, a convivência próxima entre senzalas, colônias e salões senhoriais estava na memória de muitos. A pobreza acabou por avizinhar-se ao luxo das residências aburguesadas: a metros dos quintais e jardins franceses da rua São Clemente, no Botafogo, subiriam anos depois os barracos do morro Dona Maria.<sup>164</sup>

A situação foi percebida pelas autoridades administrativas de Florianópolis, mas a solução seria a exclusão clara dessas pessoas do centro da cidade:

[...]Não apenas o facto da demolição que alías se impunha como necessidade de ordem hygienica e esthetica, de grande numero de pequenas habitações, quasi a sua totalidade em ruinas, e de aspecto archaico, como o progressivo augmento de população urbana – determinaram as causas da carencia atual de moradias.[...]  
Relativamente a habitações de preço modico um alvitre, que não é original, não deixaria, certo, de ser digno da vossa preciosa atenção: é o de autorizar a construcção, mediante favores especiaes, de pequenas casas de madeira, em estylo apropriado e elegante, sobre local que fôr previamente escolhido e designado, dos arrebaldes da cidade. Entre os favores especiaes – o de dispensar a obrigatoriedade do padrão municipal consignado para as edificações nos centros urbanos.<sup>165</sup>

A proposta do Superintendente Municipal era a de construir casinhas de madeira nos arredores da cidade, e a áreas mais próximas seriam as encostas dos morros limítrofes à Avenida Hercílio Luz. Essa proposta favoreceria ainda empresários e construtores que obteriam lucro com a venda ou locação dessas casas, já que faria parte dos acordos a isenção de taxas e impostos e mesmo a cessão de terreno para a construção de um hotel próximo a Avenida em construção, assim como um prêmio para as melhores construções:

Não seria mesmo desarrazoado que a Municipalidade se propuzesse, mediante condições, a fazer a cessão de areas determinadas de terrenos a emprezas e capitalistas que se propuzessem á construcção de regular numeros de grupos de duas pequenas casas nas condições alludidas.[...]  
Entre os favores a que me referi, para animar a construcção de habitações na nossa capital poderia figurar, direi: a) Isenção do pagamento de licença para todas as obras de construcção de predios em geral, de modico aluguel, iniciadas no corrente exercicio; b) Os predios construidos ou iniciados dentro deste anno, não pagarão imposto predial por espaço de cinco annos; c) Não sera cobrada taxa de averbação a nenhum dos predios feitos de accordo com os artigos precedentes; d) O Superintendente distribuirá a importancia total de cinco contos de réis como premios aos melhores predios construidos no Municipio dentro do corrente anno; f) O Superintendente ficará autorizado a fazer a cessão da área necessaria do terreno sito na Praça 13 de Maio, fronteiro á Avenida “Hercilio Luz” e ruas João Pinto e Tiradentes, ou outro local apropriado, á empreza ou individuo

<sup>164</sup> MARINS, Paulo César Garcez. op. cit. p. 156.

<sup>165</sup> Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em sessão ordinária de abril de 1920 pelo Superintendente Municipal capitão João Pedro de Oliveira Carvalho. Jornal **República**. Florianópolis, 12 de abril de 1920.



que se propuzer á construção, desde já, de um hotel de accordo com a planta que for approvada pela Superintendencia. Aos cessionarios seriam facutados os favores de isenções de impostos municipaes, inclusive o predial, por dez annos.<sup>166</sup>

Fica claro o problema social que a falta de moradia, devido à migração e às reformas sanitárias, principalmente a demolição de “cortiços”, provocou na cidade. Tanto que a autoridade municipal oferecia muitas vantagens para quem iniciasse a construção de casas de baixo custo, assim como para a construção de um hotel (não para os mesmos moradores das “casas de baixo custo”, provavelmente), na área central da cidade. Iniciativas que deixavam transparecer as vantagens econômicas e as possibilidades de auferir grandes lucros com a especulação imobiliária desta parte da cidade. Em resumo, essas propostas mostram a proximidade de interesses particulares de uma elite que, através de discursos e práticas sanitárias e aparelhamento do poder público, alcançaram grandes lucros valorizando artificialmente a área central de Florianópolis.

Assim, as casas à serem construídas seriam de madeira, para resolver mais rapidamente a situação de falta de casas. Não teriam a obrigatoriedade de respeitar as regulações que padronizavam as edificações na zona central da capital, a não ser os preceitos higiênicos e sanitários, estes eram de vital importância para a coletividade e não poderiam ser esquecidos, tampouco poderiam deixar de preservar um padrão estético para não “enfeiar-lhes” esta parte da cidade.

A uma commissão de constructores poderá ser confiada a tarefa de modelar o typo ou estylo para essas construções de madeira, nas quaes seriam rigorosamente observados todos os requisitos de hygiene e sanidade estatuidos nas leis em vigôr.

As construções de madeira teem, é claro, a vantagem, entre outras, de serem de trabalho leve e ligeiro e, principalmente, de preço modico accessivel a qualquer bolsa remediada.

São higienicas. Em nada poderão contrastar, quanto á boa apparencia, com as demais construções geraes, uma vez que, observado seja o desejado bom gôsto, que respeitadas sejam, estrictamente, todas as exigencias da bôa conservação, o indispensavel asseio, inclusive pintura ou caiação externa obrigatoria todos as annos. O gosto para taes construções, que fôr delineado pela commissão de competentes, satisfará, por certo, os requisitos da melhor apparencia externa e commodidade interna...

Notemos que construções desse tipo, não poderiam ser compradas ou alugadas por todos que foram expulsos dos “cortiços”, mesmo com todo incentivo da Superintendência – que beneficiava mais os construtores e especuladores que as

<sup>166</sup> Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em sessão ordinária de abril de 1920 pelo Superintendente Municipal capitão João Pedro de Oliveira Carvalho. Jornal **República**. Florianópolis, 12 de abril de 1920.

peças necessitadas –, nem todos tinham as “bolsas remediadas”, talvez a maioria não teria condições de suportar os preços que seriam estabelecidos, ou mesmo a pintura ou calçamento anual que a lei as obrigava a proceder.

Entretanto, um parágrafo desta proposta resume como eram pensadas e tratadas as pessoas mais pobres, as que mais necessitariam de alternativas baratas e assistência da administração pública:

... Para essas construções, permitida a título provisório, no perímetro sub urbano, sem as exigências das leis municipais – menos quanto as referentes à Higiene Pública – poderiam ser concedidas licenças, mediante termo pelo qual os requerentes obrigam-se a demolir-as quando recebam calçamento as ruas em que estiverem situadas, hipótese essa aliás não assustadora, e pouco provável, considerando a escolha do local.<sup>167</sup>

A Superintendência Municipal já propunha a demolição dessas casinhas de madeira, antes mesmo da sua construção, o que obrigaria àqueles que morariam nelas, a possuírem renda ou estabilidade suficiente para se mudarem de lugar, ou mesmo construir casas no padrão que seria-lhes imposto pelas leis municipais; e para piorar essa situação ficaria a cargo do próprio poder público, quando eles decidissem calçar as ruas, as casas seriam demolidas.

Novamente podemos pensar nos lucros e oportunidades que tal processo traria à elite que possuía meios para explorar tal situação. Mas o principal a se reter destas linhas era a situação marginal em que tais pessoas seriam colocadas. Segundo a mensagem apresentada ao Conselho Municipal, a hipótese de demolir as casas não deveria ser motivo de preocupação, já que essas pessoas ficariam no perímetro suburbano da cidade, onde nem mesmo o calçamento das ruas estava no horizonte de medidas a serem tomadas para tal área, ou seja, estas pessoas já estavam sendo abandonadas pela administração pública.

Continua sem resolução o sério problema da escassez das habitações, máxime das habitações baratas destinadas às classes sociais de pequenos recursos (...) situação que já vem demasiadamente prolongada e cada vez mais agravada pelas demolições que têm sido feitas para atender ao saneamento e embelezamento da cidade (...) O executivo municipal, atendendo a situação verdadeiramente premente da população, tem permitido a construção sem maiores exigências arquitetônicas, no “Morro da Antão” e nas ruas da periferia da cidade, de pequenas casas para moradia de gente modesta.<sup>168</sup>

<sup>167</sup> Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em sessão ordinária de abril de 1920 pelo Superintendente Municipal capitão João Pedro de Oliveira Carvalho. Jornal **República**. Florianópolis, 12 de abril de 1920.

<sup>168</sup> Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em sessão ordinária de abril de 1921 pelo Superintendente Municipal Capitão João Pedro de Oliveira Carvalho. Jornal **República**. Florianópolis, 11 de maio de 1921. Apud NECKEL, Roselane. op. cit. p. 69

Em 1921, o Superintendente Municipal deixa claro, novamente, o espaço que ficaria reservado aos estratos populares que sofreram a expulsão e marginalização do centro da cidade: os morros e periferias, os quais a Avenida Hercílio Luz fazia uma linha divisória entre estes espaços e o centro, destinado agora aos segmentos mais abastados da sociedade, ao passeio das famílias ricas, aos prédios modernos, belos e higiênicos.

De fato a zona central foi valorizada pela construção da Avenida, alguns proprietários se beneficiaram com as demolições, aproveitando a oportunidade que se fabricava para obter lucros, ou para “elevar o padrão” das construções que seriam levantadas, a partir de então, naquela região. A construção de prédios “modernos” e “belos” eram, segundo a imprensa uma maneira de se “retribuir” ao esforço da administração do Estado pelo “melhoramento” e “progresso” que tal obra traria para a capital.

**Avenida Hercilio Luz: a primeira construção moderna.**

Quando foi iniciada a demolição de algumas casas que ficavam á beira do canal da Bulha, o sr. constructor Villa tratou immediatamente, de levantar na Avenida, então em execução, a construcção de um confortavel presio.

Atacando de logo, as obras, o sr. Villa dando um bella demonstração de seu bom gosto, construiu uma elegantissima vivenda que muito contribue para o embelezamento daquela via publica.

Espaçosa, ampla, banhada de muito ar e muita luz, a nova construcção constitue um excellento typo de casas de moradia de famílias.

Como esta, outras construcções devem ser feitas, lado a lado da Avenida, solucionando assim o grande problema da nossa edificação predial.

Collocada bem no centro da cidade, hygienizada com esta sendo, a Avenida Hercilio Luz, com sua linda arborização e os seus passeios, escolhidos de preferencia, tornar-se-á, dentro de pouco tempo, o local onde se construirão as mais confortaveis e linda moradias.<sup>169</sup>

As edificações de particulares contribuía para a valorização das adjacências da Avenida Hercílio Luz. Associado a essas construções particulares, que eram noticiadas com grande júbilo pela imprensa local, o Governo também iniciava obras e projetos para construção de importantes prédios, de arquitetura moderna e imponente para os padrões de Florianópolis da década de 1920 com a Escola Normal e o Instituto Politécnico:

[...] As novas edificações já vão surgindo e o governo, tendo mandado construir o predio destinado a Escola Normal, contribuiu com um magnifico edificio, que muito embellezará o local e que certamente servirá de estímulo aos proprietarios que, ao longo da Avenida, começam a erguer construcções de typo moderno[...]<sup>170</sup>

<sup>169</sup> Jornal **República**. Florianópolis, 16 de julho de 1920.

<sup>170</sup> Mensagem apresentada pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, ao Congresso Representativo. Jornal **República**. Florianópolis, 22 de julho de 1921.

[...] As edificações erguidas por iniciativa particular já fazem notar na avenida. Para o embelezamento desta verdadeira obra de higiene, o governo também contribuiu com o auxílio que deu à construção dos alicerces do edifício em que, futuramente funcionará o Instituto Politécnico, e com o levantamento da Escola Normal.<sup>171</sup>

Para os que conheceram o antigo Becco Irmão Joaquim, cheio de casebres velhos e anti-higienicos, cujo Becco dava aos viajantes a impressão de uma cidade ruínas, e encontram no mesmo local uma avenida larga, arborizada e cheia de beleza, por certo admirar-se-hão ao verem tão rápida quão grandiosa transformação!

Felizmente nossa capital vai ser datada de uma Avenida digna de seu progresso.

Que os catharinenses saibam zelar tão importante melhoramento e que os Capitalistas procurem agóra, tendo em vista as vantagens que vão ser estabelecidas pela Superintendencia Municipal, edificar predios elegantes e confortaveis retribuindo desse modo o esforço que o Exmo Sr. Dr. Hercilio Luz tem feito para o embelezamento da nossa “urbs”.

*Cooperar junto aos poderes publicos para a conclusão final de tão importante melhoramento é o que todo o Capitalista deve fazer porque, louvores e lucros não lhes faltarão.* [grifos meus]

A avenida Hercilio Luz já se nos apresenta verdadeiramente admiravel!

É preciso agóra que os Capitalistas edifiquem casas elegantes, só assim a nossa Capital poderá se apresentar dignamente aos olhos do forasteiros.

É mais um melhoramento com que Hercilio Luz, - o reformador da nossa Capital, - enriquecerá o nosso Estado.<sup>172</sup>

A valorização do espaço urbano central da cidade foi um projeto elitista, no qual confundiam-se iniciativas privadas e particulares para a efetivação do mesmo. Os melhoramentos sanitários e arquitetônicos desta parte da cidade, cujo ápice foi a construção da Avenida Hercilio Luz, trouxeram inúmeros problemas sociais – a falta de moradia, talvez o mais grave deles –, a exclusão e marginalização dos pobres faziam parte deste processo, se observamos os discursos e notas de políticos e da imprensa à época, não será fácil localizar alguma defesa ou proposta referente aos interesses das classes pobres, não lhes eram dadas alternativas, embora “criar” essas alternativas fosse algo que a necessidade exigia destas pessoas.

O que lhes restava era subir os morros que margeavam esta zona da cidade e construir suas casas como fosse possível. Enquanto a imprensa jubilava-se com as construções que poderiam deixar a capital bela e saneada aos olhos do “forasteiro”, o que hoje chamamos “turistas”, incentivava a especulação desta área, estimulando um processo artificial de valorização imobiliária; não se viam palavras relativas aos pobres e seus espaços de moradia que não fossem pejorativas e

<sup>171</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 16 de agosto de 1922 pelo Coronel Raulino Adolpho Horn, presidente do mesmo congresso, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Apud MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. op. cit. p. 112.

<sup>172</sup> Jornal **A Semana**. Florianópolis, 21 de julho de 1920.

degradantes, sempre acompanhadas das palavras “sujo”, “anti-higiênico”, “vício”, “doença” dentre outras que acabavam por legitimar toda forma de exclusão dessas pessoas, o qual, seguindo esse discurso legitimados, representava o “progresso” do Estado.

“Progresso” este que atingiu uma parcela muito pequena da população florianopolitana, nos idos de 1930 o problema de saúde e epidemias ainda era sério e preocupava as autoridades sanitárias da época

Procurando as causas da gênese da Febre Tifóide nesta capital, tive o dissabor de verificar esse estado lamentável em que se encontra a cidade, já ameaçada do tifo epidêmico e sujeito de uma hora para outra, a uma epidemia violenta. Acontece que nas fraldas dos morros (...) os dejetos são atirados à superfície do solo, donde as chuvas e as moscas se encarregam de espelhar, contaminando outros pontos. Esse estado de contaminação compreende uma longa faixa que vai desde a Santa Casa do Largo 13 de Maio, Praça Gal. Osório até a Pedra Grande. A outra zona contaminada compreende as adjacências do antigo cemitério e do forno do lixo (...)  
As duas zonas supracitadas recebem dos pontos elevados águas pluviais poluídas, porque levam o solo contaminado de materiais fecais e outros detritos das encostas dos morros, onde se erguem numerosas casas de gente humilde que vivem sem observar o mínimo preceito de higiene, lançando a superfície da terra todos os dejetos<sup>173</sup>

Como aponta o relatório, as medidas higienistas da década de 1920 não foram suficientes para resolver os problemas sanitários da capital. De fato, o problema social gerado por tal processo, a marginalização de centenas de pessoas e seu abandono nas periferias da cidade – principalmente nos morros adjacentes – era um dos fatores que prejudicavam ainda mais o saneamento geral da cidade. Isso aponta para a proposição de que o discurso e práticas sanitário-higienistas, e as elites que deles eram adeptas, estavam mais preocupados em fabricar uma zona da cidade livre de pessoas pobres, que fosse valorizada e servisse aos interesses especulativos de “capitalistas” que buscavam lucro, não importassem as consequências de tais atos.

Outra reclamação da população, que nos atestam que o caráter das reformas urbanas não foi, em si, melhorar as condições higiênicas da população em geral, mas sim os de alguns setores do estrato social em detrimento das classes menos abastadas, eram a incapacidade de se pagar pelos serviços de água e esgoto,

Os custos da instalação, aliada à sua expulsão das áreas centrais da cidade para regiões periféricas, parecem indicar que o saneamento, mais do que uma forma de melhorar as condições de saúde e higiene da cidade, foi uma

<sup>173</sup> Relatório sobre Febre Tifóide em Florianópolis, apresentado pelo Dr. Antônio Bottini, diretor de Higiene do Estado, ao Exmo. Sr. Interventor-Geral Assis Brasil, em junho de 1932. Apud NECKEL, Roselane. op. cit. p. 91-2.

maneira de segregar técnica e objetivamente a população pobre<sup>174</sup>

Percebemos em Florianópolis um movimento semelhante ao ocorrido no Rio de Janeiro, onde:

A expansão das populações faveladas avançara no seio dos bairros de palacetes, marcando a paisagem e arruinando as ambições de afastar as vizinhanças empobrecidas. O fracasso em forjar vizinhanças homogêneas [...] passava a consolidar-se no mesmo momento em que fortunas de recursos públicos eram destinadas especificamente à expulsão das habitações populares das áreas centrais da cidade. A intenção de “civilizar” os convívios, e discipliná-los por meio de controle da habitação e das vizinhanças, não lograva resultados eficientes[...]<sup>175</sup>

A falta de medidas que abrangessem de maneira benéfica à totalidade da sociedade; o abandono das classes dirigentes frente a carência dos estratos sociais menos favorecidos, que foram ainda mais marginalizados durante o processo de reformulação urbana do início do século XX, contribuíram para o fracasso relativo dos objetivos políticos alcançados, a segregação – talvez o mais importantes deles – foi alcançada, mas o saneamento ainda era precário e as doenças epidêmicas ainda uma ameaça. O discurso higienista legitimava práticas segregativas, remodelava a cidade, mas as doenças e a falta de saneamento para uma grande maioria da população ainda faziam parte da vida, enfatizando o caráter elitista que envolveu o processo reformador e desenvolveu práticas de intervenção social, que atingiram brutalmente os setores populares pobres de Florianópolis.

---

<sup>174</sup> NECKEL, Roselane. op. cit. p. 91.

<sup>175</sup> MARINS, Paulo César Garcez. op. cit. p. 156.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Proclamação da República configura um novo cenário político-administrativo que se estabelece no país. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte entre outras cidades brasileiras, se transformaram em palcos de uma série de reformas que procuravam modificar e organizar comportamentos, hábitos, espaços etc. Florianópolis, como capital do Estado catarinense, não ficou de fora deste ímpeto reformista. Durante as décadas de 1910-1920, nota-se a difusão de uma série de discursos e práticas dedicados a modificar e superar as “antigas” estruturas da urbe – herdadas do regime Imperial –, embelezando, saneando, reformando a cidade, mais especificamente o centro urbano da capital. Para tanto, as classes dominantes se apoiavam em uma política higienista na tentativa de legitimar e suas ações.

As consequências dos mecanismos utilizados para tal objetivo são, em sua maioria: a segregação e marginalização dos espaços “públicos”, bem como a disciplinarização de comportamentos. Essas medidas afetaram os estratos mais pobres da população e são compreendidas como mecanismos de controle social. Com tais dispositivos muitos hábitos e costumes, lugares de moradia e maneiras de sociabilidade dessa parcela da população florianopolitana foram considerados como intoleráveis, sinais de “atraso” e “imoralidade” frente aos novos valores apregoados pela elite. A administração pública, nesta época composta em grande parte por engenheiros e médicos, procura erradicar doenças e a pobreza (ou ao menos afastar dos lugares frequentados pela elite) remodelando o espaço urbano; porém, o esforço não faria mais do que esconder e marginalizar doentes e pobres, sendo que as causas – principalmente da pobreza – eram parcamente problematizadas ou sanadas.

Havia uma preocupação da camada dominante em introjetar – na sociedade como um todo – valores, comportamentos e hábitos pautados na “moralidade” e “civildade” e “modernidade”, em hábitos higiênicos e asseados que condiziam com a condição de capital, e levaria a cidade ao progresso. A imprensa era o principal veículo propagador e propagandístico dos discursos higienistas legitimadores desse processo, movimento que viveu seu auge com a construção da Avenida Hercílio Luz e a exclusão das pessoas mais pobres do centro da cidade para a periferia e morros

circundantes. Percebe-se uma forte presença de notas e matérias nos jornais referindo-se as habitações coletivas do centro, habitada por pobres das mais variadas profissões e atividades, como ambientes aglutinadores de todo o mal social, vícios, de toda sorte de doenças, discurso que estava em consonância com teses higienistas da época.

Esses lugares eram vistos como prejudiciais à totalidade da comunidade. Tinha-se a noção do contágio das doenças, premissa que se estabelecia como um elemento de reconhecimento da interdependência social, importante ideia que possibilita uma maior interferência do poder público na vida social e privada. Esses fatores legitimaram a remodelação desse espaço da cidade, que teve como consequência a demolição vários “cortiços” e a marginalização de centenas de famílias para áreas periféricas da cidade.

A Avenida Hercílio Luz representa uma divisão física no espaço central da cidade, que acabou se tornando uma “linha” que dividiu o centro – habitado a partir de então pela elite e quem mais pudesse pagar os valores do aluguéis dos novos prédios construídos nesta nova área valorizada, que surge na cidade saneada –, da periferia e morros adjacentes – que acabaram por se tornar a única opção para àqueles que obtinham, na área central da cidade, sua fonte de renda.

Porém todas essas medidas não resolveram o problema do saneamento, muito menos da pobreza na cidade à época. Deixando transparecer que, em muitos níveis, as intenções de tais medidas foram mais políticas e econômicas que procuravam a valorização imobiliária e elitização do centro da cidade concomitantemente à segregação de uma parcela da população, indesejada neste novo centro.

As fontes nos mostram muito pouco – quase nada de maneira direta – sobre a situação em que a maioria dessas pessoas foram colocadas; há um silêncio perturbador que nos fala quando atentamos para tal processo. A impressão que as fontes analisadas nos passam as fontes analisadas é de que esses sujeitos, suas vidas e destinos não interessavam, nem à imprensa, nem ao poder público. O importante era excluí-los, retirá-los do espaço que “necessitava ser saneado”: esconder a pobreza! Mas nem tanto assim, afinal, precisava-se ainda de trabalhadores para as mais variadas funções da vida social; e vê-los em suas casas de madeira, em ruas estreitas e regiões periféricas, de alguma maneira afirmava ainda mais a posição distinta da elite, com suas casas modernas em ruas largas e



saneadas.

Não quero dizer que todos os administradores e reformadores, nem que toda medida ou formulação discursiva tomadas por eles no intuito de melhorar as condições higiênicas da cidade, tenha sido planejada de forma interesseira ou com intenções obscuras; reitero meu pensamento de que muitas medidas foram importantes e contribuíram para uma melhor qualidade de vida da população como um todo, principalmente no controle das epidemias. Porém, perceber e reconhecer isto, não quer dizer que não se perceba e reconheça também que, muitas vezes, tais resultados foram obtidos a preços sociais altíssimos. Conforme alerta Chalhoub, mesmo o discurso higienista com sua pretensão à neutralidade apregoada pela ciência, colocando-se para além da moral e do homem, precisamos ter em mente que nas formulações das leis, ações, regras e códigos “tratou-se sempre de tomar decisões políticas claras quanto ao direcionamento dos benefícios a serem alcançados, através das iniciativas das administrações públicas.”<sup>176</sup>

Hoje, por questões ambientais, por exemplo, muitas casas são destruídas e famílias despejadas com pouca ou nenhuma assistência pública, enquanto em outros casos *clubs*, mansões e shoppings são sucessivamente erguidos até em áreas de preservação ambiental. Favelas ainda são incendiadas criminalmente para “limpeza” e valorização de áreas e imóveis. A luta de movimentos sociais por moradia em centros urbanos continua forte e cada vez mais incômoda para uma parcela da sociedade, mas ainda pouco efetiva, sempre expulsos ou representados como “perigosos” ou “invasores” quando ocupam algum prédio abandonado ou área pública grilada e inutilizada. Os interesses em relação a ocupação do espaço urbano e o direito à cidade são muitos e divergentes; auxiliar – mesmo que de maneira simples, e superficial – na compreensão que estes interesses existem e estão historicamente situados, agindo, com suas respectivas especificidades espaciais e temporais, foi um dos objetivos deste trabalho.

---

<sup>176</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. cit. p. 56.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes:

*Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.*

Jornal **República**, Florianópolis – Janeiro a Dezembro de 1919; 1920; 1921; 1922.

Jornal **A Semana**, Florianópolis – Junho a Agosto de 1920.

Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em sessão ordinária de abril de 1920 pelo Superintendente Municipal capitão João Pedro de Oliveira Carvalho.

Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 22 de julho de 1920, pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.

Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim Ferreira Lima, Director de Hygiene de Santa Catarina ao Exmo. Sr. Dr. José Arthur Boiteux, Secretário do Interior e Justiça em 1º de julho de 1920. p. 3-5.

*Centro de Memória da Assembleia Legislativa:*

Livros de Leis, Decretos e Resoluções do Estado de Santa Catarina de 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922.

### Bibliografia

ANAÍSSI, Vinicius Possebon. **Vivenciando uma cidade em transformação:** cotidiano de Classes populares no centro de Florianópolis (1900-1920). Universidade Federal de Santa Catarina, 2009 (Trabalho de Conclusão de Curso).

ARAUJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral:** reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo (SP), 1989. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BARBOSA, Renato. **O garoto e a cidade:** Florianópolis dos anos 20. Florianópolis, SC; Secretaria de Comunicação Social, 1979.

BATISTA, Renata. **Sanear e Modernizar:** O “Embelezamento” da Cidade – Florianópolis (1920-1926). Florianópolis, 2013. UFSC. (Trabalho de conclusão do curso de História).

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas linguísticas:** O que falar quer dizer. 2.ed. São Paulo (SP): USP, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência:** Por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CARVALHO, Maria Manuela. **A medicina em História:** A medicina Hipocrática. Revista Saúde Mental. Volume IV, nº 1. 2002. Disponível on-line em:

[http://www.saude-mental.net/pdf/vol4\\_rev1\\_leituras2.pdf](http://www.saude-mental.net/pdf/vol4_rev1_leituras2.pdf)

- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 3ª ed. Petrópolis: Vozes 1998.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, Nilson do Rosario. **Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e o mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 1984.
- GARCIA, Carla Laner. **Emanações Perniciosas Moralidade Corrosiva: desdobramentos da política Imperial no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1851)**. (Dissertação de Mestrado); Florianópolis, 2006
- LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: **\_\_\_Historia e memoria..** 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1992
- LE GOFF, Jacques. **Historia e memória**. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- LIMA, Otavio Pereira. **Higiene e Vestuário no início do século XX: algumas ideias de Afrânio Peixoto**. São Paulo; PUC, 2006. (Dissertação de Mestrado em História).
- LIZ, Pamela Amorim. **Entre o curandeiro e o dotôri: reformas urbanas, práticas de cura e medicina oficial nas páginas do jornal O Dia (1910-1918)**. UFSC; Florianópolis 2010.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MORAES, Laura do Nascimento Rótolo de. **Cães, Vento Sul e Urubus: Higienização e cura em Desterro/Florianópolis (1830-1918)**. PUCRS; Porto Alegre 1999.
- MÜLLER, Glaucia Regina Ramos. **A Influência Do Urbanismo Sanitarista Na Transformação Do Espaço Urbano Em Florianópolis**. UFSC; Florianópolis, 08 de fevereiro de 2002. (Dissertação de Mestrado em Geografia) Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83510/195469.pdf?sequence=1>> Acessado em 12 maio 2014.
- NECKEL, Roselane. **A república em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis (SC): Ed. da UFSC, 2003.
- PEREIRA, Nereu do Vale. **A modernização em Florianópolis**. Florianópolis, SC: [s.n.], 1974. xiv, 148 f.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª edição, 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1983. p. 622-24.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp. 1997.
- ROSEN, George. **Da Polícia Médica à Medicina social: Ensaio sobre a história da assistência médica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- SARDÁ, Juliana. **Na Contra-mão da Lei: A Repressão Policial e os Desviantes da Ordem em Florianópolis nas Primeira Décadas do século XX**. (Dissertação de Mestrado); Florianópolis, 2005.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Editora Scipione, 2007.
- SCHMITT, Jaqueline Ap. M. Zarbato; WOLFF, Cristina Scheibe. **Trabalhando em Florianópolis** as práticas de trabalho e as memórias de trabalhadores e trabalhadoras 1900-1920 /. Florianópolis, SC, 2001. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/74645/browse?value=Schmitt%2C+Jaqueline+Aparecida+Martins+Zarbato&type=author> Acesso: 30 set. 2014.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. SP: Cia das letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. Mentos insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis: UFSC, 1993.

ANEXO



Figura 1: Mapa atual de Florianópolis com localização dos bairros de 1900. In: VEIGA, Eliane Veras da. Florianópolis: memória urbana. Florianópolis: UFSC, 1993.



Figura 2: Planta de Florianópolis em 1916. Interessante notar a concentração das ruas na área central da Ilha, enquanto nos arredores ficavam as “chácaras” e “sítios” de algumas famílias abastadas. In: VEIGA, Eliane Veras da. Florianópolis: memória urbana. Florianópolis: UFSC, 1993.



Figura 3: Foto do Jornal República de setembro de 1921. Na legenda se lê: "Seu trecho de canal á beira mar, no começo do largo 13 de Maio."

Lista das Ruas do Centro de Florianópolis, 1900 e dias atuais.

NOMES ATUAIS	NOMES ANTIGOS
Rua Álvaro de Carvalho	Rua da Palma (até 1874)
Rua Alves de Brito	Rua do Brito (1876)
Rua Almirante Alvim	Rua do Mato Grosso, da Princesa, Barão de Iguatemi
Rua Almirante Lamego	Rua de Sant' Ana
Rua Anita Garibaldi	Rua da Padroeira, do Orago, do Desterro
Rua Artista Bittencourt	Rua do Alecrim, Santa Isabel
Rua Bocaiúva	Rua São Sebastião
Rua Bulcão Vianna	Rua do Vinagre, Largo 13 de Maio
Rua Conselheiro Mafra	Rua do Príncipe, do Comércio, Altino Corrêia

Rua Crispim Mira	Rua 24 de Dezembro, São José, Antão
Rua Deodoro	Rua do Ouvidor, dos Quartéis, São Francisco (até 1889)
Rua Esteves Junior	Rua do Passeio, Formosa (1865), Senador Mafra (1874)
Rua Felipe Schmidt	Rua dos Moinhos de Vento, Bela (1817), Senado (1865), da República (1889)
Rua Fernando Machado	Rua do Vigário
Rua Francisco Tolentino	Rua da Figueira
Rua Frei Caneca	Rua da Pedra Grande
Rua Gen. Bittencourt	Rua da Tronqueira
Av. Hercílio Luz	Avenida do Saneamento
Rua Hermann Blumenau	Rua Uruguai, Francisco Lins
Rua dos Ilhéus	Rua Áurea
Rua Jerônimo Coelho	Rua da Paz, do Propósito
Rua João Carvalho	Rua Nova Trento
Rua João Pinto	Rua Augusta
Rua Marechal Guilherme	Rua do Rosário
Av. Mauro Ramos	Rua das Carreiras, das Olarias, José Veiga, Dr. Sebastião Braga
Rua Nereu Ramos	Rua Marechal Foch
Rua Padre Roma	Rua do Iguapé
Rua Presidente Coutinho	Rua Nova
Rua Saldanha Marinho	Rua Padre Domingos, das Rosas, do Açougue, da Conceição
Rua Sete de Setembro	Rua Bragança
Rua Tenente Silveira	Rua do Governador, do Imperador
Rua Tiradentes	Rua da Cadeia, da Constituição, do Fogo
Rua Trajano	Rua do Livramento
Rua Victor Konder	Rua do Mato Grosso, Barão do Iguatemi, Blumenau
Rua Vidal Ramos	Rua da Palhoça, 28 de Setembro
Rua Visc. de Ouro Preto	Rua Marechal Gama D'Eça, 16 de Abril

Fonte: MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. **A Influência Do Urbanismo Sanitarista Na Transformação Do Espaço Urbano Em Florianópolis**. UFSC; Florianópolis, 08 de fevereiro de 2002. (Dissertação de Mestrado em Geografia) Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83510/195469.pdf?sequence=1> > Acessado em 12 maio 2014.